

TECNOLOGIAS PRODUTIVAS ANTIGAS E ATUAIS EM MUSEUS E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ORGANIZADORES

Francisca Ferreira Michelin
João Fernando Igansi Nunes
Luiz Oosterbeek





**TECNOLOGIAS
PRODUTIVAS
ANTIGAS
E ATUAIS EM**
MUSEUS E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS

ORGANIZADORES

Francisca Ferreira Michelin
João Fernando Igansi Nunes
Luiz Oosterbeek

AUTORES ©

Alan Dutra de Melo
André Luís Ramos Soares
Cátia Maria dos Santos Machado
Davide Delino
Francisca Ferreira Michelin
Gustavo Laborde García
Julian Sobrino Simal
João Fernando Igansi Nunes
Pablo Lacoste
Ubirajara Buddin Cruz
Valdecir Carlos Ferri

ORGANIZADORES

Francisca Ferreira Michelin João
Fernando Igansi Nunes Luiz
Oosterbeek

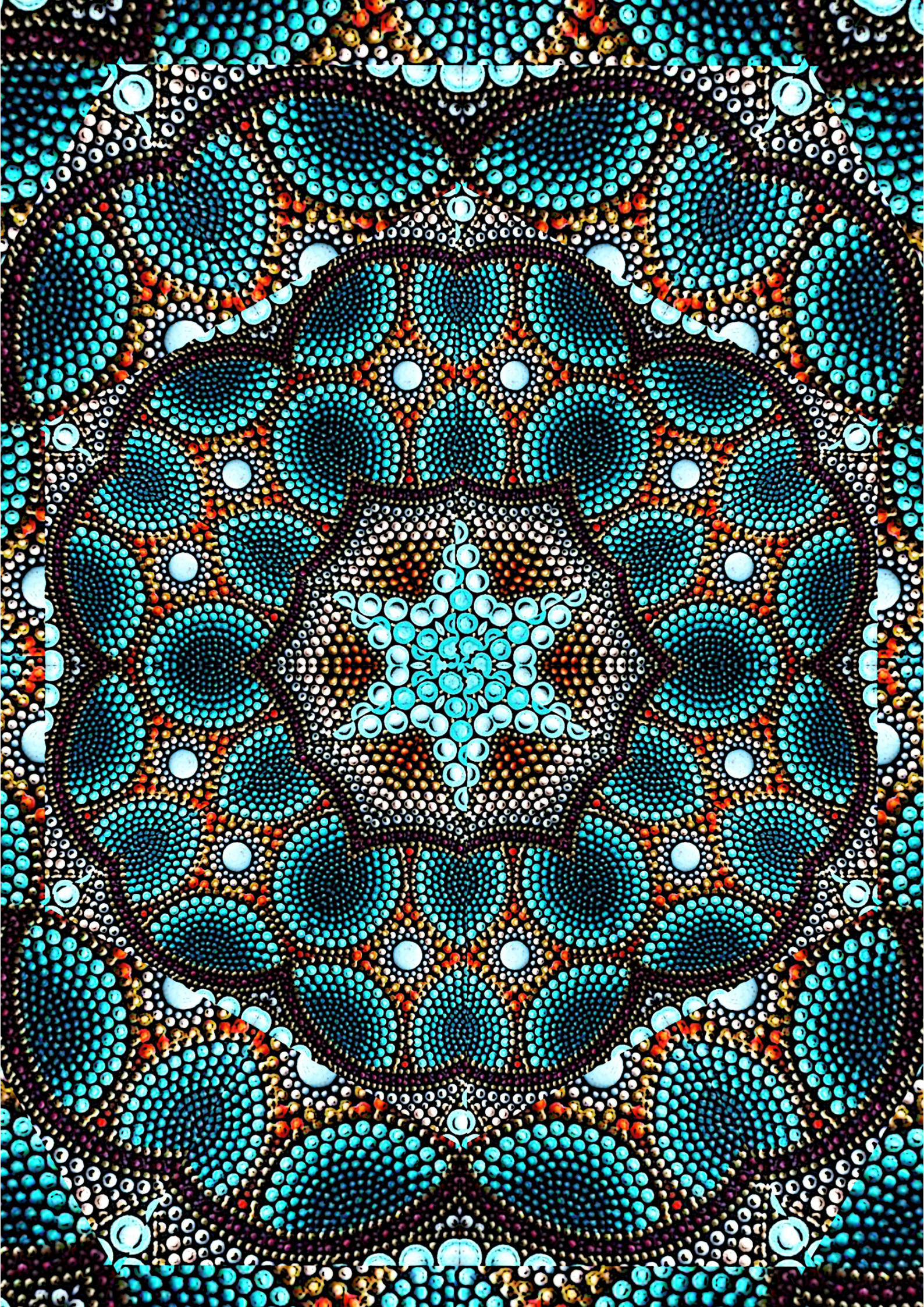
DESIGN EDITORIAL

Ueslei Menezes Vargas

CAPA

Ueslei Menezes Vargas

Pelotas, RS - 2025





**Politécnico
de Tomar**
Polytechnic University

Cátedra UNESCO
de Humanidades e Gestão
Cultural Integrada das
Paisagens



Programa de Pós-graduação
Memória Social e Patrimônio Cultural
PPGMP ICH UFPEL



OTROPORTO



Fototeca
Memória da UFPel



Centro de Pós-Graduação e
Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais,
Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem



T255 Tecnologias produtivas antigas e atuais em museus e comunidades sustentáveis [recurso eletrônico] / org. Francisca Ferreira Michelin, João Fernando Igansi Nunes, Luiz Oosterbeek . – Maçã : Instituto Terra e Memória, 2025.
170 p. : il. color. - Bibliografias. Conferências apresentadas no Seminário Internacional de Patrimônio Industrial, Alimentos e Sustentabilidade, 3., 2025, Pelotas. – (Série Area Domeniu ; v. 19).

ISBN: 978-989-35056-9-4 (e-book)

1. Patrimônio cultural. 2. Gestão cultural. 3. Gestão patrimonial. 4. Patrimônio industrial. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Tecnologias produtivas. 7. Turismo. 8. Memória. 9. Museus. I. Michelin, Francisca Ferreira, org. II. Nunes, João Fernando Igansi, org. III. Oosterbeek, Luiz, org.. IV. Seminário Internacional de Patrimônio Industrial, Alimentos e Sustentabilidade.

CDD: 363.69

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: PENSAR COM AS MÃOS

LUIZ OOSTERBEEK

INTRODUÇÃO

FRANCISCA FERREIRA MICHELON

1. MOLINOS ARTESANALES: PATRIMONIO CULTURAL Y MOTOR DE DESARROLLO TERRITORIAL

PABLO LACOSTE

2. MUSEUS ENTRE INVESTIGAÇÃO- EDUCAÇÃO- COMUNIDADE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DAS ARTES E DAS TECNOLOGIAS

DAVIDE DELFINO

3. OBJETOS EN LOS TERRITORIOS DE LA PRODUCCIÓN: LUGARES FRENTE A PAISAJES

JULIÁN SOBRINO SIMAL

4. REVISITANDO O FUTURO DO PASSADO: O QUE APRENDER?

ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES

5. ELPATRIMONIO ALIMENTARIO URUGUAYO: UN PROYECTO NUNCA CONCEBIDO

GUSTAVO LABORDE GARCÍA

6. A REDE DE MUSEUS NA FRONTEIRA EM JAGUARÃO - BRASIL E RIO BRANCO - URUGUAI

ALAN DUTRA DE MELO

7. TECNOLOGIAS ATUAIS PARA CONHECER TECNOLOGIAS ANTIGAS

FRANCISCA FERREIRA MICHELON E CATIA MARIA DOS SANTOS MACHADO

8. A REVITALIZAÇÃO DO VINHO: A PONTE DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL E DA IDENTIDADE COM A SOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

VALDECIR CARLOS FERRI

**9. TECNOLOGIAS ANTIGAS E ATUAIS: AS CIDADES DOS
OBJETOS QUE TESTEMUNHAM A CULTURA FRONTEIRIÇA
BRASIL - URUGUAI**

FRANCISCA FERREIRA MICHELON E UBIRAJARA BUDDIN CRUZ

10. DIGITOGRAFIA: ESCREVER É DESENHAR

JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES



PENSAR COM AS MÃOS

O conhecimento humano, condensado na construção de extensões artificiais do corpo, é retratado em mitos clássicos como uma ruptura ao mesmo tempo libertadora e amaldiçoada. A liberdade que há é concedida pela autonomia, através do domínio do fogo roubado por Prometeu ou da sabedoria deglutida por Eva, mas também a maldição decorrente da consciência dessa transgressão fundadora. A liberdade como consciência da necessidade, na tradição hegeliana, e essa consciência não é necessariamente feliz, é uma obrigação.

A relação das sociedades complexas com a tecnologia é, por isso, ela própria instruída pela dúvida: as técnicas libertam os humanos de certas tarefas, ampliando inclusivamente a sua amplitude e resultados, mas reforçam mecanismos de dependência que, paradoxalmente, os acorrentam a esse caminho. Como se a liberdade da imanência conduzisse, por caminhos sinuosos, à geração de uma nova transcendência subjugadora: *deus ex machina*.

As técnicas, porém, são a cadeia de gestos, que conduz à fabricação dessas extensões do nosso corpo de que falava Leroï-Gourhan, em boa hora citado neste volume. É através do seu exercício que os humanos se tornam seres culturais, e é através desse mesmo exercício que as sociedades constroem as suas noções de espaço (o que é próximo ou distante, o que é civilizado/ antropizado ou selvagem/natural), de tempo (o que herdamos e o que deixamos em legado) e de causalidade (o que resulta da nossa ação).

As técnicas produzem objetos, que continuam a ser o nosso corpo, mas ampliado (o barco, que sou eu a nadar; o avião, que sou eu a saltar; o livro escrito, que sou eu a pensar e recitar; o copo, que é a concha da minha mão quando por ela bebo...). E essas cadeias de gestos, mesmo quando se foram complexificando e distanciando da intervenção direta dos nossos músculos, são por sua vez o estimulador do cérebro, essa parte do nosso corpo que, ao mesmo tempo, gera as técnicas, fica deslumbrado por elas e tomba na angústia face às mesmas. Neste sentido, a inteligência humana, como refere João Fernando Igansi Nunes neste volume, é um efeito técnico e não uma qualquer essência.

A História das Técnicas e da Tecnologia tem, por isso, uma importância central para a compreensão das culturas humanas: as técnicas são a principal expressão da cultura, ou seja, do comportamento humano extrasomático, que é precisamente aquele que afirma a imanência. A humanidade foi-se construindo como um mosaico cultural precisamente através do exercício das formas desse comportamento, na confecção de refeições, na composição de roupas, na elaboração de abrigos, ou na imaginação de transportes.

Num momento em que vivemos, a aceleração tecnológica transforma as relações humanas a uma velocidade nunca antes experimentada pela nossa espécie, com profundas consequências cognitivas. As tecnologias digitais, mesmo sem a inteligência artificial, comprimem de tal forma o tempo e encurtam de tal forma as distâncias, que não permitem a estruturação das noções de espaço, tempo e causa, tão importantes para a formação dos humanos enquanto animais culturais. A resposta, porém, não está em qualquer redução ou desaceleração ludista dessas tecnologias, mas na capacidade de manter as anteriores, ainda que as resignificando, como se pode ler no estudo de André Soares, por exemplo. Uma resignificação económica e funcional, como muitos capítulos deste livro evidenciam, mas também uma resignificação cognitiva em contextos de formação cidadã.

O presente volume, coordenado por Francisca Ferreira Michelin e João Fernando Igansi Nunes a partir do polo no Brasil da cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada das Paisagens, é uma janela fundamental sobre um conjunto de expressões e testemunhos do génio criador, experimentalista, das comunidades humanas. Nele se manifesta, mais do que o passado, a capacidade de adaptação e transformação dessas comunidades, que é o seu principal recurso em tempos de incerteza sobre o futuro. A conceção em três componentes (tecnologias nativas, adaptadas e inovadoras) é especialmente feliz, porque evidencia uma dimensão essencial das dinâmicas culturais: a inovação é apenas uma componente, certamente essencial face às mudanças de contexto, das soluções técnicas; apenas as sociedades que conseguem valorizar os seus conhecimentos herdados, eventualmente experimentando adaptações, podem efetivamente beneficiar invenções e inovar.

A alternativa, que é a inovação vertiginosa sem cuidar das raízes, gera sobretudo tensões, ruturas e, a prazo relativamente curto, decadência. Mas

este volume não carrega apenas informação sobre o passado: ele demonstra, com diversos exemplos em muitos países, que perduram, se renovam muitos processos culturais que, cuidando dessas raízes, as vão inscrevendo como sementes de transformação e de futuro.

LUIZ OOSTERBEEK

INTRODUÇÃO

Este livro contém algumas das palestras proferidas durante o III Seminário Internacional Patrimônio Industrial, Alimento e Sustentabilidade: Tecnologias Antigas e Atuais em museus e comunidades sustentáveis, ocorrido de 28 a 31 de maio de 2025. Caracterizou-se tanto pela manutenção da trajetória dos eventos que o antecederam, bem como pelo vínculo com os projetos de pesquisa em desenvolvimento do grupo que o realizou.

Sob o primeiro aspecto, destacam-se os sucessivos apoios financeiros da FAPERGS por meio dos Editais de Auxílio à Organização de Eventos, desde 2021, aos quais todas as propostas dos eventos anteriores foram submetidas. Tais propostas foram ampliando a participação de instituições de outros países (Argentina, Cabo Verde, Espanha, Itália, México, Uruguai, Chile e Portugal) que se dedicaram a contemplar diferentes pontos de vista dos temas propostos pelo evento, atestando o caráter internacional e multidisciplinar das propostas. Sobretudo, nesta edição que envolveu parcerias com instituições do Rio Grande do Sul (FURG, Unipampa, UFSM, UFRGS e UCS), subtemas compartilhados se intensificaram. Desse modo, as muitas considerações foram reunidas sob três categorias advindas das pesquisas dos convidados, a saber:

- 1 - tecnologias nativas: observadas nos conhecimentos próprios de povos e comunidades que empregam valores antigos, transmitidos por gerações, que foram ou são soluções para suas necessidades nas diferentes dimensões sociais.
- 2 - tecnologias adaptadas: expressões de como comunidades diferentes operam soluções criativas nas quais os atores envolvidos optam por continuar adaptando suas ou outras tecnologias ao invés de ingressar ou manter-se em sistemas produtivos externos e de baixa eficácia para suas necessidades.
- 3- Tecnologias alternativas inovadoras: dizem respeito às técnicas e ferramentas produzidas pelas comunidades concebidas a partir de apropriação, intercâmbio e inovação. Em geral, contradizem o sistema produtivista caracterizado pela mecanização, padronização e interesse direto no lucro.

A discussão conceitual bem como o compartilhamento de experiências sobre as formas de tecnologias intermediárias aparece no estudo que Pablo Lacoste apresenta no estudo sobre os moinhos artesanais do Chile, construídos entre os séculos XVI e XIX. A abordagem do pesquisador é singular ao identificar a ocorrência dos moinhos como patrimônio intangível de América Latina e

como potencial recurso para a valorização dos territórios, sobretudo diante da possibilidade sustentável de desenvolver o turismo eco-cultural. Em tal processo, é importante que sejam identificadas as tipologias dos moinhos, sua localização e que um estudo detalhado aporte conhecimento sobre as competências socioeconômicas que tais moinhos podem apresentar e, do mesmo modo, explorar seus significados simbólicos e culturais.

Já Davide Delfino desenvolve um relato sobre atividades desenvolvidas no Museu Arqueológico Nacional de Campobasso e no Museu Arqueológico Nacional de Venafro, ambos em Molise, Itália. Em tais atividades, as tecnologias antigas que se apresentam nas peças arqueológicas expostas nos museus, operam como ferramentas capazes de fundir noções arqueológicas com o cotidiano da comunidade exemplificando como tais métodos predispõem serem aplicados a outros contextos cronológicos da socialização do conhecimento em museus, sobretudo, os arqueológicos.

Um estudo mais dirigido ao Patrimônio Industrial, consta no texto de Julián Sobrino Simal no qual o autor inicia por afirmar que os estudos patrimoniais do presente transitaram da valorização exclusiva dos bens de valor excepcional e monumental para as paisagens nas quais os saberes locais adquirem destaque.

É justamente tal trânsito que fará com que os territórios do trabalho, em qual âmbitos são numerosas as variáveis a serem consideradas, adquiram relevo e significação. É sobre os objetos técnicos, como vetores conceituais e materiais que o autor desenvolverá relações entre lugar e paisagem, técnica e cultura, materialidade e memória, contemplando com maestria os aspectos das tecnologias alternativas concebidas pela apropriação e intercâmbio das técnicas.

Por outro lado, André Luís Ramos Soares desenvolve em seu texto, a partir do relato biográfico da sua formação universitária e profissional, a vertiginosa obsolescência das tecnologias que participaram da sua formação, para pensar como a sociedade está lidando com as questões de sustentabilidade.

O auto-exemplo desenha uma era vivida por gerações que se veem em uma existência de passados ultrapassados pelo irrefreável avanço tecnológico do século XXI. Desse modo, o texto apresenta quatro questões que perpassam – e presentificam – tempos remotos e atuais, que propõem pensar a existência

contemporânea a partir das equivalências de sentimentos, opções e saberes dos que nos antecederam, em escala de milhares de séculos.

Uma interessante abordagem sobre as tecnologias nativas está no texto de Gustavo Laborde que apresenta uma reflexão, a partir de um caso específico, sobre o Patrimônio Alimentar Uruguaio. O patrimônio alimentar, muitas vezes enraizado em práticas tradicionais e conhecimentos transmitidos geracionalmente, pode ser invisibilizado diante do que se entenderia por inovação, que muitas vezes é confundida com alta tecnologia.

Por meio de um estudo de caso, o texto aborda a inversão da afirmação de identidades locais por criações narrativas sobre práticas alimentares inexistentes, mas apresentadas como patrimônio alimentar pela iniciativa turística de empreendedores locais. Nesse caso, as tecnologias apresentadas dos produtos, ingredientes e modos de preparo foram recriadas para gerar a expectativa de uma tradição de um produto regional exótico. Portanto, ao trazer o patrimônio alimentar uruguaio como um caso de estudo, o autor aponta o interesse das economias locais em inserir na cultura e no meio ambiente valores exógenos justificando os processos como tentativas para construir um futuro mais sustentável nessas comunidades de baixa densidade demográfica. É uma discussão conceitual que se materializa em exemplos práticos, que discute os efeitos de um patrimônio inventado em um contexto local.

Na sequência, Alan Dutra de Melo parte da existência de museus na fronteira com o Brasil e o Uruguai, especificando o caso das cidades gêmeas Jaguarão e Rio Branco, para destacar que para além da funcionalidade que estes locais exercem como equipamentos culturais, são espaços nos quais ocorre, através dos seus acervos, a salvaguarda da memória. Tais cidades vivem um cotidiano de intenso intercâmbio que marca e diferencia as dinâmicas fronteiriças do lugar, favorecendo, por vezes, um ou outro lado. Nos museus, desvelam-se as conexões históricas e memórias que os objetos apresentam, como indícios de confluências, convergências e trocas que ocorrem desde que a região começou a ser ocupada pelas coroas de Espanha e Portugal e, conseqüentemente, quando os conflitos com os povos nativos se estabeleceram, sempre desfavoráveis a esses.

O texto seguinte, de Francisca Ferreira Michelin e Cátia Maria dos Santos Machado, dedica-se a apresentar, do ponto de vista das tecnologias da informação e da matemática aplicada, como uma metodologia multicritério de apoio à decisão, Análise Hierárquica de Processo (AHP), pode ser um caminho auxiliar para decidir sobre um patrimônio cultural no qual ensejam valores subjetivos. Sendo um método que permite decompor o problema em uma estrutura hierárquica de critérios, aos quais é possível atribuir pesos por meio de comparações pareadas, os vários critérios utilizados na caracterização do bem cultural, são entendidos a partir de uma abordagem que possibilita classificá-los para uma análise sistemática, transparente e replicável, capaz de integrar fatores qualitativos e quantitativos.

De modo diferente, o texto de Valdecir Carlos Ferri expande a reflexão sobre as tecnologias para relatar ações de impacto social. O pesquisador parte do fato de que o estado do Rio Grande do Sul é o que concentra, no Brasil, a maior produção de uva e vinho do país, representando 55% da produção total de uva do país e cerca de 50% da produção total de vinho, em uma área de 47 mil hectares de vinhedos, o que representa 63% do total de vinhedos plantados em território brasileiro. Observa a situação na região de Pelotas, na qual a retomada desta produção tem valores econômicos e igualmente identitários, tendo em vista que de 1875 a 1885, instalaram-se mais de 300 imigrantes europeus em Pelotas, que constituíram as sete colônias rurais da cidade. Portanto, a produção do vinho neste território é herança dessa ocupação marcada pela imigração. Do artesanal, com finalidade de subsistência, ao manufaturado, voltado para o comércio entre vizinhos e colônias, ao agroindustrial, que exemplifica a produção colonial da contemporaneidade, há um processo de recuperação dos modos de fazer, atualizados e otimizados por ações colaborativas entre produtores, pesquisadores e poder público. Boas práticas agrícolas, adequado manejo de solo, controle de doenças e cultivo protegido são os fatores que estão alavancando o crescimento da produção como vetor de identidade das colônias.

Outro texto de Francisca Ferreira Michelin com Ubirajara Buddin Cruz apresenta resultados da prospecção de objetos em museus de cidades médias ou de baixa densidade demográfica que se conectam na fluidez do tempo e do espaço – conexões identificadas pela pesquisa- para expor o intercâmbio cultural da faixa de fronteira Brasil-Uruguai. O entendimento de objeto no

contexto da pesquisa que dá origem à reflexão, é o que assim o considera como um sítio arqueológico, ou um edifício histórico, ou uma paisagem cultural ou até mesmo um evento imaterial (se mapeado nesta região) e também o produto manejável obtido em produção manual, manufaturada ou industrial, desde que expressem conexão com equivalentes desse território nos quais se vê a existência compartilhada e as verdadeiras expressões de uma linha de fronteira.

O texto de João Fernando Igansi Nunes sintetiza uma genealogia crítica da escrita como gesto técnico e inscrição material, defendendo — à luz de Derrida, Leroi-Gourhan, Simondon e Deleuze & Guattari — que escrever é sempre desenhar. Organizado em três idades da escrita (gesto, molde e agenciamento maquínico), o ensaio mostra como a grafia emerge da continuidade entre corpo, instrumento e matéria; como se industrializa na tipografia, convertendo-se em módulo replicável; e como, na era digital, torna-se operação algorítmica que executa, transforma e agencia subjetividades. A experiência da Digitografia evidencia essa virada: o gesto humano, transduzido pelo código, torna-se pictograma e fluxo visual, revelando a escrita como patrimônio técnico e simbólico que articula memória, técnica e cultura em um mesmo continuum histórico.

Portanto, de forma particular, mas conectada, todos os textos discutem a tecnologia como um fato inerente à cultura e observam que as reflexões sobre o patrimônio cultural são perpassadas, necessariamente, nas suas muitas possibilidades, vertentes e vetores, pela produção técnica. E essa produção indica como se deram os modos de dominação da natureza que determinaram as transformações do mundo. Melhor dizendo, dos mundos, já que no âmbito de cada grupo, seja qual for a dimensão desse, o espaço que ocupa e o tempo em que o ocupou, a relação dialética com a natureza, mediada pela tecnologia, é o que historicamente define e caracteriza a produção de modos de vida e de sociedades. Assim, estudar a tecnologia em qualquer de suas formas é um caminho para descrever as culturas e os mecanismos pelos quais as sociedades se organizam, e legam suas heranças ao futuro.

FRANCISCA FERREIRA MICHELON

MOLINOS ARTESANALES: PATRIMONIO CULTURAL Y MOTOR DE DESARROLLO TERRITORIAL

PABLO LACOSTE

Después de la llegada de Cristóbal Colón a América, se produjo la introducción de los molinos en el nuevo mundo y su rápida expansión por buena parte del continente, en un proceso complejo, donde lo tecnológico interactuaba con lo económico, lo climático, lo social, lo político y lo cultural. Tres siglos más tarde, en vísperas de la independencia, funcionaban varios miles de molinos artesanales en el hemisferio occidental con distintas funciones e implicancias socioculturales. Conviene identificar sus tipologías y características principales para luego reconocer sus efectos en el tejido social y significado patrimonial, para finalmente, comprender su declinación como equipamiento de valor económico, en el marco del salto de la era artesanal a la industrial, y su situación actual como patrimonio cultural en riesgo, y su potencial.

MOLINOS Y TIPOLOGÍAS EN AMÉRICA PRE-INDUSTRIAL (1550-1850)

En su colonización de América, España y Portugal introdujeron el molino como una de las principales tecnologías aportadas al nuevo mundo. A su vez, el molino tenía diversas modalidades que se adaptaron a cada territorio según sus características. En el siglo XVII, para los españoles, el molino era esencialmente “el lugar o instrumento donde se muele la cibera” (Covarrubias, 1611 p. 759), siendo este última “el manjar y el trigo que se echa en la tolva del molino, porque se va cebando” (Covarrubias, 1611 p. 307). A su vez el molino tenía distintas variantes, según su fuerza motriz. El molino movido “a sangre” se llamaba “tahona” o “atahona”, definida como “molino en seco de que se usan dentro de las fortalezas y en los lugares donde no tienen molinos de agua; a veces mueven la rueda hombres, a veces bestias” (Covarrubias, 1611 p. 133). Esta definición refleja que la tahona era equipamiento de segunda

categoría, y solo se usaba ante la imposibilidad de instalar el molino hidráulico “invención ingeniosa que excusó el trabajo incomportable de moler a fuerza de brazos y pechos de hombres, en las atahonas, o con bestias, haciéndolo todo el agua, sin tanto trabajo del molinero” (Covarrubias, 1611 p. 12). A su vez, dentro de los molinos harineros hidráulicos se desarrollaron dos modalidades: la aceña, rueda usada en posición vertical junto al curso de agua, y el rodezno, que funciona sumergido y en posición horizontal, para transmitir el movimiento a las piedras por un eje vertical (palahierro). Paralelamente se desarrollaron molinos de viento, particularmente en Holanda y en zonas ventosas de España, particularmente en Castilla La Mancha.

El molino se diversificó, para prestar servicios en la elaboración de diversos productos. Para moler aceitunas se creó la almazara; en la minería se desarrollaron los molinos de metal; con la expansión de los cultivos coloniales y las plantaciones de caña de azúcar, se multiplicaron los molinos específicos, llamados ingenios; en los obrajes dedicados a producción textil florecieron los batanes o molinos de paños. A ellos se sumaron también los molinos para productos mucho más refinados y específicos, para producir papel y para acuñar monedas. En el Cerro Rico de Potosí, la ciudad más populosa y pujante del imperio español del siglo XVII, se instaló una imponente Casa de Moneda, donde se acuñaba la plata mediante un gigantesco molino de tahona: se aplicaba allí el enfoque de alta seguridad de las fortalezas, para que tan delicada actividad no estuviese sometida a riesgos de ataques externos (Figura 1).

Figura 1: molino hidráulico de rodezno del virreinato del Perú (siglo XVIII). Vista interna.



EXPANSIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE LOS MOLINOS

Los molinos tuvieron una fuerte expansión entre los siglos XVI y XIX, para prestar servicios en la vida económica, social y política de los distintos reinos de los imperios coloniales europeos. Las tipologías variaban según las condiciones de climas y la naturaleza de la actividad económica de cada territorio. En las plantaciones de caña de azúcar del Caribe, Brasil y norte del Perú, se expendieron los ingenios, es decir, los molinos azucareros, dedicados a obtener el guarapo (jugo de la caña de azúcar). Estos molinos eran por lo general movidos por esclavos o animales. Las tahonas se utilizaban también en las zonas templadas pero húmedas, donde no había redes de canales de riego que pudieran facilitar el manejo del recurso hídrico para utilizarlo como fuerza motriz permanente. Esta situación fue predominante en la zona pampeana de la actual Argentina (Buenos Aires y Santa Fe).

Al comenzar el siglo XVII, los molinos estaban plenamente consolidados en el territorio. En Potosí funcionaban más de un centenar de molinos de metal; en las zonas agrícolas de Cochabamba y Chuquisaca operaban setenta rodeznos para harina de trigo y maíz; un número equivalente funcionaba en Perú y Chile, mitad en las capitales (Santiago y Lima tenían quince molinos hidráulicos cada una) y mitad en las ciudades y villas subalternas), mientras Córdoba tenía seis molinos de rodezno hacia 1600. Buenos Aires, en cambio, fue el reino de las tahonas: para 1640 funcionaban allí 40 molinos con tracción a sangre (Figura 2).

Figura 2: molinos hidráulicos y tahonas en el Cono Sur (siglo XVI)



Fuente: elaboración propia.

Los molinos de metal surgieron con fuerza en el Cerro Rico de Potosí, donde acudieron decenas de técnicos de diversos países de Europa, atraídos por los ricos yacimientos de plata; para fines del siglo XVI, más de cien molinos funcionaban en esta ciudad que pronto se convirtió en la más poblada del imperio español, con 150.000 habitantes según el censo de 1611. Surgió así un clúster molinero, con capital humano avanzado que, tras instalar allí el mayor polo molinero del continente, comenzó a irradiar sus conocimientos hacia las zonas contiguas: la tecnología molinera se expandió pronto de Potosí a las zonas agrícolas de Cochabamba y Chuquisaca, donde se instalaron 70 molinos harineros, destinados a abastecer la enorme población del Cerro Rico de Potosí. La fama de aquellos molineros se expandió rápidamente por el territorio, y para 1583 llegaron delegados de la ciudad de Córdoba para contratar técnicos de Potosí para levantar el primer molino de la capital mediterránea, proceso que se irradió después hacia otras localidades.

Otro factor relevante fue la disponibilidad de redes de regadío, legado de los pueblos indígenas. Pensados originalmente para asegurar el recurso hídrico a la agricultura en Perú, Chile y Cuyo, estos canales se reciclaron para mover las turbinas de los molinos, lo cual facilitó la rápida expansión de las redes molineras en Santiago de Chile, Lima, Mendoza, La Serena y otras ciudades. Este legado fue rápidamente aprovechado por los técnicos hispanocriollos para instalar molinos de rodezno y mejorar las capacidades de abastecimiento de la población. Los molinos se extendieron por buena parte de las colonias españolas y portuguesas, incluyendo el Virreinato de Nueva España (México), el Nuevo Reino de Granada (Colombia), el Reino de Quito y el Virreinato del Perú (Figura 3).

Figura 3: molinos en Nuevo Reino de Granada, Quito y Perú (siglos XVI-XVII)



EFFECTOS DEL MOLINO EN LA SOCIEDAD ARTESANAL-PREINDUSTRIAL

Los molinos tenían dos objetivos principales: asegurar las exportaciones de productos emblemáticos (azúcar y plata), y abastecer la población local de alimentos y vestuario. La primera función se cumplía en los trapiches del Caribe, Brasil y norte del Perú; la segunda en las faenas mineras de Potosí, México y otros polos extractivos. Por su parte el abastecimiento de la sociedad hispanocriolla se apoyaba en los batanes de los obrajes para el vestuario, y los molinos harineros de las ciudades para la harina de trigo y maíz. Junto con abastecer las ciudades, los molinos harineros tuvieron también una función relevante en el desarrollo y funcionamiento de las rutas comerciales de larga distancia. Para asegurar el abastecimiento de arrieros y troperos de carretas, se levantaron molinos en lugares estratégicos, junto a las rutas del comercio, de modo tal de facilitar que los transportistas pudieran acceder a los alimentos necesarios para completar sus largos viajes.

Esta estrategia se hizo particularmente visible en Chile, país signado por su formidable extensión de norte a sur, juntamente con la topografía signada por accidentes geográficos como cordilleras, ríos torrentosos, quebradas y demás elementos que complican la transitabilidad en la era preindustrial. En estas circunstancias, los viajes eran complicados y exigentes; demandaban gran esfuerzo físico, y el abastecimiento en camino era un punto crítico. En ese sentido, los molinos de lugares intermedios como Quillota hacia el norte de Santiago (ruta hacia La Serena y Con Con), Copequén y Loncomilla hacia el sur (ruta a Concepción) y Talagante al este (hacia San Antonio y ruta de la sal), fueron ejemplos emblemáticos (Figura 4).

Figura 4: molinos en rutas de larga distancia en Chile colonial



Fuente: elaboración propia.

La amplia difusión de los molinos harineros contribuyó sustancialmente a mejorar el acceso de los grupos humanos a la harina, lo cual aportó a asegurar el abastecimiento de las zonas urbanas y rurales. A la vez, generó condiciones para el desarrollo de la gastronomía en torno a las harinas. En estos territorios se desarrollaron comidas típicas como empanadas, pasteles de choclo y de carne, dulces y alfajores. Algunos de estos productos crecieron y se desarrollaron como parte de la gastronomía identitaria y emblemática de sus territorios, como los alfajores de Mendoza (tercer producto más demandado por los turistas que visitan la capital cuyana), los dulces de la Ligua (DO), los dulces de Curacaví (DO), las tortas curicanas y la torta de Combarbalá, entre otros.

Más allá de los aspectos de alimentación, abastecimiento y gastronomía, los molinos tuvieron un efecto profundo en el desarrollo de la sociedad mestiza hispanocriolla. Sobre todo porque la tecnología molinera demandaba el concurso de oficiales especializados en distintas disciplinas: carpinteros, herreros, canteros, albañiles, molineros, entre otros. Ellos convocaban a su vez, a otros oficios que servían para utilizar las harinas para preparar alimentos, como horneros, panaderos y reposteros. Además, al abastecer las estaciones intermedias de las rutas de larga distancia, los molinos facilitaban el desarrollo de maestros de posta y postillones. Asimismo, en las estaciones terminales de carga, donde llegaban arrieros y troperos, los molinos ofrecían abastecimiento, lo cual prolongaba las estadías de los transportistas, ante lo cual llegaban los prestadores de servicios como talabarteros, carpinteros, tejedores y demás comerciantes, juntamente con el surgimiento de posadas, pulperías, almacenes y tiendas. Florecían así polos de comercio, arte, cultura e intercambio. Los molinos se convirtieron en referentes del paisaje, promovieron el desarrollo del mercado diversificado, con multiplicidad de bienes y servicios, de productores y comerciantes.

Con estas funciones, los molinos contribuyeron también a modelar la geografía política de América Latina. Muchos de ellos sentaron las bases del movimiento socioeconómico que, con el tiempo, generó el establecimiento de pueblos, villas y ciudades: muchas localidades emergieron como resultado de estas primitivas postas que ofrecían un espacio de resuello a los viajeros, arrieros y comerciantes de larga distancia.

La presencia de los molinos tuvo también efectos simbólicos, en el sentido de elevar el prestigio y rango de la ciudad que disponía de este tipo de instalaciones. La disponibilidad de estos establecimientos generaba mayor certidumbre y confianza en torno a la calidad de abastecimiento para las personas instaladas en estas localidades, lo cual contribuía a fortalecer su imagen ante la comunidad y sobre todo, las autoridades. Al tener molinos, las ciudades se sentían fortalecidas, con sentimientos de orgullo y autoestima. Ello las animaba a crecer, invertir y gestionar el establecimiento de instituciones prestigiosas, como la Real Audiencia y la Universidad. La documentación de la época demuestra que entre los argumentos que se esgrimían para lograr que las autoridades aprobaran esas solicitudes, se hallaban justamente, los molinos hidráulicos. Pero más allá de las razones invocadas, los hechos demuestran una correlación entre las instalaciones molineras y las tempranas instalaciones de Audiencias y Universidades en el Cono Sur de América (Tabla 1)

Tabla 1: **Correlación molinos /audiencias /universidades en Cono Sur (153-1821)**

CIUDAD	LIMA	CHAR- CAS / SUCRE	CÓRDOBA	SANTIA- GO	BUENOS AIRES
Año Fundación	1535	1540	1573	1541	1580
Rodeznos	15	70	5	15	0
Año Real Audiencia	1542	1559	1608 (c)	1609	1785
Año Universidad	1551	1624	1613	1747	1821

Referencia: © proyecto de creación de Audiencia que finalmente no se concretó.

Tal como muestra la tabla, las primeras universidades no se instalaron en lugares privilegiados por su localización geopolítica, como Buenos Aires, sino en ciudades con mayor desarrollo sociocultural, como las mediterráneas Charcas (Chuquisaca, actual Sucre) y Córdoba, donde las casas de altos estudios se establecieron dos siglos antes que en la capital del Plata. La temprana instalación de los molinos hidráulicos fue un indicador de esta temprana madurez urbana, e inclinó a las autoridades a priorizar estas ciudades como sedes universitarias y lugar adecuado para los oidores de las Audiencias.

DECLINACIÓN COMERCIAL, PATRIMONIO EN PELIGRO Y POTENCIAL DE DESARROLLO TERRITORIAL

A mediados del siglo XIX comenzó la transición hacia la era industrial en América Latina. Poco a poco el equipamiento y las instalaciones industriales comenzaron a reemplazar a las artesanales. Los ferrocarriles comenzaron a reemplazar a las caravanas de mulas y carretas; los vapores a los antiguos barcos veleros; y los molinos industriales a los rodeznos y tahonas. Este cambio fue gradual y asimétrico: comenzó en las grandes capitales y de allí se extendió gradualmente hacia las zonas rurales. En Lima, Buenos Aires, Santiago, los molinos industriales se instalaron rápidamente, desplazando del mercado a las tahonas y rodeznos. En las zonas más alejadas, los molinos artesanales continuaron funcionando hasta mediados del siglo XX. Miles de molinos fueron abandonados y desmantelados: el antiguo molino artesanal que durante tres siglos alimentó a millones de personas, perdió su significado funcional.

A partir de entonces, el enorme patrimonio cultural construido durante 300 años, con miles de molinos, ingresó en un ciclo de declinación. Despojado de su valor económico, el molino artesanal dejó de ser rentable y su conservación se puso en riesgo. Muchos establecimientos fueron desmantelados. La inmensa mayoría de los edificios de molinos se reciclaron para asumir nuevas funciones o fueron directamente demolidos. En la mayor parte de los casos, sólo se conservaron las piedras de moler. En los últimos 170 años, los molinos han sufrido un constante proceso de abandono y pérdida patrimonial. El caso de Barraza (Chile) es un buen ejemplo: allí se pueden observar todavía las ruinas del antiguo polo molinero que abastecía a los viajeros entre La Serena y Santiago de Chile (Figura 5).

Figura 5: molino de Hacienda Barraza en ruinas.



Fuente: fotografía de Alexandra Kann (2024)

De todos modos, en las últimas décadas se puso en marcha un proceso de revaloración, visibilización y valoración del molino como patrimonio intangible. El primer paso fue el rescate de las piedras de moler, que se incorporaron en las colecciones de los museos y centros de interpretación públicos y privados.

Piedras de molino pueden verse en muchos museos del Cono Sur de América: el Museo Histórico Nacional de Argentina (Parque Lezama, Buenos Aires) exhibe la piedra de un molino de tahona de 1837; el Museo Orfila (Junín, Mendoza), exhibe la piedra del molino que fundó José de San Martín en 1818 para impulsar la colonización de la zona Este de la provincia de Mendoza; en Chile numerosos museos públicos y privados de Santiago, Rancagua, Pichilemu, Alto del Carmen, Limarí, Montepatria y Cogotí exhiben también piedras de molinos. En algunos casos, las piedras de molinos se utilizaron como monumento funerario para rendir homenajes a los seres queridos, tal como puede verse en el cementerio de la provincia de Limari.

En algunos lugares se han hecho esfuerzos también por cuidar y valorizar los edificios de molinos. Varios casos interesantes pueden verse en las comunas de Alto del Carmen (Región de Atacama), Monte Patria (Región de Coquimbo) y Malargüe (Provincia de Mendoza, Argentina). En algunos casos, los gobiernos municipales han realizado inversiones para reconstruir antiguos molinos como en el caso de Junín (Provincia de Mendoza, Argentina). Más destacable es la puesta en funcionamiento de los antiguos molinos como atractivo turístico cultural, tal como puede observarse en la Hacienda Sabandia (Arequipa, Perú), y en los molinos artesanales de Rodeillo y Pañul (Pichilemu, Región de O'Higgins, Chile). Con miles de visitantes mensuales, estos molinos artesanales en funcionamiento se han convertido en atractivos turísticos de singular interés.

CONCLUSIONES

Introducidos por los colonizadores europeos en el siglo XVI, los molinos artesanales formaron un patrimonio de singular valor para la vida de las sociedades criollas durante más de trescientos años. Con ellos se elaboraban productos de exportación, se preparaban alimentos y vestuario. En torno a los molinos florecieron también las escuelas de artesanos para dominar los

diversos oficios que exigía este tipo de equipamiento y luego, esos saberes se derramaban al conjunto de la sociedad mestiza americana. Además, los molinos harineros contribuyeron también a la creación del patrimonio alimentario y gastronómico de las diversas regiones del Nuevo Mundo, a la vez que se convirtieron en referentes del paisaje y puntos de densificación del territorio, al alentar la formación del mercado y la especialización de las distintas actividades económicas complementarias. Los molinos contribuyeron así al abastecimiento de las ciudades y de las rutas de larga distancia. Su aporte silencioso y eficaz contribuyó a fortalecer capitales con audiencias y universidades, a la vez que facilitó el surgimiento y consolidación de pueblos, villas y ciudades intermedias en las zonas rurales. Durante tres siglos los molinos tuvieron un papel decisivo en la construcción de América.

Con el advenimiento de la era industrial y la incorporación de molinos modernos de gran escala, los antiguos molinos artesanales quedaron fuera del mercado. Al perder su significado económico, comenzó un largo proceso de declinación, que ya lleva dos siglos, a lo largo de los cuales se ha perdido la mayor parte de ese patrimonio; en buena medida podría considerarse que se trata de un patrimonio en peligro.

No obstante, en los últimos años, se ha puesto en marcha un movimiento de revaloración de los antiguos molinos artesanales como patrimonio cultural; cada vez tienen mayor presencia en museos y centros de interpretación públicos y privados; y en algunos casos, los molinos se han puesto nuevamente a funcionar, como atractivo turístico eco-cultural. Estos casos de éxito permiten pensar un camino hacia la recuperación, puesta en valor y visibilización de estos molinos; si antes ayudaron a alimentar a la población, ahora emergen como recursos para impulsar proyectos de desarrollo turístico eco-cultural

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, Martha G. *The governance of food technology and environmental resource flows: Connecting mills, water, wheat, and people in colonial Lima, Peru (1535-1700)*. University Park, PhD in Geography Dissertation, Pennsylvania State University, 2013.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española* (1611). [Edición moderna consultada] Madrid: Editorial Castalia, 1995.

LACOSTE, Pablo. Molinos harineros en Chile (1700-1845). Implicancias sociales y culturales. *América Latina Historia Económica*, 25 (3), p.105-134, 2018.

LACOSTE, Pablo; SKEWES, Juan Carlos. *Paisajes pisqueros de Chile. Historia y Patrimonio*. Santiago: Ariadna Editorial, 2024.

MARTÍNEZ COMPAÑÓN, Baltasar Jaime. *Trujillo del Perú a fines del siglo XVIII* (1785). Madrid: Edición y prólogo de Jesús Domingo Bordona, 1936.

MONTOYA, Sandra; LACOSTE, Pablo; SALAS MIRANDA, Alejandro; VIDELA, Marisol; SOTO, Natalia. “Molinos harineros y rutas de larga distancia en América Meridional (siglos XVI-XVII)”. *Diálogo Andino*, n° 74, p.5-15, 2024.

SALAS MIRANDA, Alejandro; LACOSTE, Pablo. Molinos hidráulicos harineros en Coquimbo (Chile, 1544-1749). *Historia Agraria*. n° 85, p. 1-29, 2021.

SOTO, Natalia; SALAS, Alejandro; VIDELA, Marisol; MONTOYA, Sandra; LACOSTE, Pablo. Molinos y tahonas en Charcas, Córdoba y Buenos Aires (1550-1600). *Estudios Atacameños*, n° 68, p.1-23, 2022.

STEWART, Daniel; LACOSTE, Pablo; MONTOYA, Sandra; SALAS MIRANDA, Alejandro; MOLINA VIDELA, Marisol. Molinos en la frontera: los rodeznos del obispado de Concepción (1550-1650). Tunja, Colombia: *Historia y Memoria*, n° 29, p.187-221, 2024

VIDELA, Marisol; LACOSTE, Pablo; MONTOYA, Sandra; SALAS MIRANDA, Alejandro. Polos de molinos harineros en América del Sur (Siglo XVI). *Andes, Antropología e Historia*, n° 34 (1), p. 224-254, 2023.

VIDELA, Marisol; LACOSTE, Pablo; MONTOYA, Sandra; SALAS MIRANDA, Alejandro. Molinos hidráulicos harineros: el poder blando imperial y la integración indígena en Chile (siglo XVI)”. *Notas Históricas y Geográficas*, n° 32 (junio 2024), p. 263-285, 2024.

MUSEUS ENTRE INVESTIGAÇÃO- EDUCAÇÃO- COMUNIDADE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DAS ARTES E DAS TECNOLOGIAS

DAVIDE DELFINO

INTRODUÇÃO

O Parco archeologico di Sepino- Direzione Regionale Musei Nazionali Molise é uma extensão territorial do Ministério da Cultura na região do Molise (centro-sul da Itália), com a missão institucional de garantir a acessibilidade, a promoção e a valorização de 11 “lugares da cultura”- entre museus, castelos e sítios arqueológicos - e de facilitar a construção de redes regionais envolvendo museus municipais e privados na região.

Neste trabalho serão apresentadas atividades desenvolvidas em dois destes 11 lugares da cultura: o Museu Arqueológico Nacional de Campobasso e o Museu Arqueológico Nacional de Venafro. O Museu Arqueológico Nacional de Campobasso, até 2024 Museu Sannitico, nasceu em 1881, situando-se na capital regional e exibindo uma coleção arqueológica de mais de 2.000 peças que abrangem desde da Idade do Bronze (1.800 a.C.) até a Idade Média (1.400 d.C.) (Delfino 2019). O Museu Arqueológico Nacional de Venafro nasceu em 1931, na cidade de Venafro e expõe uma vasta coleção arqueológica desde a Idade romana até a Idade Média.

Neste trabalho vão ser apresentadas as atividades de exposições temporárias, educação patrimonial e investigação sobre a coleção voltadas para um uso de socialização do conhecimento, que foram desenvolvidas antes e após a pandemia (2017 e 2021- 2025) e encaminhadas para uma, cada vez maior, ligação entre o museu, a comunidade e o território).

Seguindo um quadro teórico de trabalho, a planificação anual das atividades segue um modelo que prevê a individuação de destinatários das ações (a comunidade nos seus diferentes níveis), o conteúdo a se transmitir (assuntos de base de investigações desenvolvidas ou específicos de uma parte da coleção museal) e as oportunidades periódicas nas quais planejar as atividades (eventos periódicos internacionais, aniversários).

O foco nas tecnologias antigas, relacionadas com as peças arqueológicas expostas no museu, é de fato, uma ótima ferramenta para ligar noções arqueológicas com o dia-a-dia da comunidade (Oosterbeek 2012) e, de facto, esta abordagem, que é mais típica da arqueologia pública desenvolvida sobre assuntos relacionados com contextos pré e proto-históricos (Delfino, Nizzo; 2021), pode ser aplicada, também, a outros contextos cronológicos na socialização do conhecimento em museus arqueológicos.

Tendo em conta que os destinatários das ações da educação patrimonial, sejam crianças, rapazes, jovens adultos ou adultos, geralmente não dominam os assuntos resultantes da investigação científica, é preciso atuar um modelo de transmissão das noções através de três etapas: 1) estimular, 2) fazer uma experiência e 3) receber a noção de acordo com o método de praxis educativa próprio do escotismo (Baden- Powell; 1971, 2014). Para orientar estas ações é preciso ter em conta três fatores: os destinatários (a comunidade, mas no específico qual parte da comunidade de cada vez), a especificação dos assuntos a transmitir (ou seja, qual conteúdo da transmissão dos conceitos ligados ao Patrimônio) e às oportunidades (momentos específico, ocasiões, nas quais é mais oportuno ou vantajoso organizar os encontros de educação patrimonial). Um exemplo prático para ter em conta estes três fatores pode ser: uma turma da escola primária para a qual é organizado um laboratório para aprender a manipulação da argila para fazer cerâmica, criando modelos táteis para cegos, por ocasião das Jornadas Europeias do Patrimônio com temática “*Heritage: all inclusive*” (*European Heritage Days*, 2021).

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Os objetivos da exposições temporárias no planeamento do Museu arqueológico nacional de Campobasso são os de renovar a oferta do museu

pelo menos uma vez por ano e de disponibilizar “histórias” ausentes na exposição permanente. Com uma exposição temporária em curso, uma ulterior proposta para o público é de criar várias ocasiões de experiências práticas, como laboratórios didáticos, para provar “com as mãos” alguns conceitos ligados à exposição.

Em 2021 foi hospedada a exposição “*Trame longobarde. Tra architettura e tessuti*” (Figura 1), organizada pela rede UNESCO dos “sítios Lombardos”, tendo como assunto os tecidos e a arte da tecedura na época dos Lombardos (VII- X sec. d.C.) através da reconstrução de roupas e vestidos de acordo com a técnica antiga (Figura 2). Paralelamente à exposição no museu, foram organizados três ateliês para crianças sobre as tecnologias dos Lombardos na Idade Média, a tecelagem, com experiência prática no tear vertical e “de tabuleta” (o tear tradicional dos povos das estepes), a pintura vascolar, com experiência prática de pintar réplicas de garrafas em cerâmica seca com engobe copiando os originais da necrópole de Campochiaro expostos no museu e a metalurgia de ferro, com demonstração de produção na fogueira de pontas de seta e vedações de cintos por parte de um arqueólogo-metalurgista.

Figura 1: exposição “*Trame longobarde. Tra architettura e tessuti*” no então Museu Sannitico em Campobasso



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali Molise

Figura 2: laboratório para crianças sobre tecelagem da Lombardia medieval



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali Molise

Em 2022, foi organizada a exposição “Paesaggio Pentro e mura poligonal”, em colaboração com a *Soprintendenza Archeologia, Belle Arti e Paesaggio del Molise*, cujo objetivo era compensar a falta de comunicação sobre o assunto dos castros da povoação pré-romana dos Samnitas na exposição permanente, e dar ao público informações detalhadas e atualizadas sobre estes sítios arqueológicos que caracterizam a paisagem pré-romana da região. Esses estão colocados nos morros de topos montanhosos, entre 700 e 1200 metros de altura e delimitados por uma ou duas linhas de muralhas, constituídas por grandes pedras a seco de forma poligonal encaixadas uma a uma. Em Molise existem pelo menos 49 castros deste tipo e, não sendo possível os descrever todos, resolveu-se dedicar, além de parte gerais, um foco sobre os seis castros existentes no território central da região no entorno

da chamada “Montagnola molisana”. Foram convidados os prefeitos das Câmaras Municipais, interessados na presença de castros neste território, para a inauguração no museu em Campobasso.

Depois do encerramento da exposição, em 2024, foi criada uma rede por meio de um memorando de entendimento entre o *Parco archeologico di Sepino- Direzione Regionale Musei Nazionali Molise* e as Câmaras Municipais de Baranello, Castropignano, Frosolone, Duronia, Civitanova del Sannio incluindo, também, as Câmaras Municipais de Macchia Valfortore, Casalciprano, Agnone e Trivento (que participaram em 2023 e 2024 de uma iniciativa de valorização de museus locais junto com o Museu Arqueológico Nacional de Campobasso). Esta rede vai atuar na disponibilização da exposição “Paesaggio Pentro e mura poligonali” em cada uma destas Câmaras Municipais, a cada dois meses em um Município. Desta forma, será disponibilizada para comunidades locais muito pequenas (em média 650 habitantes em cada Município, com exceção de Baranello, com 2.400; Frosolone, 2700; Trivento, 4.300 e Agnone com 4500). São comunidades com reduzida capacidade econômica para realizar exposições de qualidade, sobre um Patrimônio arqueológico difuso no próprio território, ligado a uma técnica de construção antiga (pré-romana). Essas poderão trazer benefícios quer no âmbito da educação patrimonial dos próprios jovens, quer na atração de pessoas em época de turismo, quer na descoberta e aprofundamento do próprio Patrimônio.

PROJETOS PROFISSIONAIS COM ESCOLAS SECUNDÁRIAS

O Ministério da Educação italiano normatizou, pela primeira vez, em 2005 (d. lgs. 15 abril 2005, n. 77) e, sucessivamente em 2015 (L. 13 Julho 2015, n. 107), a possibilidade de alunas e alunos do ensino secundário fazerem atividades curriculares fora da escola, em empresas ou órgãos públicos, no âmbito de uma profissionalização de aprendizagem escolar (*Alternanza Scuola/ Lavoro*), sendo essa, em 2018 (legge 30 dezembro 2018, n. 145), redefinida como “*Percorsi per le competenze trasversali e per l’orientamento*”. O *Parco archeologico di Sepino- Direzione Regionale Musei Nazionali Molise*, desde 2017 (na época era chamado Polo Museale del Molise) faz projetos para a oferta de formação para as escolas secundárias, sobretudo em Campobasso.

O Museu Arqueológico Nacional de Campobasso foi, por várias vezes, o lugar de desenvolvimento de atividades propostas para alunos e alunas desde os 17 até os 19 anos, com experiências de formação incluídas nas exigências do trabalho ordinário do museu (de acordo com a programação anual ou com necessidades que poderiam surgir durante o ano). mas ao alcance de alunas e alunos do ensino secundário. Desta forma, para períodos de 30 horas/ano, foi possível desenvolver tarefas próprias de profissões museais mas, também, colocando em prática alguns dos assuntos aprendidos na escola.

Em 2017, no Museu Arqueológico de Venafro, surgiu a emergência de colocar numa sala do museu sem luz o esqueleto de uma criança recém nascida, encontrada num trabalho de arqueologia de salvação e datada do Neolítico Antigo (cerca de 6.000 anos a.C.), o qual estava num estado de degradação muito forte devido à demasiada luz e temperatura. A emergência veio a ser uma ocasião para organizar uma exposição temporária sobre o Neolítico, com foco no Neolítico local. A ideia era expor o esqueleto numa sala mais adequada, juntamente com os outros materiais encontrados na área escavada (cerâmica, obsidiana, indústria lítica), envolvendo a turma do décimo ano da escola secundária “A. Giordano” de Venafro (Figura 3). As alunas e os alunos planejaram, com o apoio de um arqueólogo, o projeto da exposição (ordem dos assuntos, projeto gráfico, montagem das vitrinas) e uma parte treinou para fazer visitas guiadas para toda a escola no último dia aula, em junho.

Uma das temáticas protagonistas dos painéis da exposição foi a tecnologia da cerâmica e da pedra no Neolítico (Figura 4), bem como os modernos métodos de datação absoluta para contextos arqueológicos.

Figura 3: exposição “O Neolitico em Venafro” com as visitas guiadas dos alunos da escola “A. Giordano” em junho de 2017



Figura 4: a vitrine dos materiais do sítio neolítico de Tenuta Nola, perto de Venafro, na exposição “O Neolítico em Venafro”



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali Molise

Em 2018, no então Museo Sannitico, em Campobasso, surgiu a necessidade de reorganizar o depósito de arqueologia, liberando espaço ocupado por milhares de fragmentos de cerâmica. A solução foi experimentar remontar alguns vasos e os colocar nas salas do museu. Com a técnica de restauro, foi desenvolvido um projeto de envolvimento de alunas e alunos da turma do décimo primeiro ano do Instituto Secundário “ G.M. Galanti” de Campobasso, para a higienização dos fragmentos de cerâmica e a remontagem nas formas originais. Seguiu-se uma parte final do projeto: a montagem de uma pequena exposição sobre o trabalho feito e uma conferência no museu, para outras turmas da escola, onde os participantes do projeto explicaram as técnicas de restauro da cerâmica (Figura 5).

Figura 5: alunos remontando um dólido de idade romana no Museo Sannitico



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali Molise

Em 2022, no então *Museo Sannitico* houve a necessidade de efetuar a reconstrução facial de um cavaleiro búlgaro do séc. VIII d.C. enterrado na vasta necrópole búlgara em território lombardo de Campochiaro (Campobasso).

O esqueleto do cavaleiro encontra-se exposto numa vitrine com o esqueleto do seu cavalo e um vasto acervo funerário (Figura 6), sendo uma das maiores atrações do museu. Foi desenvolvido um projeto com o Liceu Artístico “A. Manzù” de Campobasso, para efetuar varreduras com laser-scanner do crânio do cavaleiro, impressão 3D da varredura e reconstrução facial com o método tradicional das *bendaturas* sobre a impressão 3D. Os alunos começaram, neste projeto, a trabalhar com um novo scanner laser e conseguiram fazer uma primeira reconstrução facial hipotética, com auxílio da antropologia física e de informações bibliográficas sobre o aspeto facial das populações das estepes.

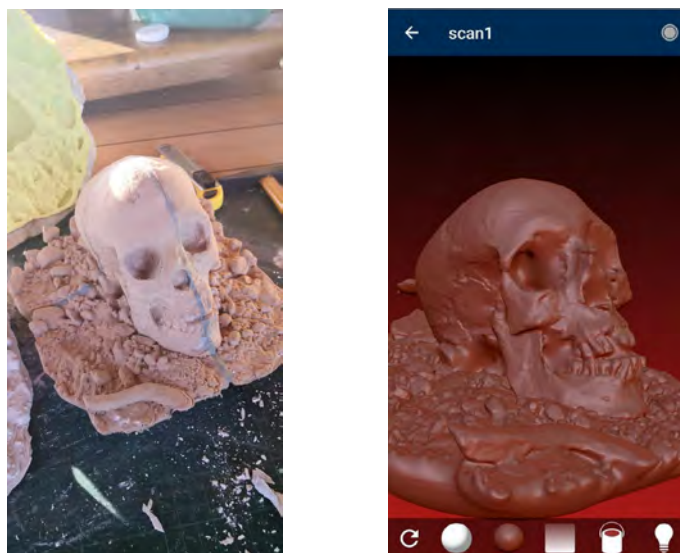
O resultado final foi apresentado no museu para outras turmas do primeiro ano do Liceu Clássico “M. Pagano” de Campobasso, e foi explicado para os alunos menores, o contexto da necrópole de Campochiaro, as técnicas de varredura laser 3D e da reconstrução facial (Figura 7).

Figura 6: alunos e alunas treinando o uso da scanner laser para o varredura 3D do crânio do “Cavaleiro de Campochiaro”



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali Molise

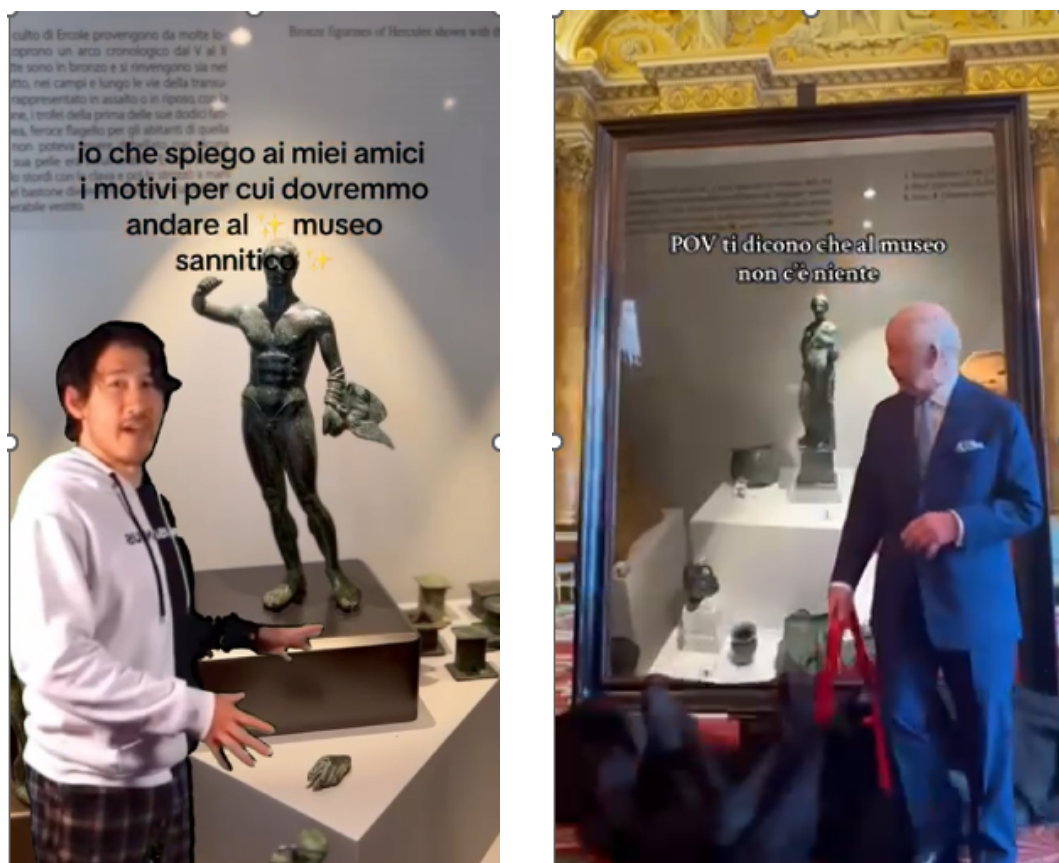
Figura 7: resultados da varredura 3D e da impressão 3D do crânio do “Cavaleiro de Campochiaro”.



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali

Em 2024, uma necessidade geral da *Direzione regionale Musei Nazionali Molise* foi a de ter materiais para os canais “sociais” (Instagram e Youtube) que fossem direcionados mais para o público abaixo dos 20 anos. Foi proposto ao *Convitto Nazionale “M. Pagano”* de Campobasso um projeto de “promoção social para museus” onde as alunas e alunos de três turmas do décimo ano escolar pudessem agendar várias visitas no *Museo Archeologico Nazionale di Campobasso* (antes de 2024, Museu Sannitico), produzir vários clips, vídeos para vídeo *teaser*, vídeo em alta e vídeo de aprofundamento (Figura 8), para se usar nos canais sociais da *Direzione Regionale Musei Nazionali Molise*. Alunas e alunos aprenderam: 1) a procurar algo de interessante para eles ou uma coleção ou nos tópicos do museu, 2) a voltar este interesse para uma história breve para se “contar” aos seus pares, 3) a dominar técnicas de realização de vídeos e de recitação e a saber quais tipologias de vídeos vão para as redes sociais e, cada um, com qual finalidade.

Figura 8: vários tipos de vídeos realizados no âmbito do projeto de promoção social dos museus



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO

O Ministério da Cultura disponibiliza vagas para financiamentos de diferentes linhas de projetos voltados a melhorar a fruição, em museus, bibliotecas, arquivos estatais, aos quais cada extensão territorial pode concorrer. Em 2022, a então Direção Regional dos Museus do Molise obteve um financiamento no âmbito da Lei 190/14 (parágrafo 9 e 10, voltado para garantir recursos estáveis para a proteção do patrimônio cultural) para desenvolver um projeto de melhoramento da acessibilidade cognitiva baseado sobre a investigação científica. Trata-se do projeto “Interventi per la fruizione innovativa e valorizzazione scientifica delle collezioni: Archeometallurgia del Sannio”.

O trabalho versa sobre análises arqueométricas sobre peças de bronze da coleção do então Museu Sannitico, nomeadamente armas e machados da Idade do Bronze (XVIII- XIII séc. a.C.) e estátuas votivas de bronze do deus Hércules, da Idade Helenística (IV- II séc. a.C.), para desenvolver, após os estudos sobre a composição e a tecnologia de realização, cópias táteis em bronze para serem colocadas perto das vitrines ou painéis da exposição permanente, de modo a fazerem uma narrativa museológica relativa à ciência dos materiais e em paralelo com a narrativa museológica mais arqueológica.

A então Direção Regional dos Museus do Molise, ao fim de 2022, fez um acordo de investigação com a Universidade de Genova, Departamento de Química e Química Industrial para desenvolver a caracterização química e técnica dos bronzes e realizar as cópias táteis.

O processo foi planejado desta forma: 1) fazer scanner laser dos bronzes a estudar; 2) fazer impressões 3D das varreduras 3D; 3) fazer modelos em cera baseados nas impressões 3D; 4) fazer análises XRF (X- Ray Fluorescente) e, onde fosse possível, SEM- EDS (Energy Dispersive X-ray Spectrometry) sobre os originais; 5) tomar mostras de pequena gramatura, onde fosse possível, para observar no microscópio ótico e eletrônico a estrutura da matriz metálica; 6) fazer fundições experimentais replicando as formas e a liga antiga, para ter réplicas táteis perfeitas sob o aspecto de forma e de liga antiga. Em 2024 o *Parco archeologico di Sepino- Direzione Regionale Musei Nazionali Molise* fez um protocolo de cooperação com o *Pontificia Fonderia di Campane Marinelli em Agnone (Molise)* para poder realizar as fundições experimentais no âmbito do projeto de doutoramento da Dra. Camilla Criaco da Universidade de Genova,

utilizando tanto as infraestruturas como a sabedoria prática e artesanal dos trabalhadores desta fábrica de sinos, ativa ainda hoje em dia desde o séc. XI (Marinelli, 2022). O envolvimento desta prestigiosa empresa artesanal liga, no projeto, a investigação científica pura ao mundo empresarial, no território.

O projeto, hoje em curso de finalização, será apresentado numa exposição temporária (ainda financiada como projeto) nos finais de 2025, no *Museo Archeologico Nazionale di Campobasso* e, sucessivamente, os resultados práticos obtidos (cópias táteis e painéis) irão ser integrados na exposição permanente do museu (Figura 9). Além disso, a finalização deste projeto pode dar oportunidade para organizar encontros de arqueologia experimental sobre a tecnologia do bronze antigo (Figura 10) e cursos de verão ou inverno para alunos do ensino superior, em uma colaboração entre Universidade de Genova e Universidade do Molise.

Figura 9: realização das impressões 3D no projeto “Archeometallurgia del Sannio Pentro”



Fonte: Parco Archeologico di Sepino - Direzione Regionale Musei Nazionali

Figura 10: microestrutura do bronze antigo observada no microscópio ótico
(Univerddidade de Genova)



Fonte: Università degli Studi di Genova- DCCI

Figura 11: realização de modelos em cera para o processo de cera perdida e resultado final da fundição experimental no Pontificia Fonderia di Campane Marinelli em Agnone



Fonte: Parco Archeologico di Sepino- Direzione Regionale Musei Nazionali Molise Pontificia
Fonderia “Marinelli”

CONCLUSÕES

A oportunidade que tem um museu para ser ponto focal no desenvolvimento sustentável de um território é ser, nesse, um potencial atrator. Como o modelo matemático do “atrator” que é ser *um conjunto para o qual um sistema dinâmico evolui após um tempo suficientemente longo*, um museu é um ponto ao redor do qual giram, sendo atraídos, variados tipos de público (turistas, alunos, investigadores, cidadãos) oriundos, por sua vez, de outros atratores territoriais: Instituições, Escolas, Universidades, Associações, Empresas, Comunidade local. Mas o museu, a diferença destes outros atratores monopolares, é um atrator mais “universal”, enquanto o interesse para o frequentar envolve não só visitas clássicas, mas também, encontros institucionais, laboratórios e projetos educativos de formação profissional, estadias de investigação, apresentações de livros e conferências culturais e sobre o território, reuniões para projetos de sinergia territorial, encontros de comunidade. O papel que, neste sentido, podem desenvolver as tecnologias nos museus, antigas e contemporâneas, é o de fortalecer o papel “universal”: nos museus falando, trabalhando e projetando assuntos ligados às tecnologias.

Nas margens das suas pertinências com os museus e o território, implementa-se o papel do museu como lugar de educação para o Patrimônio, profissionalização do ensino escolar, encontros empresariais, investigação científica sobre o acervo, momentos de compartilhamentos da comunidade sobre assuntos do Patrimônio. Isto tudo faz do museu um verdadeiro atrator para tornar um território sustentável. O que é sustentável? Além da Cultura constituir um dos quatro pilares da sustentabilidade (juntamente com o ambiente, a sociedade e a economia), o museu pode ser um dos lugares onde os quatro pilares podem ser discutidos e planejados. Mas, algo de sustentável é sobretudo algo que tem estabilidade, auto regulação e equilíbrio.

A investigação científica, sobretudo se o assunto são as tecnologias, vai ter sempre algo do que se “alimentar” a nível de perguntas e desenvolvimento de métodos aplicados nos acervos dos museus. Há renovação contínua do público escolar ou de ensino superior que vai ser recebido, em laboratórios ou workshops sobre tecnologias antigas ou contemporâneas, nos museus. Assim, a educação consegue um dos resultados da investigação: formar na sociedade homens e mulheres cada vez mais conscientes da importância da sabedoria

e da sua aplicação profissional e com bagagem cultural. Isto faz dos museus um importante atrator para tornar sustentável um território, também usando o assunto das tecnologias nas atividades do museu, que não deve ser o único atrator no território, mas deve funcionar como tal, em conjunto com os outros (escolas, instituições, universidade, comunidade e mundo da empresa).

REFERÊNCIAS

BADEN- POWELL, R. *Scautismo per ragazzi*, 3ª edizione, Milano: Editrice Ancora, 1971.

BADEN- POWELL, R. *La strada verso il successo*, 5ª ristampa della 6ª edizione, Roma: Editrice Scout Fiordaliso, 2014.

DELFINO, D. Il Museo sannitico di Campobasso. Un viaggio di 4.000 anni nella storia del Sannio, *Prospettive. Il Patrimonio culturale del Molise*, n. 6, Campobasso: Mi.B.A.C.T. Segretariato Regionale per il Molise, 2019

DELFINO, D.; NIZZO, V. Understanding and accessibility of pre-and proto-historical research issues: sites, museums and communication strategies- Introduction, In DELFINO, D.; NIZZO, V. (eds) Understanding and accessibility of pre-and proto-historical research issues: sites, museums and communication strategies, *UISPP PROCEEDINGS SERIES VOLUME 17 – Understanding and Accessibility of Pre-and Proto-Historical Research Issues: Sites, Museums and Communication Strategies UISPP XVIII World Congress 2018 (4-9 Juin 2018, Paris)*. Session XXXV-1, Oxford: Archaeopress, p. 1-3, 2021.

European Heritage Days 2021. Disponível: <https://www.europeanheritagedays.com/Shared-Theme/Heritage-All-Inclusive-2021>

MARINELLI, G. *Un uomo dabbene. La saga dei fonditori di campane Marinelli*, Cava dei Tirreni: ed. Marlin, 2022.

OOSTERBEEK, L. Tecnologia, Memória e Gestão Integrada do Território: uma nova função social da arqueologia, In OOSTERBEEK, L, CEREZER, J.F., BITENCOURT, J., ZOCHE, J. (eds) *Arqueologia IberoAmericana e Arte Rupestre, Arkeos 32*, Tomar: CEIPHAR, p. 29-34, 2012.

OBJETOS EN LOS TERRITORIOS DE LA PRODUCCIÓN: LUGARES FRENTE A PAISAJES

JULIÁN SOBRINO SIMAL

INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas, el concepto de paisaje ha experimentado una transformación profunda, fruto de los debates surgidos en el ámbito de las ciencias sociales, la historia ambiental, la antropología del espacio, la geografía humana y los estudios patrimoniales. Frente a la concepción clásica del paisaje como objeto de contemplación estética — heredada de la pintura de paisaje, del pensamiento ilustrado y del urbanismo escenográfico moderno —, se ha impuesto progresivamente una visión crítica, acorde con la visión clásica del paisaje que no siempre fue puramente estética, donde el paisaje se concibe como construcción social, palimpsesto histórico, espacio vivido y escenario de conflictos. Esta nueva mirada considera el paisaje no solo como forma visible o composición visual, sino como resultado de una sedimentación de prácticas, técnicas, memorias y relaciones de poder inscritas en el territorio.

Este giro epistemológico ha sido especialmente fecundo para los estudios patrimoniales, en los que se ha pasado de una valorización de los bienes excepcionales y monumentales a una atención creciente por los paisajes culturales, los saberes locales, las prácticas cotidianas y los vínculos emocionales con el entorno. En este marco, cobran especial relevancia los territorios de la producción, entendidos como espacios conformados por actividades técnicas, relaciones laborales, infraestructuras, culturas del trabajo y formas de apropiación de la naturaleza que configuran paisajes singulares y altamente significativos. A pesar de su importancia histórica, social y cultural, estos paisajes han sido frecuentemente excluidos o marginalizados en los discursos patrimoniales hegemónicos, y es precisamente desde esta omisión que se hace urgente repensar su sentido, su significado y sus posibilidades de activación.

Este texto se inscribe en esa corriente crítica y propone una reflexión centrada en los objetos técnicos que, a lo largo de este texto pueden ser definidos en el contexto de que habitan dichos territorios productivos —sus usos, valores, trayectorias y significados—, concebidos no como meros instrumentos funcionales, sino como vectores conceptuales y materiales que permiten repensar la relación entre lugar y paisaje, entre técnica y cultura, entre materialidad y memoria. Frente a la visión dominante que reduce el objeto a su utilidad o lo encapsula en vitrinas museográficas, aquí se propone entenderlo como huella densa del hacer humano, como nodo territorial de saberes encarnados, y como testimonio de modos de vida, formas de trabajo y relaciones con la naturaleza que estructuran los paisajes históricos de la producción.

La hipótesis que orienta este trabajo es que los objetos no son simples herramientas ni productos acabados, sino condensadores de relaciones sociales, ecológicas y simbólicas. Son entidades cargadas de historicidad, sensibles a los contextos en que se producen y usan, y portadoras de sentidos que desbordan su dimensión material. Lejos de ser elementos neutros, los objetos en los paisajes productivos permiten leer las tensiones históricas entre funcionalidad y memoria, entre procesos extractivos y alternativas sostenibles, entre lógicas de modernización y saberes locales. En ellos se inscriben, con distinta densidad y persistencia, tanto las violencias del progreso como las resistencias de la comunidad.

El presente artículo se basa en la intervención realizada en la mesa redonda “Tecnologías adaptadas” del Seminario SemPIAS 2025, y se nutre asimismo de experiencias desarrolladas en el contexto latinoamericano, particularmente en Chile, a través del Taller de Paisaje Coquimbo, así como en el marco del proyecto internacional “Paisajes de la Producción”. La intención es ofrecer una perspectiva integradora sobre la vida social de los objetos técnicos en contextos de transformación territorial, subrayando su papel como mediadores culturales, como dispositivos críticos y como catalizadores de procesos de reactivación patrimonial. Al proponer esta lectura de los objetos —no como ruinas del pasado, sino como semillas de futuros posibles—, el texto aspira a contribuir a una renovación del pensamiento patrimonial, comprometido con la justicia espacial, la sostenibilidad y la pluralidad epistémica.

Figura 1: Corta minera Peña del Hierro, Riotinto-Nerva. Paisaje minero histórico modelado por la extracción a cielo abierto, donde afloran capas geológicas y restos del trabajo humano industrial. La imagen muestra la Corta Peña del Hierro como un paisaje modelado por la técnica extractiva, testimonio visible de la transformación industrial del territorio. Frente a una visión estética o neutral del paisaje, aquí se revela su dimensión conflictiva y su densidad histórica. Este vacío excavado es también una acumulación de memorias, trabajo y poder.



Fuente: Fundación Riotinto, Archivo Histórico

REPENSAR EL PAISAJE A TRAVÉS DE LOS OBJETOS: ENTRE TÉCNICA, MEMORIA Y TERRITORIO

Durante siglos, el concepto de paisaje ha estado dominado por una mirada contemplativa y visual, profundamente arraigada en la tradición pictórica del Renacimiento, en el pensamiento ilustrado y, más adelante, en los enfoques estéticos de la planificación territorial moderna. Esta visión lo redujo a menudo a una representación escénica, a un fondo pasivo o a una imagen pintoresca, desligada de los procesos sociales, técnicos y materiales que lo

configuran. En este marco, el paisaje aparece como una superficie que se observa, se administra o se consume, más que como un espacio que se vive, se trabaja o se transforma. Sin embargo, a partir de los años ochenta, con el auge de la geografía crítica, la historia ambiental, la antropología del espacio y los estudios del patrimonio, comenzó a consolidarse una nueva forma de comprender el paisaje: no ya como objeto, sino como relación; no como fondo visual, sino como sistema activo de vínculos entre naturaleza, cultura, trabajo y técnica.

Desde esta perspectiva ampliada, el paisaje se concibe como una construcción social, histórica y simbólica, en la que se sedimentan procesos ecológicos, decisiones políticas, trayectorias técnicas y formas de vida. Es un territorio habitado, afectado, modificado, cargado de sentidos. En esta visión relacional y sistémica, los objetos técnicos desempeñan un papel fundamental, pues ya no se entienden como herramientas aisladas, sino como huellas materiales del hacer humano, como fragmentos concretos del paisaje vivido. Son elementos que condensan relaciones ecológicas, saberes técnicos, gestos culturales y formas de habitar. Así, un objeto no es simplemente un instrumento funcional, sino un signo encarnado de relaciones socioecológicas, un índice de modos de producción, una clave de comprensión renovada del paisaje.

La distinción entre paisajes productivos y paisajes históricos resulta especialmente útil para explorar esta dimensión. Los paisajes productivos se asocian a una lectura funcionalista del territorio, centrada en la eficiencia, la conectividad, la explotación racional de los recursos y el incremento del rendimiento. Son los paisajes que responden a las lógicas contemporáneas del mercado, de la tecnificación y de la inmediatez económica. Por el contrario, los paisajes históricos incorporan la acumulación de tiempo, la persistencia de saberes, la densidad cultural de las prácticas y la diversidad de las trayectorias. Son paisajes palimpsesto, estratificados, donde el presente dialoga — y a veces entra en conflicto — con las marcas del pasado. En ellos, los objetos operan como dispositivos de interpretación y como hitos clave del análisis socio territorial: una azada comunal, un telar artesanal, un horno de cal, una máquina de vapor o una herramienta hidráulica pueden revelar cómo se ha habitado, trabajado, resistido o cuidado un territorio. La metáfora visual de la fotografía frente al cine —una imagen fija versus una narrativa en movimiento— permite ilustrar esta diferencia de enfoque: mientras el paisaje productivo congela el presente en clave de rendimiento, el paisaje histórico

abre una interpretación narrativa, plural y profunda de la transformación territorial. Los objetos técnicos, en este sentido, no son mudos ni neutros. Cada uno de ellos está imbricado en un sistema complejo de relaciones sociales, ambientales, simbólicas y normativas. Su forma, su materialidad, su modo de uso, su distribución espacial, su movilidad o su desuso remiten a una trama más amplia que incluye el régimen de propiedad, la estructura del trabajo, el acceso a los recursos, la disponibilidad de conocimientos, las regulaciones estatales, el papel de las mujeres en los sistemas técnicos y en los objetos del trabajo y la economía moral de una comunidad. Así, los objetos cristalizan no solo funciones prácticas, sino también valores sociales, memorias históricas, disputas simbólicas y formas de poder. Son condensadores de dinámicas territoriales, artefactos cargados de historia, de clase, de género, de identidad colectiva.

Asumir esta lectura implica, por un lado, desnaturalizar la técnica como dominio exclusivamente funcional y recuperarla como hecho cultural situado; por otro, devolver a los objetos su capacidad para narrar, para significar, para resistir. En lugar de ser tratados como simples testigos del pasado, los objetos pueden y deben ser entendidos como mediadores activos en la producción de sentido territorial. Leer el paisaje a través de ellos es, en consecuencia, una forma de articular prácticas técnicas, trayectorias históricas y emociones territoriales, y también una herramienta crítica para imaginar modelos de gestión patrimonial más inclusivos, más sensibles al contexto y más capaces de reconciliar memoria y transformación.

Figura 2: American Progress, John Gast painting, 1872. **Descripción sugerida (3 líneas):** La alegoría del progreso técnico avanza sobre el territorio borrando memorias, cuerpos y prácticas. Esta imagen encarna la visión moderna del paisaje como espacio por conquistar, donde la técnica es poder y no relación. Frente a esta lógica, repensar el paisaje exige leer en los objetos sus huellas, sus usos y sus resistencias.



TECNIFICACIÓN, SABERES Y EPISTEMOLOGÍAS DEL OBJETO: HACIA UNA LECTURA INTEGRAL DEL PAISAJE PRODUCTIVO

La tecnificación progresiva de los sistemas productivos ha sido uno de los procesos centrales de la modernidad industrial. A través de la mecanización, la automatización y la informatización de los medios de producción, se ha logrado una notable expansión de la productividad, una aceleración de los ritmos de trabajo y una transformación radical del paisaje. No obstante, este avance ha venido acompañado de importantes efectos colaterales: pérdida de biodiversidad, homogeneización espacial, desaparición de oficios tradicionales, desestructuración de vínculos comunitarios y erosión de culturas materiales. Estos impactos no son únicamente ambientales o económicos, sino también culturales, ya que afectan a la forma en que las comunidades se relacionan con su entorno, con el trabajo y con la técnica.

En este marco, numerosos objetos tradicionales —desde herramientas manuales hasta infraestructuras locales de pequeña escala— han sido desplazados por tecnologías industriales que prometen mayor eficiencia, pero que implican al mismo tiempo una creciente dependencia energética, una desvinculación con los ecosistemas inmediatos y una pérdida progresiva de autonomía técnica. Esta sustitución no solo altera la fisonomía del paisaje, sino que también transforma las prácticas y los saberes que lo sostienen. Allí donde la tecnología se impone como solución universal y descontextualizada, los objetos tradicionales y sus lógicas de uso quedan relegados a la obsolescencia.

Sin embargo, frente a este relato de desplazamiento y pérdida, es posible plantear una lectura alternativa, que reinterprete estos objetos como tecnologías de resiliencia. No se trata de idealizarlos ni de caer en una nostalgia paralizante, sino de reconocer su potencial como fuentes de innovación, como tecnologías adaptadas al territorio, accesibles, sostenibles y culturalmente enraizadas. Los objetos tradicionales, en este sentido, condensan no solo formas materiales eficaces, sino también formas de vida, economías del cuidado, y éticas del trabajo inscritas en una escala humana. Desde su materialidad, estos objetos nos permiten recuperar una idea de tecnología que no es ajena al entorno ni al cuerpo que la produce y la utiliza, sino profundamente vinculada a ellos.

Esta capacidad de los objetos para funcionar como tecnologías de resiliencia está indisolublemente ligada a los saberes técnicos que les dieron origen y sentido. Lejos de ser entes puramente materiales, los objetos portan en sí mismos conocimientos codificados en el gesto, la práctica, la experiencia y la oralidad. Su uso adecuado requiere aprendizaje, observación y transmisión. Así, un telar tradicional no es solo una máquina para tejer, sino un archivo táctil de técnicas, tiempos, formas de organización del trabajo y relaciones sociales. Su desaparición implica no solo la pérdida de un bien material, sino el debilitamiento de una epistemología práctica, encarnada en el hacer cotidiano, en el cuerpo que trabaja y en la mirada entrenada.

Cuando se interrumpen las cadenas de transmisión intergeneracional de estos saberes —a menudo por la irrupción abrupta de tecnologías externas o por procesos de desvalorización cultural—, se debilita también la capacidad de las comunidades para autogestionar sus procesos técnicos, sus formas de producción y sus modos de relación con el territorio. En este sentido, la pérdida de objetos y saberes tradicionales no debe entenderse solo como una consecuencia técnica o económica, sino como un empobrecimiento cultural profundo. Frente a ello, resulta fundamental una revalorización crítica de los saberes vernáculos, no como vestigios de un pasado superado, sino como patrimonio inmaterial vivo, como capital técnico y como base de una sostenibilidad plural y contextualizada.

Superar esta situación implica un cambio profundo en las formas de conocer y de pensar la técnica. En lugar de concebirla como un ámbito separado de la cultura —como algo puramente instrumental, neutro o universal—, se impone la necesidad de una nueva epistemología del territorio, que permita entender la técnica como una forma de conocimiento, relacional y atravesada por valores. Esta epistemología integradora debe ser abierta a la transdisciplinariedad, capaz de articular dimensiones ecológicas, históricas, simbólicas y políticas del hacer técnico.

En este marco, conceptos como *geosistema* (que articula relaciones físico-ecológicas), *cliosistema* (que introduce las estratigrafías de memoria histórica) o *territorio relacional* (que visibiliza los vínculos entre comunidades, prácticas y paisajes) permiten pensar los paisajes productivos como sistemas dinámicos y complejos, donde convergen múltiples escalas y temporalidades. En ellos, los objetos adquieren un valor relacional y transversal: ya no son simples cosas,

En suma, al centrar la atención en la vida social de los objetos técnicos y en los saberes que les dan sentido, se construye una herramienta crítica para pensar los territorios de la producción no como meros espacios funcionales, sino como entramados vivos de conocimiento, memoria y resistencia cultural. Y es precisamente desde esta mirada que puede emerger una política del objeto que no lo fosilice, sino que lo reconozca como instrumento activo para construir futuros más justos, sostenibles y territorialmente arraigados.

46

TECNOLOGÍAS ADAPTADAS Y OBJETOS CON ROSTRO HUMANO: CRÍTICA, MEMORIA Y TERRITORIO

En el contexto actual de crisis ambiental, desigualdad territorial y pérdida de referentes culturales, la reflexión sobre las tecnologías y los objetos adquiere una renovada urgencia. Frente a un modelo dominante de innovación centrado en la automatización, la eficiencia abstracta y la globalización tecnológica, emergen con fuerza propuestas que reivindican otras formas de producir, de conocer y de habitar el mundo. En este marco, las llamadas tecnologías adaptadas, apropiadas o intermedias ofrecen una alternativa viable y deseable, basada en el principio de escala humana. Según definía E.F. Schumacher, estas tecnologías tienen “rostro humano” porque están diseñadas para responder a las necesidades reales de las comunidades, respetan los límites ecológicos del entorno y se sostienen en saberes técnicos locales y relacionales.

A diferencia de las tecnologías industriales masificadas —que tienden a borrar contextos, uniformar prácticas y desactivar conocimientos tradicionales—, las tecnologías adaptadas proponen una innovación arraigada y ética. Los objetos que emergen de estas lógicas no son mercancías genéricas, desvinculadas de sus condiciones de producción y uso, sino expresiones materiales de modos de vida, valores colectivos y compromisos territoriales. Son objetos que no solo cumplen funciones prácticas, sino que condensan relaciones entre cuerpo, comunidad y paisaje. Estudiarlos y reactivarlos no es solo una cuestión técnica: es una apuesta por imaginar formas más justas y sostenibles de habitar la técnica.

Más allá de su utilidad inmediata, estos objetos pueden convertirse en auténticas herramientas críticas. Su presencia en museos, centros comunitarios, escuelas, archivos o espacios públicos permite activar memorias dormidas, recuperar vínculos intergeneracionales y proponer relatos alternativos sobre la historia técnica de los territorios. Exhibir, narrar, manipular o reproducir un objeto tradicional —una prensa hidráulica, una herramienta agrícola, un telar, un molino— es también una forma de resistencia cultural frente al discurso dominante de la obsolescencia programada, el consumo desmedido y la despolitización de la técnica. Cuando un objeto reaparece en escena, no solo se revalora su forma: se reabre el

debate sobre los modos de producir, de trabajar y de relacionarse con el entorno.

En este sentido, releer los objetos desde el presente no implica replicarlos de manera nostálgica o literal, sino re-imaginarlos. Un telar puede convertirse hoy en un instrumento de empoderamiento colectivo, en una herramienta de pedagogía feminista o en una plataforma de experimentación estética y activismo artesanal. Un horno de cal abandonado puede resignificarse como nodo comunitario, como laboratorio de sostenibilidad energética o como espacio de mediación patrimonial. Estas relecturas permiten romper con la linealidad del progreso técnico, cuestionar la ideología del reemplazo permanente y abrir espacios para una innovación, híbrida, creativa y transformadora. Al recontextualizar los objetos, se los rescata de la categoría de “ruina” para devolverles su potencia proyectiva: no son restos inertes del pasado, sino testimonios materiales en latencia.

Pero para que esta resignificación tenga profundidad, es necesario comprender que los objetos no existen en aislamiento. Cada uno de ellos es un nodo dentro de redes materiales, técnicas, sociales y simbólicas. Están conectados con prácticas de producción, con gestos del cuerpo, con sistemas de saber, con formas de uso del tiempo, con paisajes culturales y con memorias colectivas. Pensar los objetos como nodos territoriales implica reconocer su capacidad para articular cartografías alternativas: mapas en los que cada artefacto señala un punto de conflicto, de creatividad, de memoria o de posibilidad.

Esta mirada relacional permite utilizar los objetos como herramientas analíticas para el estudio crítico del paisaje. A través de ellos se pueden reconstruir economías locales, visualizar trayectorias de despojo o de resiliencia, entender configuraciones de poder o de colaboración. Al mismo tiempo, su análisis puede alimentar el diseño de políticas públicas más inclusivas, capaces de reconocer la diversidad de escalas, temporalidades y saberes que coexisten en los territorios. Incorporar la dimensión simbólica y técnica de los objetos en los procesos de planificación y gestión del paisaje no es un lujo intelectual, sino una condición necesaria para reconciliar desarrollo con justicia espacial y memoria cultural.

En definitiva, las tecnologías adaptadas y los objetos con rostro humano nos invitan a pensar de manera distinta el vínculo entre técnica, comunidad y territorio. Nos recuerdan que la innovación no debe entenderse como ruptura con el pasado, sino como diálogo con sus posibilidades aún latentes. Y nos enseñan que los objetos —lejos de ser residuos de un mundo superado— pueden ser, si se les escucha, aliados poderosos para construir horizontes de vida más dignos, más diversos y habitables.

Figura 4: Cerco Industrial de Peñarroya-Pueblonuevo (Córdoba, España). Territorios descritos como lugares en los que se vinculan la técnica, la sociedad y las memorias. Este paisaje vacío conserva las huellas de lo que fue un territorio productivo, hoy en espera de nuevas apropiaciones. A la derecha, una nave industrial sobrevive como vestigio material y posibilidad futura. En este claro, los objetos con “rostro humano” pueden reaparecer como catalizadores de memoria, crítica y reinención comunitaria.



Fonte: Julián Sobrino ©

PROBLEMÁTICAS ABORDADAS

Una de las primeras problemáticas que este trabajo pone de relieve es la invisibilización sistemática de los objetos técnicos en los marcos normativos del patrimonio cultural. A pesar de su centralidad en la configuración de los paisajes productivos y de su capacidad para condensar saberes, valores y relaciones sociales, estos objetos rara vez son reconocidos como bienes patrimoniales en sí mismos. Las políticas de conservación tienden a privilegiar monumentos arquitectónicos, sitios arqueológicos o elementos paisajísticos

de alto valor escénico, dejando en segundo plano aquellos dispositivos materiales vinculados a la cultura del trabajo y a la técnica cotidiana. Esta omisión no solo empobrece el acervo patrimonial, sino que borra las huellas de las clases trabajadoras, las culturas materiales vernáculas y los saberes técnicos que han modelado históricamente los territorios.

Relacionado con ello, se observa una reducción de la técnica a su dimensión puramente instrumental, desligándola de sus connotaciones simbólicas, estéticas y sociales. En muchos discursos patrimoniales y desarrollistas, los objetos técnicos son tratados exclusivamente como medios para fines prácticos, lo que impide reconocer su papel como mediadores culturales, como portadores de memoria y como soportes de identidad. Esta visión funcionalista desactiva la potencia crítica de los objetos y obstaculiza su resignificación en clave pedagógica, política o creativa. Entender la técnica como un hecho cultural situado exige abrir el horizonte conceptual del patrimonio hacia una lectura más compleja de los artefactos y sus contextos.

Otra problemática fundamental es la ruptura de las cadenas de transmisión intergeneracional de saberes técnicos y culturales. La acelerada tecnificación de los procesos productivos, sumada a la desvalorización de las prácticas tradicionales, ha generado una discontinuidad profunda en los sistemas de aprendizaje comunitario. Muchos oficios, técnicas y formas de fabricar objetos que durante siglos se transmitieron oralmente o a través de la práctica compartida, hoy están en riesgo de desaparecer. Esta ruptura no solo afecta el conocimiento sobre cómo hacer las cosas, sino también las formas de vida asociadas a ese saber, debilitando la capacidad de las comunidades para gestionar autónomamente sus recursos, herramientas y entornos productivos.

También resulta preocupante la desconexión entre la gestión del paisaje y la cultura material que lo configura. En numerosos casos, las políticas territoriales y los instrumentos de planificación ignoran la dimensión técnica, histórica y simbólica de los objetos insertos en el territorio, tratándolos como residuos del pasado o como obstáculos para el desarrollo. Esta desconexión impide comprender el paisaje como un sistema denso de relaciones entre prácticas, saberes, infraestructuras y formas de habitar. Sin una integración efectiva entre cultura material y ordenamiento territorial, cualquier intento de gestión del paisaje corre el riesgo de ser superficial, extractivo o insensible a la historia social de los lugares.

A ello se suma la fragilidad de los enfoques participativos en los procesos de patrimonialización territorial. Aunque el discurso institucional ha incorporado la noción de participación como requisito normativo, en la práctica muchas iniciativas patrimoniales se diseñan desde arriba, sin un diálogo real con los actores locales ni con los portadores de los saberes técnicos. La falta de metodologías horizontales, de tiempos adecuados para la construcción de confianza y de recursos para facilitar la participación efectiva limita la posibilidad de construir patrimonios significativos para las comunidades. La patrimonialización se convierte entonces en un procedimiento tecnocrático que reproduce desigualdades en lugar de corregirlas.

Finalmente, este trabajo subraya la necesidad urgente de incorporar marcos epistemológicos relacionales ya las recomendación UNESCO 2011 sobre Paisaje Urbano Histórico así como en las políticas públicas de paisaje. Comprender los objetos no como unidades aisladas, sino como enlaces de redes territoriales, sociales y culturales, implica adoptar enfoques que reconozcan la pluralidad de escalas, tiempos y saberes que coexisten en los territorios. Esto requiere una apertura hacia formas de conocimiento encarnadas, prácticas y comunitarias, que no siempre se ajustan a los criterios convencionales de validación técnica o académica. Incluir estos saberes situados en los procesos de toma de decisiones no es una concesión cultural, sino una condición indispensable para construir políticas inclusivas, sostenibles y respetuosas de la diversidad territorial.

Figura 5: Paisaje agrario del Valle de Limarí en Carén (Región de Coquimbo, Chile). El inestimable cruce entre tradición, innovación y los conflictos contemporáneos: por la tierra, el agua y la cultura. El valle de Limarí revela la tensión entre agricultura intensiva y saberes tradicionales en peligro de extinción. Los objetos, técnicas y paisajes campesinos han sido desplazados por lógicas extractivas e infraestructuras ajenas al territorio. Esta imagen encarna las problemáticas de invisibilización, pérdida de saberes y desconexión cultural que atraviesan los procesos de patrimonialización.



METODOLOGÍAS EN EXPANSIÓN Y EXPERIMENTACIÓN

Un primer enfoque metodológico fundamental es la cartografía relacional de la cultura material, orientada a situar los objetos técnicos dentro de las redes que configuran los paisajes productivos. Frente a las lógicas de clasificación taxonómica o de inventariado patrimonial que aíslan los objetos de sus contextos, esta metodología propone mapearlos como nodos activos en un sistema territorial complejo. A través de herramientas como los Sistemas de Información Geográfica (SIG), la cartografía participativa y el mapeo crítico, es posible visualizar las conexiones entre los objetos, los recursos naturales, las infraestructuras, las prácticas del trabajo y los valores simbólicos del territorio. Este enfoque permite pasar de una mirada estática sobre los bienes materiales a una comprensión dinámica de las relaciones que los sostienen, los transforman y los dotan de sentido en distintas escalas temporales y espaciales.

Complementariamente, la etnografía crítica y la genealogía del objeto abren así una vía para reconstruir las trayectorias vitales de los artefactos técnicos en su contexto social y territorial. A través de entrevistas en profundidad, observación participante, talleres intergeneracionales y registros de memoria oral, esta metodología indaga en los usos, saberes y afectos que rodean a los objetos. Se trata de rastrear no solo cómo fueron fabricados o empleados, sino también cómo circulan, se transforman y adquieren nuevos significados. En esta línea, los objetos son tratados como “biografías materiales” que condensan experiencias, tensiones y formas de vida, y que permiten acceder a los imaginarios colectivos y las formas de relación con el entorno. La genealogía del objeto abre así una revisión política de la técnica, visibilizando los vínculos entre trabajo, cultura y territorio.

En tercer lugar, resulta clave el análisis morfológico y tipológico de los objetos, orientado a comprender sus formas, materiales, estructuras y modos de funcionamiento en relación con las condiciones técnicas y ecológicas que los produjeron. Esta metodología combina el estudio visual, la documentación fotográfica, el dibujo técnico y, cuando es posible, la reproducción digital (modelado 3D) o artesanal de los objetos. Más allá del análisis formal, este enfoque permite detectar variaciones, adaptaciones, innovaciones locales y formas de hibridación entre tradiciones técnicas. De esta manera, los objetos

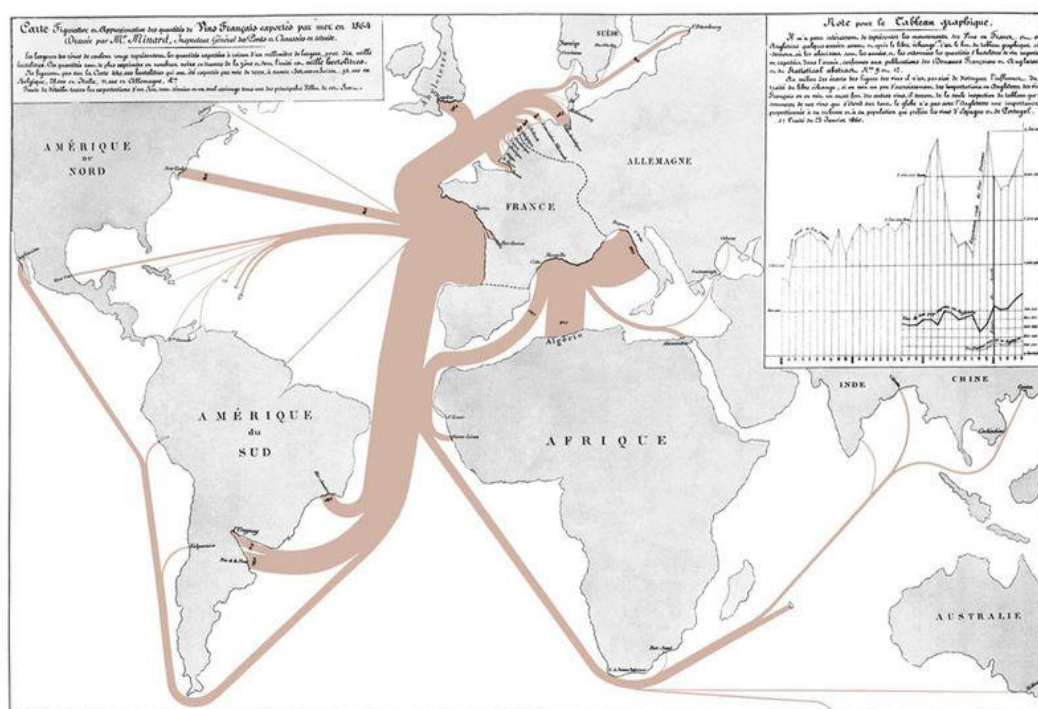
revelan no solo su funcionalidad, sino también su inscripción en una ecología del cuerpo, del gesto y del paisaje. El análisis técnico se transforma así en una vía de acceso a la historia cultural de los materiales y las técnicas.

Otra vía metodológica especialmente fértil es la que propone trabajar con los objetos desde una lógica de dispositivo pedagógico y museográfico experimental. Aquí, el interés no está solo en el estudio del objeto, sino en su activación social mediante estrategias de mediación, exposición y apropiación colectiva. Talleres de fabricación colaborativa, dispositivos móviles de memoria, intervenciones en el espacio público o instalaciones museográficas abiertas se constituyen en plataformas donde los objetos son recontextualizados y resignificados. Al manipularlos, narrarlos, reinterpretarlos o reproducirlos, las comunidades no solo preservan un saber, sino que construyen nuevas formas de agencia cultural. Esta metodología convierte al objeto en vehículo de reaprendizaje, memoria activa y producción de sentido compartido.

Finalmente, el trabajo con objetos en los territorios de la producción requiere una escritura crítica y multidisciplinar, capaz de articular análisis técnico, relato territorial y posicionamiento político. Lejos de los géneros académicos cerrados, se propone aquí una escritura que incorpore múltiples voces — expertas, populares, comunitarias— y que ensaye formas narrativas capaces de dar cuenta de la complejidad de los objetos como mediadores culturales. Ensayos reflexivos, crónicas de campo, cartografías narrativas, diarios colectivos o microhistorias objetuales son algunos de los formatos posibles. Esta metodología, que podríamos llamar “ensayo territorial”, permite construir relatos situados, sensibles y comprometidos con la diversidad epistémica de los paisajes productivos.

En conjunto, estas metodologías no solo permiten estudiar los objetos en el territorio desde una perspectiva integral, sino que también abren caminos para su reactivación crítica. Al tratarlos como mediadores entre técnica, cultura y paisaje, se convierten en herramientas para pensar el patrimonio como proceso vivo, plural y situado. Más que conservar formas, se trata de activar memorias, revitalizar prácticas y proponer políticas que reconozcan la complejidad de lo material en los paisajes de la producción.

Figura 6: Mapa de Charles Joseph Minard sobre las exportaciones de vino francés en 1864. El mapa de Minard sobre las exportaciones de vino francés en 1864 ilustra cómo los objetos, en este caso, el vino como bien cultural, pueden ser visualizados a través de metodologías cartográficas relacionales. Esta representación anticipa enfoques contemporáneos que combinan técnica, geografía e interpretación crítica. Mapear es también narrar trayectorias materiales y simbólicas en el paisaje global.



Charles Joseph Minard, *Tableaux Graphiques et Cartes Figuratives de M. Minard*, 1845-1869, a portfolio of his work held by the Bibliothèque de l'École Nationale des Ponts et Chaussées, Paris.

Fonte: Creative Commons ©

CONCLUSIONES

El análisis de los objetos técnicos desde una perspectiva territorial, histórica y cultural permite abrir nuevas vías de comprensión y acción sobre el paisaje. En lugar de verlos como fragmentos obsoletos o como piezas museales, podemos considerarlos vectores de memoria, pedagogía, innovación y transformación. Los objetos condensan memorias técnicas, valores colectivos y conocimientos situados. Su análisis nos ayuda a detectar conflictos socioespaciales, a valorar saberes invisibilizados y a diseñar políticas públicas más justas, sostenibles e inclusivas. Esta propuesta se inscribe en una mirada crítica que no separa técnica de cultura, ni objeto de territorio, y que apuesta por una política del hacer, cooperativa y respetuosa de las diversidades. Porque los objetos no son ruinas del pasado: son dispositivos activos que nos permiten imaginar y construir futuros más habitables, más equitativos y humanos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun (ed.). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BACHELARD, Gaston *La poética del espacio*. Fondo de Cultura Económica, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. *El sistema de los objetos*. México: Siglo XXI Editores, 1969.

BERQUE, Augustin. *Écoumène: Introduction à l'étude des milieux humains*. Paris: Belin, 2000.

LATOUR, Bruno. *Aramis ou l'amour des techniques*. Paris: La Découverte, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Civilización material, economía. y capitalismo. Siglos XV-XVII*. Vol. 2: *Los juegos del intercambio*. Madrid: Alianza, 1984.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, Cristiana. *Tecnologia e cultura material: objetos, saberes e práticas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2012.

DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. New York: Ithaca.

DE CERTEAU, Michel. *La invención de lo cotidiano 1: Artes del hacer*. Universidad Iberoamericana, 1966. (2000)

GRABURN, Nelson H. (comp.). *Ethnic and Tourist Arts*. Berkley: University of California Press, 1976.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. Rio de Janeiro, DP&A, In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, 2006.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Ed. Siglo XXI, 2002.

MACDONALD, Sharon. *Memorylands: Heritage and Identity in Europe Today*. London: Routledge, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Los argonautas del Pacífico Occidental: un estudio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea melanésica*. Barcelona: Península, 1973.

MICHELON, Francisca F.; RIBEIRO, Diego L. ; COELHO, Jossana P. Memórias da fábrica: identificação de elementos para o projeto de reciclagem da extinta Laneira Brasileira S.A./ Pelotas. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 8, p. 138-158, 2015.

MICHELON, Francisca F.; CRUZ, Ubirajara B. Fotografia, memória e patrimônio industrial: para saber do Frigorífico Anglo de Pelotas/Brasil e de Fray Bentos/Uruguai. *Revista Memória em Rede*, v. 8, 2016.

NOGUÉ, Joan. *El retorno al paisaje*. Barcelona: Ariel, 2007.

NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire*, 3 vols. Paris: Gallimard, 1984-1992.

PRICE, Sally. *Primitive Art in Civilized Places*. University of Chicago Press: 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, 2000.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Madrid: Trotta, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Schumacher, Ernest F. *Small Is Beautiful: A Study of Economics as if People Mattered*. London: Blond & Briggs, 1973.

SENNETT, Richard. *El artesano*. Barcelona: Anagrama, 2009.

SOBRINO, Julián. *Los paisajes históricos de la producción en Sevilla*. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 2018.

SOMBART, Wermer. *Lujo y capitalism*. Madrid: Alianza, 1979.

REVISITANDO O FUTURO DO PASSADO: O QUE APRENDER?

ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES

Este texto compõe uma série de reflexões realizadas para o III Seminário Internacional Patrimônio Industrial, Alimentação e Sustentabilidade, tendo como sub-título Tecnologias Produtivas Antigas e Atuais em Museus e Comunidades Sustentáveis, na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. Em minhas reflexões, trago alguns pontos que propõe algumas ponderações a respeito do passado, e o que pode-se aprender com algumas características que nos tornaram humanos bem como suas consequências. Para tal, dividi este texto em alguns tópicos, que encabeçarão os itens que norteiam este texto.

INTRODUÇÃO

Minha fala começa pela apresentação, uma vez que sou formado em História (UFRGS, 1993), Mestre em Arqueologia (PUCRS, 1996) e Doutor em Arqueologia Brasileira (MAE-USP, 2005). E embora eu tenha parte de minha formação neste século, destaco que no século passado, mais precisamente nos anos de 1985 e 1986, trabalhei em uma empresa em Porto Alegre, minha cidade natal, no cargo de assistente de computação. Nesse período, a empresa ao qual eu trabalhava possuía o segundo maior computador do estado do Rio Grande do Sul, um A9, com a fantástica capacidade de armazenamento e processador de 12 Mb de memória. Neste biênio de 1985-86, o maior computador do Estado pertencia a empresa de processamento de dados do Estado, com um processador de 24 Mb de memória.

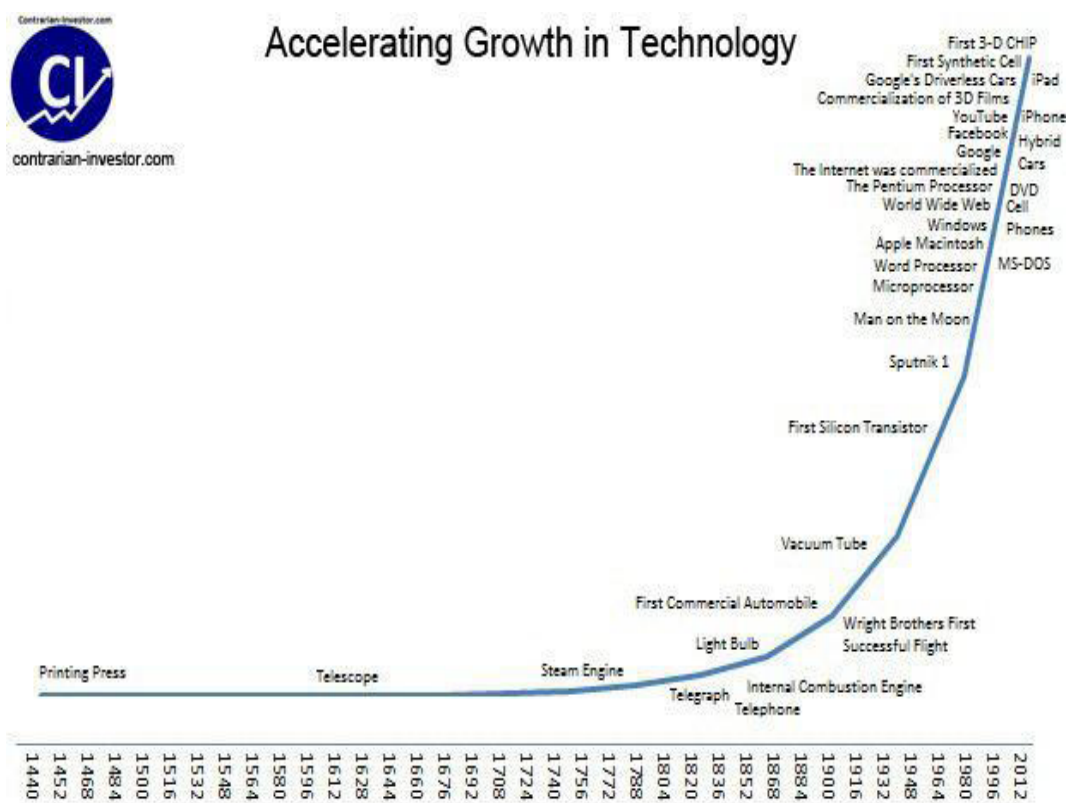
Faço esta introdução para falar que, ao falar da tecnologia de literalmente 40 anos atrás, o contar desta história provoca risos e olhares mistos de pena e solidariedade (nos mais velhos) pois algo relativamente recente está ultrapassado em milhares de megabites do que é possível ver hoje em

celulares, tablets e notebooks. Então, falar de tecnologias do passado devem primeiro resgatar “o que se entende pelo passado” nesse texto, uma vez que as tecnologias de 20 ou 30 anos atrás estão não somente ultrapassadas, mas ligadas por fios condutores de diversos matizes que podem ser explorados em outros lugares, quiçá “mais tecnológicos”.

Os exemplos mais singelos podem remeter-se como a música foi registrada em discos de vinil, posteriormente fitas cassete, e hoje os pen-drives acumulam informações cada vez maiores (outra digressão engraçada é lembrar que os disquetes de vinil de 3,1/4 polegadas tinham capacidade de armazenar menos de uma música de 3 minutos, nos anos 1995...).

Então, sem problematizar demasiado, nos perguntamos: O que é tecnologia? Considerando que a mudança tecnológica nos últimos 70 anos foi exponencial, se considerarmos o crescimento aritmético nos primeiros dois milhões de existência humana, e quiçá geométrico entre a invenção da imprensa com tipos móveis (século XVI) e a invenção do telefone ou mesmo do carro (começo do século XX), veremos que os avanços deste século XXI já colocam como muito ultrapassados diversos elementos do começo deste mesmo século (Figura 1).

Figura 1: Crescimento acelerado em Tecnologia.



Fonte: <https://seekingalpha.com/article/453871-the-promise-of-accelerating-growth-in-technology>, acesso em: 01 de junho de 2025.

Então, o que entendemos como tecnologia? E como as tecnologias do passado estão presentes atualmente e podem se projetar para o futuro?

Tecnologia é o conjunto de processos e habilidades usados na produção de bens ou serviços, ou na realização de objetivos, como em investigações científicas. Isso também pode ser embutido em máquinas para permitir a operação destas sem conhecimento detalhado do funcionamento. (Wikipédia)

Na condição de arqueólogo e coordenador de um laboratório de arqueologia, apresento algumas reflexões sobre parte do acervo que existe no Laboratório de Arqueologia, sociedades e Culturas das Américas- LASCA, vinculado a Divisão de Museus da UFSM. Em minha apresentação, utilizo o exemplo de algumas pontas de projéteis, usualmente conhecidas como “pontas de flecha”, que tem como particularidade o lascamento bifacial acentuado por retoques unilaterais nas bordas. Isso torna as pontas não simétricas, e, portanto, a projeção destas através de um arco, tenderia que o movimento seria em parte determinado pelo giro destas pontas sobre o seu próprio eixo sagital (observando a ponta direcionada para cima).

Na continuidade, os exemplos etnográficos apontam para algumas flechas poderem ter sido emplumadas com as penas em rotação, ou seja, contribuindo para que a flecha, ao ser disparada, girasse sobre seu próprio eixo, adquirindo assim menor atrito com o ar, maior alcance de disparo e maior poder de penetração. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Então, a proposta deste texto é promover uma reflexão sobre 4 pontos que buscam trazer possíveis ligações entre o passado e o presente, e quiçá, percepções para o futuro. Assim, este texto, tal qual a apresentação, se propôs a fazer algumas ilações a respeito destes temas.

1 - Quais comportamentos pré-históricos estão presentes hoje?

2 - Quais mudanças globais nossos ancestrais encararam?

3 - A pré-história pode dar insights significativos para resiliência, crise de gestão e inovação?

4 - A seleção natural funciona ainda hoje?

QUAIS COMPORTAMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS ESTÃO PRESENTES HOJE?

Quando nos perguntamos quais comportamentos a nossa espécie perpetua ao longo de períodos extensos (considerando a velocidade das mudanças tecnológicas citadas) devemos entender aqui somente a nossa espécie, *Sapiens*, uma vez que, ao contrário de outras na natureza, somos os únicos representantes do nosso gênero *Homo*.

Então, para tratar de comportamentos, um deles é justamente fazer ferramentas para inovação tecnológica, ou seja, desde a escalada aritmética até o aceleração do final do século XX e até o momento no século XXI, conforme a figura 1, podemos falar da escala exponencial das mudanças tecnológicas dos últimos 50 anos.

Quando questionamos quais tecnologias do passado permanecem até os dias atuais, ou ainda, quais deixaram suas marcas mais profundas, trago como exemplo as pontas de flecha já citadas anteriormente. Pertencentes a Tradição Umbú, sua definição não é consensual, porém, o que nos interessa aqui é apresentar como estas pontas de projéteis foram lascadas a fim de obter dois lados assimétricos, mas que provocam, no tiro com arco, que o projétil gire em torno do próprio eixo. Este tipo de ponta, associada a uma emplumação da flecha igualmente em espiral, proporciona o que hoje chamamos de balística, aqui tratada como a ciência que estuda o movimento e a trajetória dos projéteis, e seus efeitos no ambiente. Este girar em torno do próprio eixo, associado a emplumação colocada no mesmo sentido em espiral, irá proporcionar maior alcance, menor atrito e maior penetração na caça.

No acervo do LASCA – UFSM temos algumas pontas de projéteis que preenchem os critérios acima mencionados (<https://www.youtube.com/watch?v=dvrl2dg83wM>) no qual percebemos que o lascamento assimétrico foi algo intencional do artesão. Esta inovação tecnológica será redescoberta no século XV mas produzida industrialmente somente no século XIX, e continua sofrendo alterações dentro deste modelo. As pontas de flecha depositadas em acervo podem ter até 8.000 anos de idade, uma vez que não temos datações para estes exemplares.

No LASCA-UFSM oferecemos uma oficina de arco e flecha para crianças e jovens a partir dos dez anos de idade. A atividade consiste em cada aluno tentar acertar os “alvos”, que são réplicas de fauna brasileira, a Paca (*Cuniculus paca*) com as flechas. Em uma distância pré-determinada de aproximadamente 5 metros, os estudantes ficam em fila para, em três tentativas, acertar sua caça. É dada uma explicação inicial sobre o tiro de arco, como se seguram a flecha e o posicionamento do arco, a movimentação do corpo e dos braços. Quando as turmas tem tempo, mais de uma tentativa para que os estudantes possam acertar. Assim, explicamos que, embora nos livros didáticos os povos “caçadores” sejam colocados em grau de desenvolvimento tecnológico como inferiores aos horticultores, o que apresentamos é uma atividade lúdica para a experimentação de como seria a atividade da caça e os fatores que necessitam ser conhecidos para ter sucesso na atividade (Figura 2).

Figura 2: Oficina de arco e flecha na escola EMEF Sérgio Lopes, Santa Maria.



Fonte: Acervo LASCA-UFSM.

Além da inovação tecnológica, outro fator que herdamos de nossos parentes primatas é a cooperação social. Embora isso esteja presente também em espécies do gênero *Pan* (como o *P. troglodytes* e o *P. paniscus*), acreditamos que o aprendizado biológico será ampliado pelo aprendizado cultural, seja na inovação tecnológica ou no enfrentamento as mudanças do ambiente ao seu redor. Fato é que os modelos de comportamento para os primeiros hominídeos é sempre imaginada a partir dos elementos que já conhecemos dos nossos parentes, e elementos como tristeza, alegria ou reflexão eram ignorados até bem pouco tempo e são observados em grupos do gênero *Pan* (chimpanzés e bonobos).

É muito provável que os elementos que registramos hoje nestes primatas deveriam ser observáveis em nossos antepassados, e como é atribuído a Margaret Mead, o primeiro sinal de civilização passa por um osso quebrado e cicatrizado, ou seja, apenas uma espécie com grande instinto de colaboração é capaz de cuidar do outro membro do seu grupo ao invés de abandoná-lo a própria sorte. Em escolas infantis é possível observar como a cooperação é uma saída coletiva para problemas que envolvem o bom andamento do grupo. Ou seja, apesar de não ser algo inato, parece que a cooperação é uma das heranças que nossa espécie perpetua em diferentes momentos de crise.

A cooperação é mais bem vista justamente nestes momentos de crise, nos permitindo supor que a solidariedade emerge quando a empatia nos faz perceber realmente humanos e colocar-se no lugar do outro: Escrevo estas linhas pouco mais de um ano após das tragédias ambientais que assolaram a região central do estado do Rio Grande do Sul, quando os níveis pluviométricos provocaram deslizamentos de terra, cheia dos rios, desalojados em diversos municípios e estragos em níveis ambientais que ainda estão sendo computados, originando também uma nova classe pouco conhecida: a dos refugiados ambientais. Apesar de que a crise ambiental mostrou o pior do ser humano, também houve grandes manifestações de empatia e socorro mútuo.

Aparentemente menos importante, o uso do fogo não mudou somente a vida do ser humano na pré-história: se pensarmos os avanços que podem ser associados ao uso e manipulação deste, podemos voltar ao começo do século XX quando o fogão a gás era uma novidade frente ao (caro) modelo de fogão a lenha. Essa substituição trará implicações imediatas, tanto em ordem

direta (tempo de cocção dos alimentos) quanto indireta (a sociabilização). Em termos capitalistas, além da produção e venda em larga escala dos fogões a gás em substituição ao fogão a lenha, também existem implicações da ordem do mundo do trabalho: o fator tempo para a preparação dos alimentos muda, liberando a mão de obra para outras atividades, e mudando também as relações sociais, ao redor desse agregador natural que é o fogo.

Desse ponto, do conviver e trocar informações, apresento um outro elemento que certamente é conhecido como um comportamento humano, que é o aprendizado e a transmissão do conhecimento. Longe de discutir o processo de aprender e suas discussões epistemológicas (transmissão, construção, troca de conhecimento, etc), a mudança das tecnologias não alterou a capacidade do ser humano de aprender. Em tempos de Inteligência Artificial e outros programas que “facilitam” a busca pelo conhecimento, a passagem dos saberes e das experiências segue um tema privilegiado nas discussões sobre o papel daqueles que têm por profissão a formação/educação de neófitos, e o quanto as novas tecnologias podem ser instrumentos de aprendizagem ou mecanismos de substituição nesse processo. Em outras duas atividades do LASCA ofertadas, que são a oficina de escavação arqueológica simulada (para apresentar como são realizadas as descobertas arqueológicas), e uma oficina de arte rupestre, observamos o impacto nas crianças sobre estes temas relevantes para o Rio Grande do Sul, mas que são pouco ou nada trabalhados nos currículos escolares.

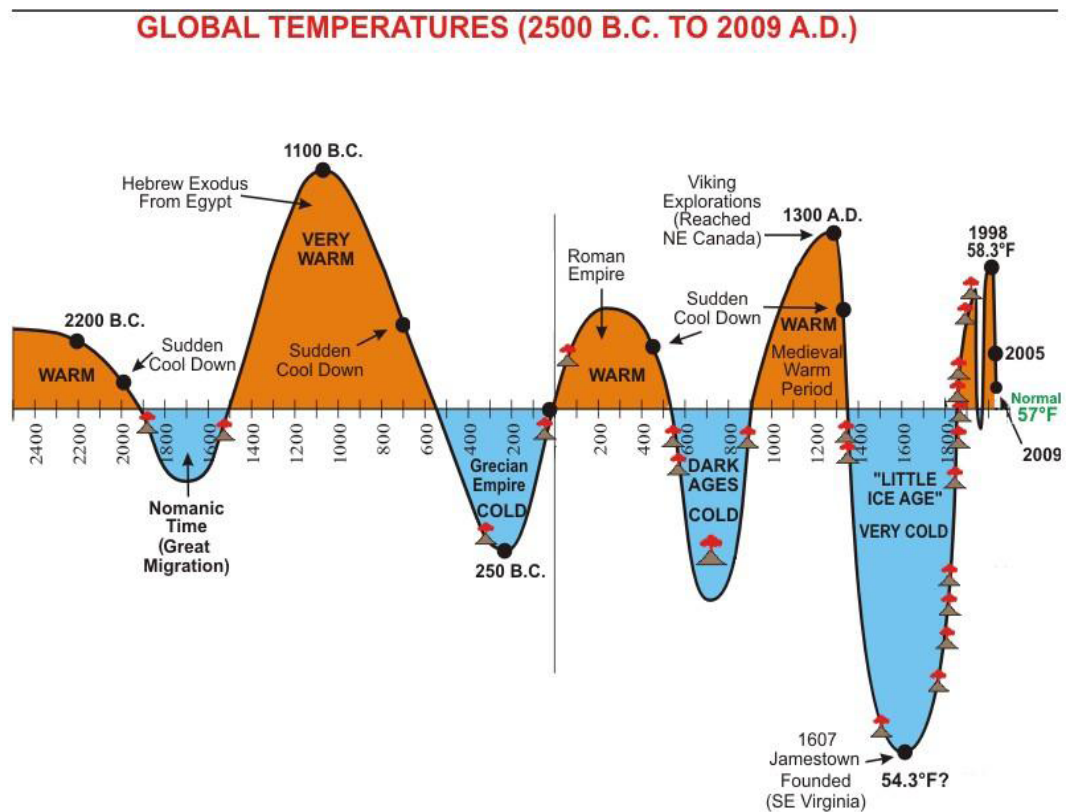
Outro elemento que caracteriza os Sapiens é a Territorialidade e Mobilidade. Sobre a gestão do território e o uso dos recursos naturais seria demasiado longo explorar. Porém, dado que os grupos humanos e a constituição da ideia de Nação pressupõe um território, a delimitação do espaço alcançado e/ou explorado e/ou delimitado por estas sociedades entram em disputas, causando mobilidade desde tempo imemoriais. As causas das migrações são diversas, e como já citei os refugiados ambientais, não é demais citar as causas políticas, econômicas, de perseguição religiosa, étnica, entre outras, que são fartamente documentadas ao longo da história global, desde a muito tempo, em todos os continentes. Discutir a chegada ou o abandono dos territórios é tarefa muito ampla, mas desde as espécies humanas mais antigas, a saída do continente africano e a ocupação de outros lugares tem sido uma das constantes que sim, tem marcado a nossa espécie e nossas sociedades.

QUAIS MUDANÇAS GLOBAIS NOSSOS ANCESTRAIS ENCARARAM?

Um ponto de destaque para perceber as continuidades ou heranças dos seres humanos do passado para a atualidade, é refletir quais as mudanças globais foram enfrentadas. Embora esse tema possa ser recuado a milhares de anos, quando os Neanderthais atravessaram três grandes ciclos glaciares, em escala mais recente também os Sapiens sentiram os efeitos tanto do final da última glaciação, como as sucessivas pequenas “idades do gelo” precedidas dos pequenos “ótimos climáticos”¹. O planeta tem passado por grandes momentos de resfriamento e aquecimento, talvez com origem nos ciclos de Milankovich, que tem como resultado observável as glaciações planetárias. É de se destacar que, entre os períodos glaciares, o planeta continua com oscilações de temperatura e concentração de umidade, alternando assim os climas em quentes e frios (úmidos ou secos). Acompanhando estas oscilações, a fauna e a flora de cada local reage diferentemente a estas mudanças, podendo surgir ou extinguir espécies, de acordo com sua capacidade de adaptação.

¹ Ver <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4627>, último acesso em 03/06/2025.

Dito de outra forma, a sucessão de períodos quentes e frios, secos ou úmidos, tem acontecido desde o surgimento da nossa espécie, assim como do nosso “irmão”, os neandertais (Condemi e Satier, 2018), que atravessou mais de uma glaciação. O quadro abaixo reflete, para os últimos 2500 anos antes da era Comum, as variações de temperatura associados a alguns eventos históricos conhecidos, como o Império Grego, o Império Romano, e a alta e baixa idade média.

Figura 3: Temperaturas médias globais

Fonte: Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chart-LongtermGTemps.jpg>, último acesso em 03 de junho de 2025, baseado no original disponível em: <https://archive.org/details/7da-2748b-ffc-84a-36fc-276e-61ae-31204f-imagejpeg>, último acesso em 03 de junho de 2025.

Assim, embora algumas pessoas acreditem que a revolução industrial e a emissão de gás carbônico na atmosfera tenha dado a uma nova Era, o Antropoceno, na verdade as escalas das mudanças geológicas não são perceptíveis em anos de calendário (Pena dos Reis, 2024), e somente com estudos climáticos mais a longo prazo poderemos falar com exatidão sobre o momento de instabilidade que estamos atravessando.

A PRÉ-HISTÓRIA PODE DAR INSIGHTS SIGNIFICATIVOS PARA RESILIÊNCIA, CRISE DE GESTÃO E INOVAÇÃO?

Uma das perguntas mais recorrentes da pesquisa arqueológica é perguntar-se: Por que a civilização/cultura/sociedade desapareceu? Em nossa apresentação apresentamos algumas mais conhecidas, que, de alguma forma ou de outra, encontrou seu fim devido a fatores como má gestão do território (incluindo aí seus recursos), ou catástrofes ambientais ou ainda crises sociais, entre diversos outros fatores.

Utilizamos como exemplos as sociedades que desapareceram por razões de crises ambientais, para tão somente apontar que, embora a resiliência seja uma capacidade humana associada a outras espécies que não somente a nossa, podemos dar alguns exemplos de comunidades que desapareceram, apesar de todos os esforços para continuar:

- Os Anasazi, entre os séculos I a XVI da Era Comum, ocuparam um território extenso nos atuais estados do Arizona, Novo México, Utah e Colorado; Seu desaparecimento está associado a uma conjunção de fatores como mudanças ambientais, secas, escassez de recursos e quiçá fatores sociais;
- O grupo que habitava a Ilha da Páscoa, também denominada Rapa nui, ocupou a ilha entre os séculos V e XVI da Era Comum. Embora algumas teorias apontem para a desestruturação da sociedade, outras afirmam que o esgotamento ambiental e a super-exploração dos recursos, principalmente árvores e lenha, levaram a comunidade ao colapso;
- A complexidade da sociedade Maia, que habitou parte do México entre os séculos VIII e IX da Era Comum, não é parte desta análise: Mas existe um consenso de que grandes oscilações ambientais, associado a exploração ilimitada dos recursos, levou esta sociedade ao colapso. Outros exemplos poderiam ser citados, como Tiwanaku, no Perú, entre os séc. IV e IX; o Império Khmer, no Camboja, entre os Séc. IX e XV.

Acredita-se que muitas outras desapareceram por falta de condições para adaptação aos novos tempos. E isso levou ao seu desaparecimento, apontando o caminho que estamos trilhando quando se trata de uso predatório dos recursos ambientais e de falta de resiliência para os desastres ambientais que nos avizinham.

A SELEÇÃO NATURAL FUNCIONA AINDA HOJE?

Sim, se considerarmos brevemente os dados a respeito das grandes epidemias mundiais, e como algumas pessoas-grupos-comunidades reagiram, teremos a breve sensação de que, sim, a seleção natural continua agindo. Em termos gerais, quando os números de mortos durante a peste negra (peste bubônica) atingiu mais de 200 milhões de pessoas entre 1347 e 1531, a Varíola dizimou 56 milhões de pessoas em 1520, a Gripe Espanhola liquidou entre 40 e 50 milhões entre 1918/19, e assim teríamos vários outros exemplos, parece que vamos, sim, criando algum reservatório biológico para as grandes epidemias. Embora os números possam estar subestimados em função da falta de dados confiáveis, estima-se que 15 milhões de pessoas morreram por causa direta da epidemia de SARS/COVID 19. Pesquisas sobre óbitos derivados das sequelas da doença ainda não foram contabilizadas.

Outros exemplos mais banais, como o crescente número de jovens que não possuem mais o dente do siso, demonstram que a espécie humana se adapta, modifica-se por fatores naturais e culturais ². Talvez em outro momento outra pessoa pudesse falar da seleção não natural, e veríamos a exclusão de milhões de pessoas sem acesso a condições mínimas e básicas de saúde ou educação, separadas pelo fosso da riqueza e da pobreza.

² Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Recent_human_evolution, último acesso em 10/06/2025.

CONCLUSÃO?

Nesse breve texto buscamos apresentar alguns elementos que nos mantêm ligados aos nossos antepassados, seja pela tecnologia que utilizamos, seja pelos comportamentos que ainda persistem, passados milhões de anos. Refletir sobre o passado pode nos mostrar que os artefatos mudam, mas ainda somos animais gregários e vivemos em sociedades. Gostaria que este texto levasse a reflexão do que estamos fazendo ao nosso planeta, e como a tecnologia, sempre dinâmica, pode ser uma arma poderosa apontada para a prosperidade comum, ao invés da riqueza de poucos.

REFERÊNCIAS

CONDEMI, Silvana; SAVATIER, François. *Neandertal, nosso irmão*. São Paulo: Ed. Vestígio, 2018.

PENA DOS REIS, Rui. *Dissonância Climática*. Lisboa: Cordel d'Prata, 2024.

EL PATRIMONIO ALIMENTARIO URUGUAYO: UN PROYECTO NUNCA CONCEBIDO

GUSTAVO LABORDE

INTRODUCCIÓN

En las dos últimas décadas, la patrimonialización de la cultura alimentaria ha ganado centralidad tanto en las agendas académicas como en las políticas por el creciente interés de los estados en capitalizar la dimensión simbólica y turística de sus sistemas alimentarios. Sin embargo, Uruguay —país cuya economía y trayectoria histórica están fuertemente ligadas a la producción de alimentos— carece hasta hoy de declaratorias oficiales de patrimonio alimentario. Este vacío resulta particularmente significativo si se considera la acumulación de políticas públicas, programas de investigación y acciones de la sociedad civil que, en otros contextos, han servido de base para la elaboración de expedientes patrimoniales.

El objetivo de este artículo es señalar una paradoja. Si bien Uruguay ha sido incapaz de desarrollar las prácticas políticas necesarias para construir declaratorias patrimoniales, la emergencia de nuevos discursos identitarios, la implementación de políticas estatales y multilaterales, las demandas turísticas, la acumulación de propuestas tecnocráticas de la academia y ciertos dispositivos de gobernanza, así como el auge del consumo gastronómico han favorecido, en cambio, la emergencia de una propuesta que aspira a convertirse en una nueva culinaria nacional.

En Uruguay, las políticas patrimoniales son escasas y de alcance limitado. Esta fragilidad institucional y normativa se evidencia en la baja jerarquización del tema y en la escasa presencia del patrimonio en las agendas públicas (Campondónico, 2014). Si bien existen otras declaratorias, las más relevantes son las consagradas por la UNESCO. En el ámbito material, la primera inscripción correspondió en 1995 al Barrio Histórico de Colonia del Sacramento, cuyo trazado urbano revela la superposición de influencias

portuguesas y españolas. Dos décadas más tarde, en 2015, la lista se amplió con el Paisaje Cultural Industrial Fray Bentos, testimonio de la modernización de la industria cárnica rioplatense, un ejemplo interesante ya que pese a que está relacionado con la alimentación se subraya que es patrimonio industrial. La incorporación más reciente es la Iglesia del Cristo Obrero y Nuestra Señora de Lourdes —conocida como Iglesia de Atlántida, obra del ingeniero Eladio Dieste—, inscrita en 2021 como exponente singular de la arquitectura en ladrillo armado. A estas declaratorias materiales se suman dos manifestaciones culturales inscritas en 2009 en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad: el tango, registrado de manera binacional con Argentina como expresión emblemática de la vida urbana del Río de la Plata, y el candombe con su espacio sociocultural, práctica comunitaria afro-uruguaya radicada principalmente en Montevideo que ha funcionado como forma de resistencia histórica y vehículo de transmisión cultural. En conjunto, este corpus patrimonial evidencia tanto la diversidad cultural del país como la todavía limitada concepción de sus expresiones materiales e inmateriales.

Existe consenso en la academia uruguaya respecto a que el panorama nacional en materia de conceptualización y gestión del patrimonio contrasta significativamente con el de aquellos países que han avanzado hacia enfoques más integradores en las últimas décadas. En este país, parece persistir una concepción patrimonial anclada en el paradigma tradicional, superado en numerosos contextos internacionales desde al menos los años de 1990, que continúa siendo hegemónico tanto en la práctica institucional como en la distribución de recursos y la jerarquización de agendas (Campodónico, 2014).

En contraste, en las últimas décadas, hemos asistido a un fenómeno ampliamente documentado por la literatura especializada: una auténtica efervescencia, un boom, un auge e incluso una saturación de procesos de patrimonialización a escala global (Alvarez, M. & Medina, X. 2008; Camacho, 2016; López et al, 2016). Con base en la amplia experiencia acumulada, se sabe que el patrimonio tiene que ser, en términos de Prats (2011), activado. Este proceso de puesta en valor transforma objetos, prácticas, lugares o saberes en signos de pertenencia cultural. Entre las motivaciones para dicha activación, el recurso patrimonial sirve a fines identitarios, económicos y académicos, y la más de las veces, para todo esto a la vez (Espeitx, 2004).

No es una novedad que al analizar casos exitosos de patrimonialización se observa que estos procesos configuran un campo en el que concurren tres grandes grupos de actores, que se vinculan en una dinámica de retroalimentación. Uno de ellos lo conforman los expertos, —en el caso del patrimonio cultural, generalmente historiadores y antropólogos—, quienes elaboran informes técnicos sobre los bienes culturales. El otro grupo se constituye en el ámbito oficial, donde se retoman los informes técnicos y se convierten en herramientas de legitimación para sustentar las disposiciones legales adoptadas por estamentos políticos locales, nacionales o internacionales. El tercer actor está conformado por los sectores sociales que resultan beneficiados, directa e indirectamente, por las declaratorias patrimoniales. En síntesis, puede afirmarse que es el discurso político el que construye el patrimonio (Zamora Acosta, 2011). Es desde este prisma que voy a analizar el caso uruguayo.

Uruguay constituye un caso de estudio para explorar un proceso que, aun reuniendo ciertos requisitos formales, permanece sin cristalizar en declaratorias oficiales. Sin embargo, no se trata propiamente de un “fracaso”: nunca existió un plan previamente diseñado y cuya ejecución haya sido fallida. El caso uruguayo, más bien, revela una convergencia heterogénea y desarticulada de actores —instituciones estatales, organismos multilaterales, academia, sector turístico y sociedad civil— cuyas iniciativas, intereses y discursos se superponen sin una estrategia coordinada. Analizar esta dinámica permitiría comprender cómo la mera coexistencia de recursos patrimoniales, políticas públicas y demandas del mercado no garantiza la formalización patrimonial. Por el contrario, muestra que la ausencia de articulación puede derivar en una prolongada indeterminación entre la potencialidad de ser patrimonio y la efectiva obtención de ese estatus.

LAS FORMACIONES IDENTITARIAS Y LA COCINA URUGUAYA

En investigaciones sobre la relación entre las prácticas y discursos culinarios y los procesos de generación de significados e identidades nacionales en Uruguay identifiqué tres grandes formaciones identitarias en la cocina uruguaya (Laborde, 2010; 2022).

La primera es la cocina criolla. La colonización europea del territorio que hoy ocupa Uruguay fue tardía y fragmentaria: gran parte del espacio permaneció ajeno al dominio hispano hasta fines del siglo XVII, cuando la primera penetración sostenida la emprendieron las Misiones Jesuítico-Guaraníes desde el norte. En el siglo XIX, con un Uruguay ya independiente y ordenado políticamente por la constitución de 1830, la configuración de una identidad nacional todavía era incipiente. La noción de nación se construyó, más que sobre estructuras políticas consolidadas, a partir de nuevos vínculos simbólicos y culturales recién medio siglo después, hacia fines del siglo XIX.

En ese tránsito, la cocina se convirtió en un campo privilegiado en la disputa de la definición colectiva. Tres recetarios publicados entre 1889 y 1898 — *El arte culinario*, *El cocinero moderno* y *El consultor culinario* — introdujeron de manera consciente la expresión “cocina criolla”, cristalizando un discurso que el movimiento criollista había impulsado desde la literatura y la política rioplatenses. A fines del siglo XIX, ese criollismo erigió al gaucho como representante privilegiado del ser nacional, aunque deliberadamente lo hizo a través de una representación depurada y políticamente inofensiva. Esta exaltación se apoyó en prácticas concretas, como el asado y el mate. Esto reafirma la importancia que tiene la cocina como elemento estructurador de las identidades colectivas.

No obstante, en la primera versión del criollismo culinario también participaban preparaciones a base de maíz, vinculadas a influencias andinas, que entroncaban con un pasado colonial común territorialmente más amplio, como los vínculos con el Virreinato de Perú y la experiencia de las Misiones Jesuíticas Guaraníticas. Así, la identidad culinaria uruguaya se consolidó como un entramado “blanqueado” que integra aportes indígenas, ibéricos y mozárabes, anclado en la herencia misionera-guaraní y aún vigente como principal marca cultural del país en el exterior.

La segunda identidad se construyó en las primeras décadas del siglo XX, cuando el estado uruguayo impulsó una nueva narrativa que se distanciaba del criollismo decimonónico y se fundamentaba en la imagen de un “país trasplantado”, resultado del crisol de inmigraciones europeas. Este discurso — difundido desde la escuela primaria, las publicaciones oficiales y los manuales de instrucción pública — erigió a Uruguay como “Suiza de América”, e instaló la idea de ser una sociedad hiper-integrada y carente de población indígena,

rasgo que en la visión racista de entonces se presentaba como ventaja civilizatoria.

El proyecto nacional cosmopolita se consolidó en el marco de las celebraciones del Centenario de 1930, cuando el Estado se proclamó modelo de modernidad, blanco y progresista, legitimando así la participación de los migrantes sin exigirles renunciar a sus tradiciones. En esta formación discursiva, la cocina refleja el argumento central de esta retórica e inscribe a la cocina “uruguaya” en una genealogía estrechamente vinculada a Italia y España, con las pastas, pizza y fainá, milanesas, pascualina o alfajores, al tiempo que se relega las preparaciones más vinculadas a las tradiciones como la andina y la misionera-guaraní. Este relato se desplaza al gaucho sin olvidarlo del todo, pero privilegia al inmigrante como figura central para representar al ser nacional. En esta narrativa se sostiene que los uruguayos “descienden de los barcos”, y por extensión metafórica, su cocina también. Aunque esta narrativa culinaria continúa presente en el imaginario popular, su poder de representación colectiva se encuentra en franco declive.

Una tercera formación discursivo-culinaria comienza a ser formulada hacia la primera década del siglo XXI. Desde mi perspectiva, esta nueva formulación refleja el resultado de la intersección de dos agendas. Una es de orden local, y tiene que ver con la renegociación de la identidad nacional. La segunda es de carácter global, y refleja una nueva dinámica “glocal” de las cocinas que buscan adherir etiquetas como patrimoniales, tradicionales, sustentables, ecológicas e incluso y promover un turismo experiencial que promete destinos aún “no contaminados” por la globalización. Es sobre esta última formación que voy a proponer una reflexión.

LA INVENCIÓN DE UNA COCINA

La restitución de la vida democrática en 1985 constituyó un hito que reorientó el debate identitario en Uruguay. Mientras los grandes relatos nacionales perdían capacidad de identificación, la globalización ofrecía múltiples matrices transnacionales de pertenencia, configurando lo que algunos autores describen como una “mutación civilizatoria” (Islas y Frega 2007; Achugar y Caetano, 1991). Este nuevo escenario impulsó una relectura de los símbolos

colectivos y, entre ellos, la cocina nuevamente ofreció un espacio privilegiado de significación. Sin coordinación explícita, un complejo entramado integrado por chefs, académicos, productores, organismos estatales y supraestatales, operadores turísticos y críticos gastronómicos ha venido configurando un paradigma emergente que he denominado “cocina nativa de Uruguay”. Esta designación no es de uso social, ni es el nombre de un movimiento concertado de cocineros ni fue acuñada por la crítica periodística: es un nombre que responde a la necesidad metodológica de construir una categoría que habilite agrupar estas manifestaciones culinarias bajo una denominación que permita tratarlas como una unidad (Laborde, 2022).

Algunos ejemplos de esta cocina se encuentran en las cartas de los restaurantes de los balnearios del litoral oceánico y recetarios donde se promueve esta nueva cocina. Allí figuran platos como “sirí en su cáscara”, “brusqueta con morrones asados, espuma de butiá, pétalos de flores y semillas de chía”, “omelette de algas y mejillones”, “solomillo de jabalí con chutney de arazá amarillo, sobre colchón de polenta y hojas verdes”, “lasaña de cangrejo sirí con crema de espinaca, aceite de humo y pimentón”. El uso de los frutos nativos también aparece en bebidas como “agua saborizada de naranja, jugo de butiá, agua de pitanga o cerveza artesanal de arazá” y en postres como “volcán de queso con guayabo” o “sorbete con bombón tibio de arazá, cremoso de gofio y crocante de semillas”.

Los frutos nativos —arazá, pitanga, guayabo y butiá— constituyen recursos mayoritariamente silvestres cuya circulación se ha mantenido al margen de los circuitos agrocomerciales formales. Su presencia se limita a jardines particulares, parques urbanos o áreas rurales donde, si bien son conocidos localmente, nunca tuvieron relevancia ni en la cocina ni en los recetarios publicados entre los siglos XIX y XX. Esta misma situación se extiende a los cangrejos sirí y a los camarones de las lagunas del Este, especies igualmente excluidas tanto en los mercados como en los restaurantes urbanos. El escaso consumo de pescado en Uruguay —uno de los más bajos del mundo pese a tener un extenso frente atlántico y platense— refuerza la marginalidad de estos productos (Lercari, Martínez, Del Bó & Mazzucchelli, 2023). Por tanto, la culinaria que estamos analizando tiene el desafío de poner en el centro del plato aquello que históricamente ha permanecido en los márgenes del sistema alimentario y simbólico nacional.

Aunque no son muchos, esta construcción discursiva también se plasma en libros de cocina. Por ejemplo, en los recetarios *Frutos Nativos del Uruguay I y II* de Laura Rosano (2012, 2014) se asegura que: “estos frutos son nuestros, los comían los indígenas, son nuestro tesoro, hay que rescatarlos e incorporarlos a nuestra dieta como ellos lo hacían” y agrega que “debemos atar este producto a nuestra región, dar un identidad a nuestra cocina (...). Es una forma de defender nuestro patrimonio cultural para las futuras generaciones”.

El discurso de renovación culinaria reincorpora con explícita consciencia política al indígena, una figura histórica que había sido desplazado de la narrativa nacional hace dos siglos. Esta visibilización responde a la búsqueda de nuevos signos de representación colectiva y reabre el debate sobre el “ser nacional”. La selección y valorización de frutos nativos, recursos marinos y otros productos locales persigue la simultánea actualización del repertorio gastronómico y la reformulación del imaginario simbólico mediante el cual la nación se representa e identifica. Al adscribir una marca étnica a dichos ingredientes, este proyecto culinario se inscribe en una agenda local más amplia, que involucra la producción artística e intelectual como la narrativa literaria, el ensayo académico, el teatro, la música y la plástica, donde se aspira a redefinir la identidad nacional. Sin embargo, dicha estrategia trasciende lo meramente doméstico, pues la producción y el consumo de cocinas definidas como “étnicas” constituyen hoy una demanda de proyección global (Comaroff, 2009; Aguilera, 2019).

Esta cocina, a su vez, busca dominar los aspectos técnicos y discursivos en boga para integrarse escaparate de la gastronomía global. En su libro *Mar* (2023), la chef uruguaya María Elena Marfetán prolonga este modelo gastronómico para que se acople a otros discursos culinarios globales, como la sustentabilidad y la denominada “eco gastronomía” (Stille, 2001). Este recetario, de elegante diseño y lujoso despliegue fotográfico, promueve el respeto por la estacionalidad de las especies y reclama la mejora de las condiciones laborales de los pescadores. Estas prácticas, de hecho, se articulan en el marco del “Pacto Oceánico del Este”, iniciativa impulsada por el colectivo Pescar, el Ministerio de Industria, Energía y Minería y los restaurantes afiliados a la Corporación Gastronómica de Punta del Este, del que ella misma forma parte (Lercari et al, 2023).

La culinaria que se está describiendo configura una categoría por la convergencia de cuatro rasgos que le dan unidad y coherencia. En primer término, privilegia el empleo de ingredientes autóctonos —frutos como butiá, pitanga, arazá y guayabo, junto con cangrejo sirí y camarones de laguna— como marcadores identitarios. En segundo lugar, se trata de una iniciativa “desde arriba”. Esta no es una cocina que refleje las prácticas sedimentadas en los fogones uruguayos: aunque su retórica apela al “rescate” y la “autenticidad”, su gestación se sitúa en la alta cocina y en sectores académicos vinculados al aparato productivo, que articulan localmente políticas emanadas de organismos globales. Tercero, la propuesta se territorializa sobre todo en los balnearios del corredor oceánico (Punta del Este, La Pedrera, Punta del Diablo, etc) donde encuentra su principal plataforma de difusión y la mayor infraestructura turística del país. Finalmente, se configura, ante todo, como una cocina turística, orientada a consumidores que buscan experiencias gastronómicas diferenciadas.

EL DESENCUENTRO ENTRE LAS AGENDAS “DESDE ARRIBA” Y “DESDE ABAJO”

Una pequeña biografía social de los frutos nativos en Uruguay suministra un caso de estudio ejemplar para analizar la articulación entre las demandas globales y locales. En 1925 se editó el *Libro del Centenario*, una publicación con la que el Estado uruguayo celebró cien años de independencia. En ese texto, que refleja las ideas dominantes de la época, los frutos nativos son descritos con notable desdén: se los considera insignificantes, pobres en sabor y escasos en tamaño. Es decir, en aquel momento, por su carácter indígena estos frutos no solo eran excluidos del discurso oficial sobre la nación, tampoco se le reconocía valor en el plano botánico ni alimentario.

Décadas más tarde, hacia fines de los años 1950, se consolidó una mirada aún más desfavorable hacia el monte nativo. Bajo recomendaciones de organismos como la FAO (Food and Agriculture Organization) y el Banco Mundial, Uruguay aprobó leyes que sustitución: se recomendaba abiertamente arrancar el monte nativo para plantar especies exóticas como álamos, olmos, robles, aptas para desarrollar una industria maderera que ampliara la matriz productiva del país. En respuesta a esta visión productivista,

surgieron voces científicas que comenzaron a reivindicar las propiedades ecológicas, ornamentales, alimenticias y medicinales de la flora autóctona. Un hito en esa contraofensiva fue la publicación del libro *Nuestra Tierra* en 1969, que hace parte de un esfuerzo intelectual más amplio vinculado al latinoamericanismo ³.

³ Primer libro que inauguró una colección que significó un esfuerzo de divulgación del acervo nacional, abordando la interpretación de la problemática uruguaya y perspectivas.

Recién en 1981, casi un siglo después de su fundación, la Facultad de Agronomía de la Universidad de la República incorporó formalmente al bosque nativo en sus planes de estudio. Este interés se revitalizó a fines del siglo XX, cuando los organismos internacionales comenzaron a promover un nuevo paradigma: el desarrollo sustentable (Foladori, 2002)). Aunque el debate ambientalista tiene raíces en el siglo XIX, fue recién después de varios casos de catástrofes y deterioro ambiental asociado al capitalismo que la consciencia global sobre estos problemas comenzó a tomar forma, cristalizando en hitos como la Conferencia de Estocolmo en 1972 y la Cumbre de Río de 1992, donde se acordaron compromisos —todavía en gran medida incumplidos— para avanzar hacia un manejo sostenible de los recursos.

En Uruguay, estos lineamientos internacionales comenzaron a traducirse en acciones concretas. En 1995, técnicos del Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU), capacitados por la FAO, empezaron a trabajar en iniciativas productivas para pequeñas y medianas empresas. Un ejemplo clave fue la capacitación de mujeres rurales para producir conservas bajo estándares de calidad, dando origen a emprendimientos como *Delicias Criollas* y *Caseras de India Muerta*. Mientras tanto, la Facultad de Agronomía creó en 1998 un programa para domesticar y valorizar frutos nativos como el guayabo, el arazá, la pitanga, el ubajay y el guaviyú. A partir de 2007, este esfuerzo se amplió con el Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA), que junto con el LATU lanzó el proyecto *Valorización de frutos nativos como forma de promover el desarrollo local*. De este entramado institucional surgió también el Encuentro Nacional de Frutos Nativos, un espacio que reúne a botánicos, agrónomos, productores y chefs para intercambiar saberes y experiencias.

Como es notorio, el interés gastronómico actual por los frutos nativos no es un fenómeno espontáneo, ni una simple moda ni una ocurrencia de chefs que

buscan singularizar la cocina uruguaya. Es, más bien, el resultado de un largo proceso de acumulación de políticas públicas locales y globales que, bajo el amplio paraguas del discurso ecologista, el desarrollo sustentable y la agenda multiculturalista han reconfigurado los marcos de producción, circulación, valorización y consumo de estos productos. De hecho, esta nueva cocina puede considerarse como resultado de la implantación de una ideología tecnocrática que imagina en la sustentabilidad una solución optimista a los desafíos del presente.

La patrimonialización de la alimentación se inscribe hoy en dinámicas “glocales” y apela a una construcción retórica que glorifica lo ecológico, lo indígena y lo auténtico. No obstante, aunque suelen ser los impactos en sectores económicos como el turismo y la producción de bienes lo que crean las condiciones políticas favorables para que el proceso patrimonial se haga efectivo, el caso de Uruguay demuestra que esto no es suficiente. Los patrimonios alimentarios no emergen únicamente de políticas verticales ni de diseños oficiales; también surgen de iniciativas locales y horizontales impulsadas por actores históricamente marginados, como los pescadores de las lagunas. Aunque el debate académico y político algunas veces desatiende las formas de patrimonialización “desde abajo”, su importancia es clave para entender los usos sociales, políticos y culturales del patrimonio alimentario en contextos de desigualdad y mercantilización (de Suremain, BakGeller, Matta, 2016).

CONCLUSIÓN

El caso uruguayo, entonces, puede servir de caso de estudio para futuras investigaciones interesadas en analizar las dinámicas entre las propuestas “desde arriba” y “desde abajo”. A primera vista, la denominada “cocina nativa uruguaya” —ya no importa si real o imaginada— acumularía varios requisitos que suelen retomar las declaratorias patrimoniales: rescate de ingredientes autóctonos, narrativa de sostenibilidad y declarado anclaje territorial. No obstante, tras décadas de efervescencia de declaratorias patrimoniales, parece quedar en claro que la adhesión identitaria de las comunidades, el fondo histórico de las prácticas o la amenaza real a que estas se discontinúen son relativas.

Se ha llamado la atención sobre la interesante relación entre el patrimonio y la práctica política. En tal sentido, Zamora Acosta (2011) señala que en última instancia, son los representantes políticos en los órganos de gestión pública los que deciden qué cosa debe o no ser considerada patrimonio. Por tanto, podemos sostener que el patrimonio es una práctica discursiva del poder político. En el caso de Uruguay, ese patrimonio nunca fue concebido por actores políticos concretos, ni por técnicos situados en posición de elaborar informes, expedientes y declaratorias. Si asumimos que las tradiciones son inventadas desde el presente (Hobsbawm, 1990), el patrimonio también es dinámico. En conclusión, esta situación dice mucho sobre el estatus que ha tenido la investigación y la recepción de los estudios alimentarios en el país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, H; CAETANO, G. *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* Montevideo: Trilce, 1991.

ALVAREZ, M; MEDINA, F. X. (eds.). *Identidades en el plato: el patrimonio cultural alimentario entre Europa y América*. v. 2. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

AGUILERA BORNAND, I. Ethnicity, class, and nation in the Chilean cuisine. In: MATTA, R; et al. (eds.). *The emergence of national food: the dynamics of food and nationalism*. Londres: Routledge, 2019. p. 107-122.

CAMACHO, J. Una cocina exprés: cómo se cocina una política pública de patrimonio culinario. In: CHAVES, M; et al. (comps.). *El valor del patrimonio: mercado, políticas culturales y agenciamientos sociales*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2016. p. 169-200.

CAMPODÓNICO, G. Relaciones entre cultura, turismo y patrimonio: apuntes desde la investigación sociocultural en Uruguay. In: FALERO, A; ROLDÁN, R (eds.). *[Título del libro]*. [S.l.]: [s.n.], 2014. p. [sin pág.].

COMAROFF & COMAROFF, J. *Ethnicity, Inc.* Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DE SUREMAIN, C; BAK-GELLER, S; MATTA, R. Coloquio Internacional «Patrimonios alimentarios: consensos y tensiones». *Trace*, Ciudad de México, n. 69, p. 133-137, 2016.

ESPEITX, E. Patrimonio alimentario y turismo: una relación singular. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, La Laguna, v. 2, n. 2, p. 193-213, 2004.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidad social, 2002.

HOBSWAM, E. (1990). La invención de tradiciones. *Revista Uruguay de Ciencia Política*, (4), 83-95.

ISLAS, A; FREGA, A; et al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: [s.n.], 2007.

LABORDE, G. *Los sabores de la nación: cocina e identidad en la historia de Uruguay*. Montevideo: Banda Oriental, 2022.

--- *El Asado. Origen, historia, ritual*. Montevideo: Banda Oriental, 2010

LERCARI, D., MARTINEZ, G., DEL BO, M., & MAZZUCCHELI, I. (2023). *Seafood in Uruguay: knowledge, attitudes and practices of professional chefs in a country with its back to the sea*. *Food Research*, 7(6), 177-186.

LÓPEZ, J.; et al. Usos y significados contemporáneos de la comida desde la antropología de la alimentación en América Latina y España. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, Madrid, v. 71, n. 2, p. 327-370, 2016.

PRATS, L. La viabilidad turística del patrimonio. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, La Laguna, v. 9, n. 2, p. 249-264, 2011.

ZAMORA ACOSTA, E. *Sobre patrimonio y desarrollo: aproximación al concepto de patrimonio cultural y su utilización en procesos de desarrollo territorial*. [S.l.]: [s.n.], 2011.

A REDE DE MUSEUS NA FRONTEIRA EM JAGUARÃO - BRASIL E RIO BRANCO – URUGUAI

ALAN DUTRA DE MELO

INTRODUÇÃO

A existência de museus na fronteira com o Brasil e o Uruguai, mas especificamente em seu extremo sul do Brasil, em Jaguarão e Rio Branco, revelam mais do que a funcionalidade dos equipamentos culturais para a realização das suas atividades fins, e aqui desvelamos a sua mobilização que ocorre predominantemente através do trabalho realizado pela sociedade civil. Jaguarão é uma cidade ao sul do Rio Grande do Sul, distante 382 km de Porto Alegre com população de 26.603 habitantes (IBGE, 2025) e Rio Branco com 18.820 habitantes, distante 410 km de Montevideu (INE, 2025).

O Município de Jaguarão destaca-se por grande acervo patrimonial tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e possui exemplares tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE do Estado do Rio Grande do Sul. Compartilha com o Uruguai o reconhecimento da Ponte Internacional Barão de Mauá, primeiro bem que recebeu a chancela de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. A sua ocupação territorial para a formação dos acampamentos militares que mais tarde vão dar origem às cidades remontam às disputas entre as coroas da Espanha e Portugal no final do século XVIII. O Uruguai reconheceu a Ponte Internacional Barão de Mauá em Rio Branco como patrimônio nacional em 1977.

Os equipamentos culturais de caráter expositivo existentes entre Jaguarão e Rio Branco são locais importantes para a salvaguarda da memória através dos seus acervos. Logo, através dos objetos existentes em suas instituições são os guardiões da memória e realizam um trabalho singular de comunicação com o público, sejam turistas ou residentes na fronteira.

Sobre a importância da caracterização desta fronteira é importante referenciar o trabalho de Mazzei (2013) ao identificar a interdependência entre Jaguarão e Rio Branco, apesar das suas diferenças que emergiram de processos nacionais históricos distintos, mas com inúmeras trocas sociais no cotidiano, pois brasileiros e uruguaios realizam intercâmbios continuamente. A relação cambial é central para a dinâmica fronteiriça favorecendo por vezes um lado da fronteira e após outro. Além disso, o interior profundo de ambos os países onde estão as localidades em questão são zonas que não possuem elevado desenvolvimento econômico e tem imensos desafios na área social, comparativamente às localidades mais centrais dos respectivos países. Neste sentido a solidariedade é um elemento agregador dos cidadãos na fronteira em que pese muitas vezes normativas de caráter nacional que dificultam o processo de integração regional.

A realização do trabalho em termos metodológicos está vinculado ao projeto de pesquisa “Tecnologias antigas e atuais em museus e comunidades: memória e sustentabilidade do patrimônio alimentar e do transporte no sul do Arco Sul”. Investigam-se as conexões históricas e memoriais relacionando objetos em museus e comunidades de cidades situadas na Faixa de Fronteira do extremo sul do Arco Sul, no Brasil, bem como em localidades do Uruguai, sobretudo nas cidades-gêmeas. Trata-se de prospecção de objetos entendidos como produtos de tecnologias intermediárias, ou seja, objetos de fabricação simples e circunstancial, artesanal ou manufaturados, alguns oriundos do aproveitamento de outros objetos industriais e criados a partir de um projeto original ou de aproveitamento. Tais objetos, que aqui se denominam objetos modestos simples, baratos e livres da supertecnologia - se circunscrevem no âmbito do patrimônio alimentar, industrial-alimentar e de transporte, circunstâncias imbricadas em um sistema de trocas e produção local, inclusive de subsistência e sobrevivência, que indica a interculturalidade desta faixa Sul do Arco Sul é a denominação dada neste projeto para a área investigada que se refere à parte da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, ou seja, à fronteira terrestre com o Uruguai.

Nessa porção do Estado situam-se municípios com menores índices de desenvolvimento socioeconômico e com a particular permeabilidade cultural das cidades fronteiriças. Há museus, rurais e urbanos, que reúnem objetos referentes ao trânsito de diferentes grupos para os quais a fronteira ainda é uma linha divisória inexistente. Sendo históricos, etnográficos e comunitários,

tais museus reportam, sem assim o identificarem, acervos de tecnologias intermediárias. Destaca-se que o projeto se orienta por princípios da Política Nacional de Fronteira (PNFron, 2024), contribui com o objetivo VII e com o ODS 11 da Agenda 20-30 e advoga o reconhecimento de técnicas e tecnologias que por muito tempo estiveram como soluções para a produção local e muitas das quais expressam o amálgama de conhecimentos compartilhados na fronteira.

Não é possível precisar quando começou a disposição para compartilhar socialmente os acervos de forma pública no local de estudo, mas cabe mencionar que ao pesquisar nos jornais antigos do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão durante o trabalho de (Melo, 2018) foram encontrados pedidos nos jornais em circulação procurando objetos que seriam expostos em Porto Alegre no ano de 1935, durante a exposição Internacional Agrícola e Industrial de Comemoração do Centenário da Farroupilha.

A constituição dos museus como local de interesse turístico e legado cultural é bem abordada por (Barreto, 2019), e (Meneses, 2006), ressaltando as potencialidades e desafios do uso da cultura aliada turismo que não seja massificado. Além disso, cabe destacar o trabalho de (Varine, 2012) para pensarmos no potencial do patrimônio cultural como elemento agregador de transformações nas comunidades onde estiverem inseridos.

Por fim, é necessário não perder de vista os extremos climáticos no estado do Rio Grande do Sul (Wiggers et. al., 2025) como tema emergente e necessário frente ao cenário adverso de mudanças globais que ameaçam não só a existência das coleções museológicas, mas grandes contingentes populacionais.

MUSEUS EM JAGUARÃO – BRASIL E RIO BRANCO – URUGUAI

O museu mais antigo, Alfredo Varela, é vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, com acervo inicial desde a sua fundação, em 23 de novembro de 1966 – aniversário do Município. O museu possui sede própria no local que foi sede do antigo Partido Libertador e seus objetos possuem a

tipologia: antropologia, etnografia, arqueologia, artes visuais, ciências naturais e história, conforme descrito no (Guia de Museus do RS, 2013, p.139) que localiza os museus da cidade na 7ª região museologia do Rio Grande do Sul.

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão está listado em estudo realizado (Inventário, 2018) onde foram identificadas 12 entidades similares em atividade no Rio Grande do Sul, sendo o terceiro a ser fundado após o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre - 1920 e depois veio o de Passo Fundo - 1954. Em seguida ao de Jaguarão foram criados os de São Leopoldo - 1975, Pelotas - 1982, São Luiz Gonzaga - 1984, Vale do Taquari em Lajeado - 1986, Getúlio Vargas - 1995, Santo Antônio da Patrulha - 1999, São José do Norte - 2000, Alegrete - 2010 e Capão do Leão - 2012.

Conforme descrito no estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão os seus objetivos são “estudar e cultivar a História e Geografia e suas ciências auxiliares” (Estatuto, s.d, p.1) e segue no parágrafo terceiro “Manterá uma biblioteca, um arquivo e um museu” (Estatuto, s.d. p.1).

É descrito no (Inventário, 2018, p 47-51) que a sua criação ocorreu por influência do Cônsul do Brasil na cidade de Rio Branco – Uruguai, Dr. Ruy Antônio Silva Costa e foi o seu primeiro presidente. Em 1990 publicou a primeira edição da sua publicação Cadernos Jaguarenses que segue em atividade sem periodicidade regular com último exemplar em 2023 – a edição comemorativa trouxe uma coletânea reeditando as quatro primeiras edições. A publicação é patrocinada pela Câmara de Vereadores de Jaguarão e disponibilizada em meio impresso sem custos para a comunidade e pesquisadores.

O público frequentador é descrito como principalmente alunos de escolas da cidade e da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Destaca ainda projeto de extensão com a UNIPAMPA para digitalização de jornais e documentos ⁴. A entidade tem biblioteca, mapoteca, hemeroteca, arquivo e material iconográfico. Atendimento ao público de terça-feira à sexta-feira, sem custos e a reunião dos associados que mantém o Instituto Histórico e Geográfico acontece nas segundas-feiras. Sobre o museu consta no inventário.

O Museu Alfredo Varela reúne peças de mobiliário, objetos de valor de uso doméstico de famílias jaguarenses, uma coleção de pedras da região, peças religiosas, peças arqueológicas, coleção de máquinas e equipamentos fotográficos, portraits de vultos históricos locais, regionais, rio-grandenses e nacionais, quadros a óleo. O Museu também reúne conjunto razoável de moedas e medalhas antigas, as quais estão organizadas em expositores. (Inventário, 2018, p.51).

É importante ao fim descrever que o atendimento no museu é realizado por Nilza Cardozo, servidora cedida pela prefeitura de Jaguarão e possui 46 anos de trabalho no local, e assim é um verdadeiro tesouro vivo. Como turismóloga realizou o seu trabalho de conclusão de curso com proposta voltada para a criação de exposições itinerantes no museu onde trabalha (Cardozo, 2017).

⁴ Programa de Extensão, Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica: <https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/>

Após, seguimos com o Museu Carlos Barbosa Gonçalves que foi instituído depois da criação da sua fundação homônima em 26 de maio de 1975, trata-se de um museu histórico ou casa museu que retrata e apresenta o cotidiano de Carlos Barbosa Gonçalves, médico e político que foi governador do Estado do Rio Grande do Sul (1908-1913) e sua família, aberto ao público como museu no ano de 1977. O imóvel onde está localizado o museu foi construído em 1886 por Martinho de Oliveira Braga (Custódio, 2009).

A entidade possui uma peculiaridade que é a sua administração ser realizada pela Fundação Carlos Barbosa Gonçalves, trata-se de um conjunto de bens, entre os quais imóveis urbanos e rural de modo que a sua produtividade garante a manutenção do Museu e o trabalho na fundação é realizado através dos seus conselheiros. O trabalho operacional das entidades é realizada por funcionários contratados. A destinação dos bens com essa finalidade foi constituída por vontade da última filha viva, Eudóxia de Lara Palmeiro de acordo com (Fundação Carlos Barbosa Gonçalves – Catálogo, 2013). O acervo do Museu é bastante preservado e vasto sobre a vida pública e particular de Carlos Barbosa Gonçalves e sua família. Recebe visitantes de segunda-feira à sábado e domingos com agendamento prévio e cobra ingresso.

No ano de 2025 foi comemorado os 50 anos de criação da Fundação Carlos Barbosa Gonçalves e atualmente dispõe de inúmeras ações na sua sede que incluem lançamento de livros, exposições, oficinas, realizações de apresentações artísticas dentro do imóvel e no seu pátio. A programação é variada de caráter cultural, educativo e voltada para preservação do patrimônio cultural do seu acervo em diálogo com a cidade e a região.

Trata-se de uma casa museu que está entre as mais bem preservadas do Brasil, é fonte para a compreensão da elite política republicana e econômica sul riograndense no final do século XIX e XX. É interessante mencionar que recentemente foi adquirido um carro de pipoca com a identificação da entidade e esta tem sido uma forma criativa e voltada para a hospitalidade que busca ampliar a interação com o público dentro e fora do museu, pois é possível perceber a sua presença em eventos da cidade como a Feira do Livro.

Por fim, para encerrar este trabalho será descrito o Museu do Meios de Transporte, fundado em 18 de setembro de 2004. É uma entidade associativa de natureza privada que congrega sobretudo pessoas vinculadas ao que se pode denominar como antigomobilismo, ou seja, apreço, cuidado, gosto por carros antigos realizando exposições, passeios e a sua manutenção e restauração. Embora o local não seja exclusivo para carros é o seu principal atrativo, e atualmente está sendo recuperado o primeiro caminhão do ano de 1940. A entidade possui alguns automóveis em sua sede e outros associados mantêm os seus veículos em suas residências.

Dentre os associados é destacada a liderança de Luis Miller, diretor da entidade e colecionador proprietário de um carro Ford T 1924 em funcionamento recebido como herança familiar. É a pessoa que atende aos visitantes. Ele foi entrevistado para o trabalho de pesquisa em andamento (Michelon et. al., 2025), quando foi ressaltada a importância e a forma de montagem dos primeiros carros que chegavam no Uruguai e assim foi possível entender como a produção de peças e soluções alternativas para o restauro automotivo no Uruguai está relacionada ao centro do projeto de pesquisa em andamento, de modo que conseguimos aferir o uso das tecnologias intermediárias em atividade nos museus da fronteira do Brasil com Uruguai em Rio Branco.

Recentemente foram realizadas palestras e exposição com um veículo DKW-Vemag ano 1962 na Escola Técnica do Uruguai em Rio Branco no marco dos seus 75 anos em 17 de julho de 2025.

Figura 1: Cartaz informando palestras e exposição veicular no marco dos 75 anos da Universidade do Trabalho do Uruguai - Escola Técnica de Rio Branco realizadas em 17/07/2025



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

Figura 2: Carro exposto na Universidade do Trabalho do Uruguai - Escola Técnica de Rio Branco no dia 17/07/2025 – Atividade alusiva aos 75 anos da instituição na cidade. Modelo DKW-Vemag ano 1962.



Fonte: Alan Melo - Arquivo da pesquisa, 2025.

Sobre as características do grupo que compõe os associados do Museu do Meios de Transporte o recorte geracional é importante, pois seus associados possuem conforme ressalta o Sr. Luis Miller, na sua maioria mais de 60 anos. Quanto à nacionalidade estão presentes uruguaios e brasileiros corroborando a percepção de integração fronteiriça.

O Portal de Museus do Uruguai apresenta o museu assim.

Museo dependiente de Asociación Civil local. Fundado en el año 2004, contribuye con el rescate y la preservación del patrimonio cultural local. Cuenta en su acervo con vehículos de transporte, tales como bicicletas, carruajes, charret, automóviles antiguos, entre otros. El museo organiza periódicamente paseos históricos por el este del país y cuenta con dos exposiciones itinerantes (“Juguetes Antiguos de Uruguay de 1910 a 1980” y “Colección de Almanagues y Calendarios del Siglo XX- 1900 al 2000, de cuatro países: Italia, Brasil, Argentina y Uruguay”). (Portal de Museus do Uruguai, 2025).

O Museu dos meios de transporte possui uma coleção de brinquedos antigos utilizada para exposição itinerante e neste ano foi realizada na Casa de Cultura da cidade Trinta e Três, capital do Departamento de Trinta e Três no Uruguai, no dia 07 de junho de 2025. Segue divulgação realizada.

Figura 3: Convite para exposição Brinquedos com História. Atividade promovida pelo Museu dos Meios de Transporte no município de Trinta e Três no Uruguai em 07/06/2025.



Assim o Museu dos Meios de Transporte é mantido pelos associados com apoio eventual da municipalidade de Rio Branco, conforme aparece no convite abaixo. Naquela ocasião, em 2021, no marco dos seus 17 anos foi realizada uma confraternização no local com exposição de veículos na frente da sua sede. Destacando o local como um museu comunitário gerido de modo que todas as atividades sejam compatíveis no mesmo local, ou seja, área diretiva administrativa e de reuniões, exposições, festividades e oficina para conserto e recuperação dos veículos.

Figura 4: Convite para comemoração dos 17 anos do Museu dos Meios de Transporte em Rio Branco – Uruguai.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2021.

Nota-se, portanto, grande capilaridade da entidade que também participa de desfiles em atividades pátrias, como ocorreu no ano de 2025 em Rio Branco com a participação durante o feriado do dia 19 de junho no Uruguai - data que marca o nascimento de José Gervásio Artigas. As visitas ocorrem através de agendamento, sem custos, e sobre fluxo de visitas foi relatado que a procura é maior entre os brasileiros em relação aos uruguaios.

Atualmente o museu funciona em uma sede emprestada e fica evidente durante a sua visita a necessidade de um espaço maior para o seu acervo. Assim a criação de uma sede própria parece necessária para a estabilidade e melhor alocação de todo o acervo disponível no Museu dos Meios de Transporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho prospectou os museus existentes na fronteira do Brasil com o Uruguai entre os municípios de Jaguarão e Rio Branco no marco do projeto de pesquisa Tecnologias antigas e atuais em museus e comunidades: memória e sustentabilidade do patrimônio alimentar e do transporte no sul do Arco Sul.

Foram identificados em Jaguarão em plena atividade os Museus Alfredo Varela vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão e o Museu Carlos Barbosa Gonçalves mantido pela Fundação Carlos Barbosa Gonçalves. Além disso foi abordado o Museu dos Meios de Transporte em Rio Branco, aliás é o local onde começamos o trabalho no ano de 2025, portanto segue ao final por ser o menos longo do grupo, e por outro lado, mais acompanhado em suas atividades, por isso ilustrado.

Foi identificado algum tipo de colaboração entre os museus de Jaguarão e Rio Branco, pois é uma forma de manterem e potencializar as suas atividades. Por exemplo é comum auxílio financeiro da Fundação Carlos Barbosa mantenedora do Museu Carlos Barbosa Gonçalves ao Museu Alfredo Varela do Instituto Histórico e Geográfico. Recentemente o Museu Carlos Barbosa ao necessitar de um carro de época para uma atividade em novembro de 2025 pretendia verificar com o Museu dos Meios de Transporte a disponibilidade para compor o evento e caracterização necessária. Desta forma, os museus

da fronteira, muitas vezes atuam de forma colaborativa e conseguem potencializar o trabalho das suas entidades, evidenciando uma prática ao que parece existente de modo ocasional e poderá quiçá ser aprofundada e mantida como forma de maior conexão com a sociedade.

No Museu dos Meios de Transporte em Rio Branco foram identificadas a existência e permanência das tecnologias intermediárias de forma efetiva nos processos de restauração de veículos e no cotidiano da entidade. Trata-se de uma instituição que realiza um trabalho de museologia comunitária com poucos recursos disponíveis e mantém intensa atividade dentro e fora da sua sede, sobretudo no campo educativo em contato com os jovens nas escolas e voltado para o público da área cultural e artística como foi possível aferir na exposição de brinquedos antigos realizada no município de Trinta e Três no Uruguai.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida. Legado Cultural, Museus e Turismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 40, Brasília: IPHAN, 2019.

BRASIL. Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12038.htm. Acesso em 26 set. 2025.

CARDOSO, Nilza. *Acervos contam a História: Exposições itinerantes no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*. Trabalho de Conclusão de Curso. Projeto Aplicado. Curso de Turismo. Universidade Federal do Pampa. Jaguarão: Unipampa, 2017.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio, STORCHI, Ceres, ROMAN, Vlademir. *Roteiros de arquitetura da Costa Doce – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Sebrae, 2009.

ESTATUTO. *Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*. Impresso. s.d.

FUNDAÇÃO CARLOS BARBOSA. Catálogo. *A vida como ele foi: catálogo do Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves – Jaguarão*: Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves: Evangraf, 2013.

GUIA de Museus do Rio Grande do Sul. 3.ed./organizado pelo Sistema Estadual de Museus. – Porto Alegre: SEM/RS, 2013.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. População de Jaguarão. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/jaguarao.html> acesso em 24/08/2025.

INE. *INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA*. Uruguai. Disponível em: <https://www5.ine.gub.uy/documents/CENSO%202023/Infograf%C3%ADas/Cerro%20Largo.pdf> acesso em 25/09/2025.

CAMPOS, Vanessa Gomes (org.). *Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul: de guardiões da memória à custódia do patrimônio*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018.

MAZZEI, Enrique. *Fronteras que nos unen y límites que nos separan*. Melo, Cerro Largo, Uruguai: Universidade da República do Uruguai, UDELAR, 2013.

MICHELON, Francisca Ferreira, DIAS, Kátia Helena Rodrigues, MELO, Alan Dutra de CEGLINSKI, Lucas Zuchoski, RODRIGUES, Lília Waltzer Rodrigues, BENITO, Nathalia da Silva. *Tecnologías antiguas y actuales en los museos de transporte en el sur de arco sur*. [no prelo]. Trabalho apresentado no IX Congresso sobre Patrimônio Industrial e obras públicas. Patrimônio Industrial Móvel: conservação, memória e valor social. 25 a 28 de setembro. Evento. Granada, Espanha, 2025.

MELO, Alan Dutra de. *A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881-1975): entre a História e Memória*. Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pelotas: UFPel, 2018.

MELO, Alan Dutra de. *Figuras. 1 a 4*. Atividades dos Museus dos Meios de Transporte em Rio Branco-Uruguai entre os anos de 2021 e 2025. Arquivo do projeto de pesquisa. MENESSES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUSEO DE LOS MEDIOS DE TRANSPORTE. *Portal de Museus do Uruguai*. Disponível em: <https://www.museos.gub.uy/index.php/museos/museos-por-localidad/cerro-largo/item/21-museo-de-los-medios-de-transporte>. Acesso em 25 set. 2025.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WIGGERS, Mônica Marlise, CARVALHO, Michele Moraes, FLORES, Caroline Hipólito (Orgs.). *Desastres naturais no Rio Grande do Sul e museus*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2025. Disponível em: <https://admin.cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202508/26180303-desastres-naturais-no-rio-grande-do-sul-e-museus.pdf>.

TECNOLOGIAS ATUAIS PARA CONHECER TECNOLOGIAS ANTIGAS

FRANCISCA FERREIRA MICHELON E CATIA MARIA DOS SANTOS
MACHADO

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é o patrimônio cultural, são frequentes as dúvidas sobre o que deve ou pode ser protegido em algum nível, que expresse a amplitude do interesse sobre o bem cultural. Inclusive a própria definição de Patrimônio Cultural apresenta-se complexa e multifacetada, dependendo do bem a que se refere. Admitir que uma conceituação única e estática é improvável não resolve o problema quando este se apresenta diante da necessidade de uma tomada de decisão, especialmente quando tal decisão implica recursos de diversas naturezas e consequências para o futuro. Portanto, a complexidade ao tratar o patrimônio cultural se manifesta nas múltiplas perguntas e atores sociais que interagem em um movimento que procura possíveis respostas. Com frequência, os estudos partem de perguntas centrais que consideram necessário assegurar para quem o bem em pauta tem significação; qual o seu potencial para mobilizar memórias e de quem; a quem e como sua perda afetaria e, com especial ênfase, quem tem poder para legitimá-lo. O patrimônio cultural é o resultado de uma construção social que se traduz como um processo no qual se atribuem valores e por vezes, interesses, das partes envolvidas. Mesmo que os critérios de valoração sejam bem conhecidos, conforme a questão que se apresente, a resposta, ainda que aparentemente óbvia, pode se mostrar um equívoco. E é nesse momento que o emprego de determinadas tecnologias são eleitas porque podem contribuir para esclarecer o que de fato se deseja saber.

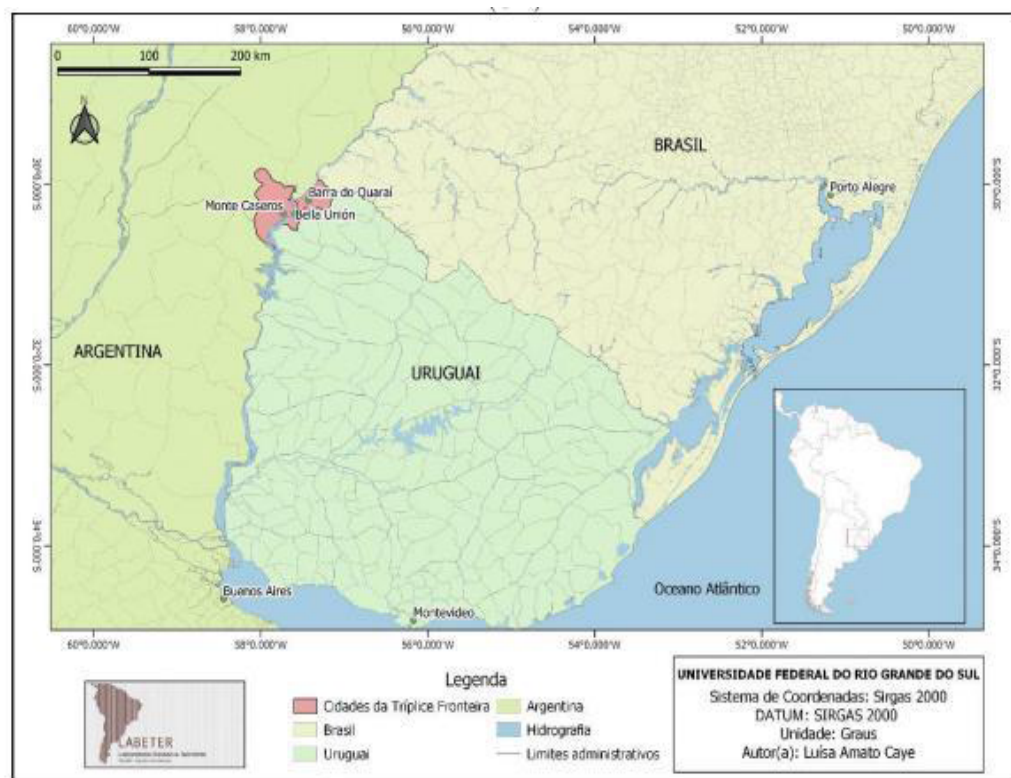
Desse modo, o presente texto desenvolve argumentos para um estudo prospectivo de uma proposta metodológica multicritério de apoio à tomada de decisão sobre qual bem cultural da cidade de Barra do Quaraí, fronteira trinacional entre Brasil, Uruguai e Argentina, seria o mais adequado para obter o reconhecimento como Patrimônio Cultural do Mercosul. Primeiramente, apresentam-se os três bens da análise, identificados como patrimônio

industrial e sua inserção no território do estudo. Em seguida, apresenta-se a metodologia e os critérios fundamentados a utilizar.

OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE BARRA DO QUARAÍ

Barra do Quaraí é uma jovem cidade, emancipada de Uruguaiana em 1995, e que se identifica como a única cidade gaúcha a compartilhar fronteira com Uruguai e Argentina (Figura 1). A paisagem cultural trinacional é testemunho vivo da integração entre três países. A vida cotidiana das populações locais sempre ultrapassou as fronteiras políticas, mantendo vínculos de parentesco, comércio, festividades e práticas culturais comuns.

Figura 1: Localização da Barra do Quaraí (Brasil), Bella Unión (Uruguai) e Monte Caseros (Argentina)



Fonte: Caye e Rückert, 2020

Na fronteira com o Uruguai, foi uma das localidades em que esteve instalado um saladeiro, inicialmente de capital uruguaio. A ocorrência desse tipo de indústria uruguaia em solo brasileiro deu-se entre o último quarto do século XIX até o final dos anos de 1920. A importância do Saladero na memória do local está expressada em muitas ocasiões, como na publicação da prefeitura do município (Figura 2) que lista os itens de destaque para a identidade da cidade e que sobre esse bem, informa:

O Saladero Barra do Quaraí indica o início da implantação de investimentos massivos nos sectores de produção industrial e infraestrutura com base no charque. É o resultado de um empreendimento capitalista de grande porte que uniu brasileiros, uruguaio e argentinos, com o capital inglês. Turistas e pesquisadores que aqui chegam, atraídos pelas recentes revelações da importância dessas edificações e de sua arquitetura única, deparam-se com uma história ainda a ser resgatada para estudo e formação de novas gerações. (Prefeitura de Barra do Quaraí, 22, p. 12)

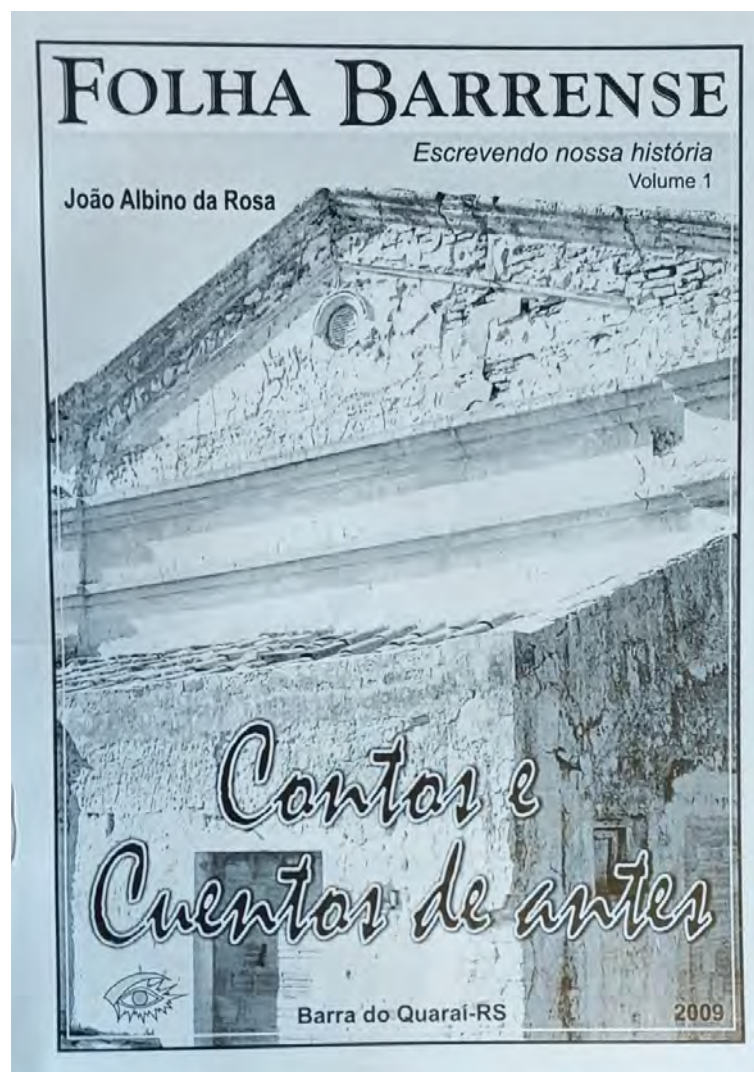
Figura 2: Página da revista de divulgação de Barra do Quaraí que refere o Saladero



Fonte: (Prefeitura Municipal de Barra do Quaraí, 2022, p. 12)

Cabe destacar outro documento interessante, que expressa valores de memória sobre os fatos e lugares que se tornaram referências para essa cidade. É uma publicação organizada por um cidadão e apoiada por vários conterrâneos, na qual o autor, João Albino da Rosa, reúne escritos intitulados “Relatos sobre a vida cotidiana da popular família barrense” (Figura 3), escritos, na sua maioria por ele próprio. Entre nomes de pessoas consideradas importantes para o lugar e fatos curiosos, estão, com muito destaque, o saladeiro, a ponte ferroviária e a estação de trem.

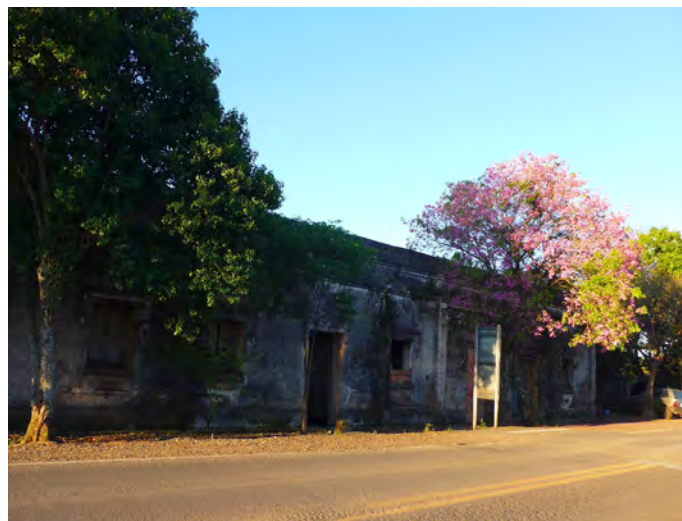
Figura 3: Capa da Folha Barrense, escrita por João Albino da Rosa



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025

O Saladeiro de Barra do Quaraí surgiu em 1887 (Jacob, 2004), no mesmo ano em que se instalou a linha férrea Barra do Quaraí-São Borja, construída pela *The Brazil Great Southern Railway Co.* (BGS) e a estação de trem (VFCO, 2025). A Linha saía de São Borja, passava por Itaqui, Uruguaiana e chegava à Barra do Quaraí. Em cada uma dessas cidades havia uma estação férrea. A estação de Barra do Quaraí é um edifício de pequenas dimensões, que se encontra sem uso e bastante danificado (Figura 4). Em um trabalho de visita técnica à cidade, em fevereiro de 2025, um grupo formado por integrantes da Associação Amigos do Saladeiro (AAS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresentou à Prefeitura um documento diagnóstico do patrimônio cultural do município e, a partir desse, uma proposta de ações voltadas para a recuperação e valorização desses bens (Custódio et al, 2025). Os três bens aqui elencados constam nas ações apresentadas pelos especialistas.

Figura 4: Estação de trem de Barra do Quaraí em seu atual estado



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2025

O terceiro bem, vinculado ao saladeiro e à estação, é a ponte ferroviária ligando as cidades de Barra do Quaraí e Bella Unión (Figura 5). Sobre a data de sua instalação, o decreto de 28 de março de 1897 autoriza, pelo lado brasileiro, a construção (O Estado de São Paulo, 1897).

Figura 5: Ponte Ferroviária ligando Barra do Quaraí a Bella Unión – vista frontal, pintura à óleo de um artista uruguaio e vista lateral da ponte ferroviária e rodoviária



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2025

Atualmente, do Saladeiro restam algumas ruínas; da Estação, o prédio abandonado e a ponte encontra-se praticamente inalterada. Os três bens se relacionam e na atualidade conformam vestígios materiais nos quais estão implicados aspectos históricos, sociais, tecnológicos (Carta de Nizhny Tagil, 2003) e, nesse caso, questões fronteiriças, o que indica importância à compreensão de integração regional, e situa historicamente a circulação de fatores produtivos entre os países em questão. O que se busca entender é qual a prioridade entre os bens que poderia alavancar o reconhecimento desses patrimônios pelo Mercosul.

PROCESSO DE ANÁLISE HIERÁRQUICA DE (AHP)

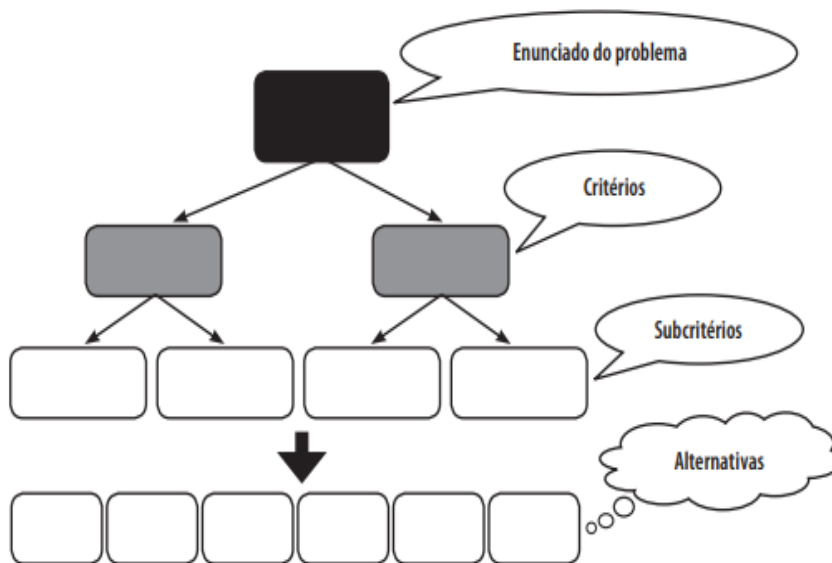
O Processo de Análise Hierárquica (AHP - Analytic Hierarchy Process) é uma metodologia de suporte à decisão multicritério (MCDM) que ajuda os tomadores de decisão a lidar com problemas complexos. Isso é possível porque a metodologia estrutura hierarquicamente os dados obtidos, quantifica os critérios e alternativas, e estabelece pesos para cada critério de modo a indicar a sua importância relativa. Consequentemente, é uma metodologia que pode transformar julgamentos subjetivos e objetivos em valores de prioridade, potencialmente utilizáveis para tomadas de decisão.

A criação do método não é nova. Em finais de 1960, o matemático Thomas Saaty percebeu que a Matemática poderia ser útil para escalonar critérios que incidem em problemas complexos, justamente complexos porque envolvem muitos fatores, não raramente conflitantes. Em meados de 1970, Saaty publicou os textos que explicavam os fundamentos do processo e o continuou aperfeiçoando. Em um artigo dos anos de 1990, *How to make a decision*, Saaty inicia observando que: “Perhaps de most creative task in make a decision is to choose the factores that are importante for that decision” (1990, p.9).

Com essa afirmação, o autor destaca que a essência do processo decisório está na definição criteriosa dos fatores que influenciam a escolha, pois é a partir deles que se estruturam as comparações e se obtém a hierarquização das alternativas. Um processo de hierarquização é criado quando a mente humana se depara com um problema que envolve a comparação entre diversos elementos de um conjunto. Sendo assim, a metodologia AHP faz com que o problema analisado fique estruturado hierarquicamente.

A Figura 6, mostra uma estruturação dos critérios, subcritérios e alternativas na formulação do Método AHP. O problema pode ser modelado através de uma árvore hierárquica de decisão, onde a raiz da árvore representa o objetivo principal a ser atingido (enunciado do problema). Os níveis da árvore representam os critérios e subcritérios de avaliação e as folhas (base) da árvore representam as alternativas relativas aos critérios e ou subcritérios.

Figura 6: Estrutura Hierárquica Geral do Método AHP.



Fonte: (MARTINS, F. G.; COELHO, L. S., 2012)

Definida a construção da árvore hierarquia, o tomador de decisão deve realizar a comparação pareada entre os n elementos de um determinado nível hierárquico, elencando, então suas preferências. Nessa etapa, o decisor precisará utilizar sua experiência, intuição e conhecimento específico sobre o problema, para realizar tais julgamentos, principalmente se estiver trabalhando com critérios, subcritérios e alternativas qualitativos.

Conforme (Saaty, T.L.,2001), as pessoas conseguem dividir qualitativamente suas respostas a um estímulo em três categorias como: alta, média e baixa. Refinando essas divisões, são geradas nove subdivisões, dando origem

a Escala de Razão ou Escala Fundamental de Saaty (Figura 7). A partir do momento em que o decisor realiza todas as comparações pareadas necessárias, e conclui sobre o nível de dominância que os elementos exercem uns sobre os outros, o decisor então se utiliza da Escala de Saaty (escala numérica de 1 a 9), construindo-se assim a matriz de decisão. Mais detalhes sobre a fundamentação matemática do método AHP pode ser encontrado em (Martins, F. G. e Coelho, L. S., 2012).

Figura 7: Escala de Saaty para fazer os julgamentos

Intensidade de importância	Definição	Explicação
1	mesma importância	as duas atividades contribuem igualmente para o objetivo
3	importância pequena de uma sobre a outra	a experiência e o julgamento favorecem levemente uma atividade em relação a outra
5	importância grande ou essencial	a experiência e o julgamento favorecem fortemente uma atividade em relação a outra
7	importância grande ou demonstrada	uma atividade é muito fortemente favorecida em relação a outra; sua dominação de importância é demonstrada na prática
9	importância absoluta	a evidência favorece uma atividade em relação a outra com o mais alto grau de certeza
2, 4, 6, 8	valores intermediários entre os valores adjacentes	quando se procura uma condição de compromisso entre duas definições
recíprocos dos valores acima de zero	se a atividade i recebe uma das designações diferentes acima de zero, quando comparada com a atividade j, então tem o valor recíproco quando comparada com i	uma designação razoável
Racionais	razões resultantes da escala	se a consistência tiver que ser forçada para obter valores numéricos n, para completar a matriz

Fonte SAATY, T. L. How to Make a Decision: The Analytic Hierarchy Process.

Interfaces, v. 24, n. 6, p. 19-43, 1994.

No caso em questão, dentre os vários critérios utilizados na caracterização do bem estão o valor histórico, integridade e impacto socioeconômico, bem como outros elencados no Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL (2014). O emprego da metodologia AHP representa um avanço significativo em contextos de decisão complexa, pois possibilita a hierarquização sistemática dos critérios, convertendo julgamentos subjetivos em medidas quantitativas e conferindo maior consistência e transparência à argumentação técnica que fundamenta o processo de tombamento.

Ao ser integrada a um ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), a metodologia AHP amplia sua potencialidade analítica, permitindo que cada

critério e subcritério seja espacializado, visualizado e avaliado em seu contexto territorial. Por exemplo, considerando o critério **Valor Histórico**, com três subcritérios (*Antiguidade*, *Relevância para a cidade/fronteira* e *Testemunho da ocupação humana*), o SIG possibilita análises complementares: no primeiro subcritério, a integração de dados temporais e geográficos viabiliza compreender a evolução histórica dos elementos patrimoniais; no segundo, o mapeamento de eventos e rotas antigas permite situar a relevância histórica no espaço fronteiro; e no terceiro, as camadas temporais e os registros de evolução urbana tornam possível visualizar as transformações da paisagem cultural ao longo do tempo.

Assim, a associação entre AHP e SIG não apenas sistematiza os julgamentos de valor, mas também incorpora a dimensão espacial à análise multicritério, resultando em um instrumento metodológico mais robusto para a avaliação e priorização de bens culturais passíveis de tombamento.

CONCLUSÃO

Entende-se que a metodologia multicritério de apoio à decisão, Análise Hierárquica de Processo (AHP), é adequada para a questão formulada sobre qual dos três bens pode vir a ser apresentado em uma proposta de patrimonialização do Mercosul. Os motivos: o AHP é método que permite decompor o problema em uma estrutura hierárquica de critérios, sendo possível lhes atribuir pesos por meio de comparações pareadas. Usando critérios já indicados e estipulados para a caracterização do bem, advindos do Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL (2014), é possível desenvolver uma sequência de passos que possibilita classificar os bens em concordância aos critérios. Isso conduz a uma análise sistemática, transparente e replicável, capaz de integrar fatores qualitativos e quantitativos.

Quando associado a um Sistema de Informação Geográfica (SIG), o AHP ganha dimensão espacial: os critérios e seus pesos podem ser representados em camadas temáticas, permitindo a elaboração de mapas de prioridade. Essa integração reforça o processo, pois combina julgamento especializado e dados georreferenciados.

Os benefícios dessa abordagem incluem o controle da subjetividade, ao reunir múltiplas opiniões e dados empíricos; a transparência, garantida pelo registro das comparações pareadas e dos pesos atribuídos; e uma estrutura metodológica que facilita lidar com a complexidade inerente a determinadas decisões. Assim, o AHP, como ferramenta matemática, auxilia na escolha do melhor critério, transformando julgamentos subjetivos em medidas objetivas e o SIG dá suporte à decisão (Câmara e Davis, 2001). Segundo Pimenta (2019), a combinação do AHP com o SIG possibilita avaliar, de forma sistemática e transparente, alternativas e critérios espaciais. Portanto, apoia a tomada de decisão de maneira equilibrada ao ponderar os diversos valores apresentados em cada bem cultural.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. Introdução – Por que geoprocessamento? In: _____. *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001. p. 1-6. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1423/_introducao_a_ciencia_de_geoinformacao_inpe.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

CUSTÓDIO, A.B.; MIGUEL, L.A.; SILVA, A.L.; FREITA, D.F.B. *Apontamentos: Missão Técnica Barra do Quaraí*. Associação Amigos do Saladeiro AAS, UFRGS, 2025.

JACOB, R. *Cruzando la frontera*. Montevideo: Ed. Arpoador, 2004.

MARTINS, F. G.; COELHO, L. S. Aplicação do método de análise hierárquica do processo para o planejamento de ordens de manutenção em dutovias. *GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, Ano 7, no 1, p. 65-80, 2012.

MERCOSUL. Decisão CMC no 21/14. *Atualização do regulamento Patrimônio Cultural do MERCOSUL*. Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/public/normativas/3035>. Acesso em: 25 set. 2025.

PIMENTA, L. B.; BELTRÃO, N. E. S.; et al. Processo Analítico Hierárquico (AHP) em ambiente SIG: temáticas e aplicações voltadas à tomada de decisão utilizando critérios espaciais. *Interações*, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 407-420, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO QUARAÍ. Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Integração Fronteiriça. *No Coração da Tríplice Fronteira*, 2022.

ROSA, J.A. Contos e Cuentos de antes. ROCHA, A. (coord.). *Folha Barrense: escrevendo a nossa história*. v.1. Barra do Quaraí, 2009.

SAATY, T. L. How to make a decision: the Analytic Hierarchy Process. *European Journal of Operational Research*, 48, North-Holland, p.9-26, 1990.

SAATY, T.L. *The seven pillars of the Analytic Hierarchy Process*. Pittsburgh: RWS Publications, 2001.

VFCO - *Viação Férrea do Centro-Oeste*. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/>. Acesso em: 25 set. 2025.

A REVITALIZAÇÃO DO VINHO: A PONTE DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL E DA IDENTIDADE COM A SOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

VALDECIR CARLOS FERRI

O cultivo de uvas, conhecido como viticultura, passa por constantes mudanças e evoluções, refletindo sua importância significativa no cenário agrícola global. Essa atividade não apenas se destaca entre as práticas agrícolas, mas também desempenha um papel econômico crucial em todo o mundo. Atualmente, a uva é reconhecida como a terceira fruta mais cultivada em escala global, simbolizando prosperidade e abundância em diversas culturas.

O principal elemento da vitivinicultura, que é o vinho, sempre esteve intimamente ligado ao contexto cultural das civilizações ao longo da história. Além de sua relevância econômica, o vinho é amplamente reconhecido como um símbolo da prosperidade de um povo. Considerada uma das bebidas mais antigas do mundo, há registros que indicam que o consumo de vinho teve início há aproximadamente sete mil anos na região do Mediterrâneo. Essa longa tradição destaca não apenas o valor da bebida, mas também seu papel fundamental nas interações sociais e nas celebrações culturais.

Por definição, o vinho é o produto obtido pela vinificação/fermentação alcoólica de uvas. A vinificação representa um processo de transformação da matéria prima, a uva, no produto tido como vinho. Bebida adequada ao consumo que apresenta uma diversidade de perfis sensoriais, abrangendo gostos, aromas frutados e florais, colorações e outros buques característicos que proporcionam experiências sensoriais únicas, resultantes do manejo da videira e do seu processamento de elaboração.

O Brasil se classifica como o 15º maior produtor mundial de uva, com cultivo de 92 mil hectares, tanto para consumo in natura quanto para processamento da fruta. Além disso, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, em

função da diversidade ambiental brasileira, que propicia seu cultivo em todas as regiões geográficas brasileiras.

O Rio Grande do Sul realmente se destaca como o principal estado produtor de uvas e vinhos no Brasil. Com uma produção que representa 55% da uva e cerca de 50% do vinho nacional, o estado não só lidera em volume, mas também em diversidade.

A viticultura no Rio Grande do Sul abrange 27 das 35 microrregiões, indicando um compromisso significativo com a produção vitivinícola em várias áreas geográficas. Os aproximadamente 47 mil hectares de vinhedos representam uma parte considerável do total nacional, mostrando a importância econômica e cultural da vinicultura neste estado do Sul do Brasil.

Além disso, o terroir gaúcho, com suas condições climáticas e de solo favoráveis, contribui para a produção de vinhos de alta qualidade, tornando o estado um destino popular para enoturismo e apreciadores de vinho. As variedades de uvas cultivadas, como a Merlot, Cabernet Sauvignon, e as brancas como Chardonnay e Riesling, refletem a diversidade e a riqueza da tradição vinícola local.

A vitivinicultura no município de Pelotas RS, não é uma história que possamos contar com base apenas em relatos recentes, pois ela foi forjada por gerações, que introduziram esse patrimônio, que consolidaram e que vivenciaram o declínio e que atualmente fazem suas cruzadas para revitalizar e dar continuidade a essa tão importante cultura, não apenas no sentido agrônomo, mas também na visão patrimonial identitária deste território.

O povoamento da região colonial de Pelotas realizou-se por meio da influência de imigrantes europeus que chegaram a partir do ano de 1875. Em um espaço de tempo de dez anos, instalaram-se no entorno de Pelotas mais de 300 imigrantes europeus, que constituíram sete colônias na cercania da cidade. Na contemporaneidade, essas colônias mantiveram-se vigentes, mesmo que em número reduzido de famílias imigratórias, já que a maioria da população é formada por moradores locais do Sul, que por meio do êxodo urbano ocupam essa região, descaracterizando em parte essas localidades como sendo exclusivamente de famílias imigratórias.

A produção de vinho em Pelotas tem suas raízes na chegada de imigrantes franceses na Colônia Santo Antônio por volta de 1880. Esses colonos trouxeram consigo a tradição de fazer vinho artesanalmente para consumo próprio e para comercialização em pequena escala. Essa produção, foi o ponto de partida para a vitivinicultura na região que conservou-se através da herança da produção de vinhos passada de geração em geração.

O interesse pelo setor cresceu, e no final do século XIX, a cidade já contava com uma cadeira de Viticultura e Enologia no Liceu Riograndense de Agronomia e Veterinária de Pelotas, além de uma Sociedade Agrícola e Pastoral que distribuía castas de uva para os agricultores. Em 1899, Pelotas sediou a primeira Exposição Agrícola do Rio Grande do Sul, onde mais de 30 distintos vinhos de produção locais foram expostos.

É perceptível de que a história da vitivinicultura pelotense está intrinsecamente ligada à chegada dos imigrantes europeus, especialmente os portugueses, alemães e italianos, que trouxeram consigo o conhecimento e a paixão pelo cultivo da videira.

As primeiras vinhas foram plantadas nas colônias, principalmente na zona rural, para consumo próprio e para a produção de vinhos coloniais, simples, mas com grande valor cultural e afetivo.

Constam nessa trajetória de que os primeiros vinhos eram feitos de forma artesanal, usando as técnicas e variedades de uvas que os imigrantes conseguiram adaptar ao clima e ao solo local. A produção era pequena, predominantemente de variedades americanas a exemplo da Isabel e da Bordô e a comercialização era limitada, mas a tradição se enraizou nas famílias e passou de geração para geração.

No entanto, a vitivinicultura pelotense perdeu fôlego nas décadas seguintes. A produção, que se mantinha em moldes artesanais, não acompanhou o desenvolvimento industrial das vinícolas da Serra Gaúcha, que se beneficiaram da chegada de imigrantes italianos e de um movimento de modernização. A decadência se acentuou nos anos 70, e a indústria vinícola da região praticamente desapareceu.

A partir do início dos anos 2000, um movimento de revitalização começou a tomar forma. Produtores, pesquisadores e o poder público se uniram para resgatar o potencial da região, com foco na qualidade e na diferenciação dos vinhos e sucos.

Nos anos mais recentes, a atividade vitivinicultura em torno de Pelotas e nas regiões da Serra do Sudeste e Campanha Gaúcha tem vivenciado um renascimento, que chamamos de revitalização, que é a busca por alternativas agrícolas e o reconhecimento do potencial do terroir local, que impulsionam um novo ciclo de investimentos, resgates e pesquisa.

Atualmente, especificamente na abrangência de Pelotas, essas ações buscam divulgar boas práticas agrícolas, focando em manejo de solo, controle de doenças e cultivo protegido para garantir a qualidade da produção de uva a manutenção patrimonial identitária deste território.

Pelotas conta com o cultivo prioritariamente das uvas Niágara Rosada e a Bordô, utilizadas para uva de mesa (consumo ‘in natura’), produção de sucos artesanais e de vinhos coloniais. Mas também com variedades de uvas finas que se adaptam bem ao clima temperado, como a Cabernet Franc, a Merlot, a Pinot Noir e a Sauvignon Blanc. Sempre em uma abordagem que valoriza as características únicas da região.

O Dia do Vinho na Colônia Maciel, oitavo distrito de Pelotas - RS, é um evento tradicional que celebra a produção vitivinícola da região e a integração de pessoas que fazem parte do enoturismo e da gastronomia rural.

O evento, é o símbolo da revitalização e do ressurgimento do vinho. Esse encontro do patrimônio territorial e da identidade com a socialização das pessoas, acontece anualmente, na terceira sexta-feira do mês de agosto e surgiu para valorizar os produtores rurais deste território, além de incentivar a manutenção deste patrimônio que é a ponte da socialização de pessoas, que fortalecem as motivações do turismo e do enoturismo local.

Esse dia dedicado ao vinho (Figura 1), foi criado no ano de 2007 pela união de esforços dos próprios produtores de uva e vinho da Colônia Maciel, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, que na época desenvolvia um projeto extensionista com aporte financeiro de instituições de fomento

juntamente com Emater, Sindicato dos trabalhadores Rurais, Embrapa Clima Temperado e Prefeitura Municipal de Pelotas.

Figura 1: Representações do evento 90 Dia do Vinho



Fonte: Fotografias do autor, 2025.

Neste ano de 2025 ocorreu a 17ª edição, que reuniu mais de 300 pessoas para esse convívio alimentar. O ponto alto do “Dia do Vinho” é o denominado “Jantar do Vinho”, momento de socialização e de conexão com a gastronomia de identidade e o patrimônio deste território.

Os insumos e ingredientes utilizados no jantar do dia do vinho são uma expressão do potencial local, pois todos eles, sem exceção são produzidos localmente: não havendo adição de meios externos que possam ferir esse momento de mergulho na cultura e na identidade das pessoas envolvidas nessa tradição.

O cardápio é uma verdadeira celebração da culinária italiana, com pratos típicos da região que inclui:

a) uma entrada composta de frios, especificamente salame misto (produzido com carne suína moída, adição de carne bovina moída, temperos verdes e alho; seco a base de fumaça de lenha verde), queijos coloniais (elaborado do modo colonial, com leite bovino integral, e disponibilizado em diferentes estágios de cura), pickles (pepino em salmoura adicionado de rodela de cebola e folha de louro e pimenta) e pães (de farinha de trigo sovado a mão);

b) o prato principal é composto de polenta branca (obtida com farinha de milho típico da região que lhe imprime essa característica única de coloração e consistência), polenta brustolada com e sem queijo (a polenta produzida com o mesmos ingredientes anteriores, porém cortada em fatias e posta em fatias para tostar em chapa aquecida adicionada ou não de finas fatias de queijo colonial), polenta convencional (produzida com farinha de milho tradicional), massa bigoli (é uma massa longa e espessa, semelhante a um espaguete grosso que possui uma textura rústica é feita em uma prensa especial chamada bigolaro, que extrusa a massa em seu formato característico), massa bigoli com molho (massa feita no mesmo bigolaro, porém, com um pequeno orifício no centro, o que a ajuda a absorver melhor), massa macarrão (feito de farinha de trigo e ovos, extrusada no bigolaro, entretanto seu formato é longo e cilíndrico), carne de porco assada (utiliza-se as partes consideradas mais nobres do porco, que são postas em espetos e levadas a assar em churrasqueiras de fogo de lenha), galetto assado a passarinha (O termo “à passarinha” refere-se especificamente ao corte da carne em pedaços pequenos, é galetto refere-se a frango pequeno e jovem, frito em óleo e temperado com alho), fortaia de ovos (assemelha-se a uma omelete, porém, além de ovos e queijo, adiciona-se salame e copa);

c) as saladas se complementam com duas opções, a de agrião (agrião-d'água é a hortalica folhosa *Nasturtium officinale* que é levemente picante, para reduzir esse amargor picante é deixada de molho em água com um pouco de vinagre por dez minutos antes de ser temperada com azeite, sal e vinagre) e a de radicci (é uma hortalica folhosa, uma variedade de chicória, também conhecida como almeirão de hortas, *Cichorium intybus*, possui folhas alongadas de coloração verde-escura vibrante mesclado com roxo, de sabor levemente amargo e característico, temperada com vinagre caseiro de vinho tinto, sal e azeite) e;

d) a sobremesa: sagu de vinho tinto com creme (é feito a partir da fécula da mandioca, que é processada em pequenas bolinhas gelatinosas cozidas em calda de vinho tinto, açúcar e especiarias, como canela e cravo, servido acompanhado de creme de leite).

Evidentemente que isso tudo, é acompanhado com vinhos e sucos de uva integral, produzidos localmente, basicamente das uvas Isabel, Bordô, Merlot e Niágara.

Dentre os mais de vinte vitivinicultores familiares participantes do dia/jantar do vinho, os com mais participações são as famílias: João Bento, a qual sua vinícola é a mais antiga da região, tendo sido edificada com pedras rústicas no ano de 1888, que ainda hoje faz parte da propriedade familiar que é muito visitada por enoturistas; Camelato, com a atividade vitivinícola iniciada pelo avô, atualmente na sua terceira geração; Nardello, onde sua viticultura e a vinícola se destacam no roteiro turístico rural Morro de Amores a vinícola da família Potenza que tem uma tradição na produção de uvas e vinhos que se estende por mais de um século, começando com os imigrantes italianos da família e tendo a agroindústria familiar implementada na década de noventa.

Neste ano de 2025 foi realizado, paralelamente a isso tudo, o evento denominado “1ª Mostra de Vinhos, Sucos e Derivados” de Pelotas, uma demonstração que evidencia a articulação do setor que busca seu espaço no cenário vitivinícola local, estadual e nacional.

Esse novo ciclo ainda está sendo construído, assim sendo, necessita de todos os cuidados de algo histórico e ao mesmo tempo novo que possam a interagir entre si. É uma adoção de novas tecnologias, aliados a preservação ao saber fazer local.

Cabe a cada um que faz parte dessa transformação manter e incentivar estudos técnicos e científicos, pesquisas, motivar o empreendedorismo, focar em pequenas e médias vinícolas, ver o enoturismo como uma alternativa viável de experiências que conectam o visitante à paisagem e à história da produção de vinho na região.

Os avanços na enologia estão ligados ao progresso da viticultura, uma vez que a qualidade do vinho está relacionada à qualidade das uvas e pelo domínio das técnicas e conhecimentos enológicos adquiridos ao longo da guarda da tradição. Portanto, sem uvas de qualidade e sem o domínio das técnicas do saber fazer local, não é possível produzir um vinho de excelência.

Devido à crescente demanda por vinhos de qualidade da produção territorial, a boa adaptabilidade de uvas à região é fundamental, pois é um polo crescente na produção vitivinífera. O município já se destaca, na produção de uvas ‘*in natura*’ e devido ao seu potencial enológico positivo e aceitação do mercado consumidor de vinhos e sucos.

Temos a convicção de que o futuro da vitivinicultura pelotense é promissor. O setor tem potencial para se consolidar como uma nova fronteira do vinho brasileiro, oferecendo vinhos que expressam a tipicidade de um terroir único, principalmente, na promoção da marca “Vinho de Pelotas”

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Lei nº 10.970*, de 12 647 de novembro de 2004. Normas Referentes à Complementação dos Padrões de 648 Identidade e Qualidade do Vinho e dos Derivados da Uva e do Vinho. Diário 649 Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 nov. 2004.

DUARTE, Tiaraju Salini. Identidade territorial e vitivinicultura: o enoturismo na Colônia Maciel/Pelotas-RS. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 2, n. 2, 2014.

GRANDO, M. Z. *Evolução e decadência da vitivinicultura em Pelotas*. FEE, Porto Alegre, v. 8, n. 2. 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Levantamento sistemático da 697 produção agrícola*. Brasília: IBGE, 95 p. 2019.

MELLO, L. M. R. de; Machado, C. A. E. *Vitivinicultura brasileira: Panorama 2019*. Comunicado técnico da Unidade da Embrapa Uva e Vinho (INFOTECA-E), 214, 1–21, 2020.

OIV - International Organisation of Vine and Wine. *Statistical report on world 737 vitiviniculture*. 2019. Disponível em: <<http://www.oiv.int/public/medias/6782/oiv-738-2019-statistical-report-on-world-vitiviniculture.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2022.

PHILLIPS, Rod. *Uma Breve História do Vinho*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PROTAS, J. F.S.; CAMARGO, U. A.; MELLO, L. M.R. *Vitivinicultura brasileira: regiões tradicionais e polos emergentes*. Informe Agropecuário, Vinhos finos: rumo à qualidade. Belo Horizonte, v.27, n.234, p.7-15, 2006.

TECNOLOGIAS ANTIGAS E ATUAIS: AS CIDADES DOS OBJETOS QUE TESTEMUNHAM A CULTURA FRONTEIRIÇA BRASIL-URUGUAI

FRANCISCA FERREIRA MICHELON
UBIRAJARA BUDDIN CRUZ

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a primeira prospecção das cidades da faixa de fronteira que constitui um dos resultados parciais do projeto de pesquisa em andamento que deu tema ao terceiro Seminário Internacional de Patrimônio Industrial, Alimento e Sustentabilidade (SemPIAS), intitulado “Tecnologias antigas e atuais em culturas tradicionais ibero-americanas: sustentabilidade de paisagens históricas da produção”. O principal objetivo do projeto é identificar conexões entre locais e objetos representativos de técnicas e tecnologias antigas, ativos ou musealizados, transformados ou recentes, relativos ao patrimônio alimentar, industrial-alimentar e de transporte, embora outros, conforme o lugar, possam ser considerados. Além dos remanescentes industriais, buscaram-se objetos em museus, coleções particulares e outras instituições de guarda de acervos, assim como em grupos determinados das comunidades. O território principal é o Rio Grande do Sul e nesta etapa inicial, que se desenvolveu de janeiro a novembro de 2025, a parte do território investigado foi a fronteira Brasil-Uruguai, especialmente, ainda que não só, cinco das seis cidades gêmeas¹, que favorecem a observação dos trânsitos e das reminiscências nos municípios contíguos, bem como nos municípios vizinhos, todos localizados no segmento de fronteira da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, incluindo parte da Campanha Gaúcha (Fig. 1).

¹ Ainda não foram visitadas as cidades gêmeas Chui-Chuy porque não apresentam ao menos um dos dois elementos essenciais para a primeira coleta do trabalho de campo: a presença de ao menos um museu histórico, ou etnográfico ou ecomuseu e a presença de um saladeiro, ou linha férrea.

timento de empresários uruguaios, também com capital europeu, referem o intenso trânsito de produção que ocorria na fronteira, exemplificado na instalação dessas indústrias no lado brasileiro, entre as últimas décadas do século XIX até por volta de 1920 (Souza, 2001; Jacob, 2004; Volkmer, 2007; Guerra, 2019). Efetivamente, foram só algumas décadas em que esses saladeros funcionaram, mas o impacto que tiveram sobre a região pode ser observado tanto nas suas ruínas, quanto no outro bem, que passamos a incluir no estudo: as estações férreas. Essas, ao contrário dos saladeiros, mantiveram-se e muitas foram recuperadas (Bagé, Dom Pedrito e Santana do Livramento), outras apenas sobreviveram (Itaqui, São Borja e Barra do Quaraí).

Um dado interessante a considerar é o crescimento significativo da produção de vinho e azeite, que poderia ser entendida como uma nova frente produtiva da região. Mas não é nova. Nos museus de Pelotas, assim como nos museus da serra gaúcha, verifica-se que a produção do vinho se estabeleceu, de modo artesanal, com os portugueses, primeiramente, depois com os imigrantes italianos e alemães. Repara-se que quanto mais se intensifica o comércio de fronteira, os discursos e legendas da convivência pacífica se estabelecem, reforçando os elementos representativos da integração binacional da região.

ALGUNS CONCEITOS SOBRE A FRONTEIRA

Antes de falar das cidades é necessário esclarecer o entendimento sobre o que se entende por cada conceito aplicado à palavra Fronteira. Com base em Pucci (2010) importa distinguir Fronteira, Limite, Faixa de Fronteira e Zona de Fronteira. Cada uma dessas palavras designa uma condição e área específica e no caso de estudo, a área na qual estão as cidades que se pretende conhecer. Nesse sentido:

Entende-se por limite a linha imaginária que define o contorno territorial de um Estado e, por consequência, o alcance de sua jurisdição. Quando essa linha coincide com acidentes geográficos, como rios e montanhas, costuma-se chamá-la de “limite natural”. A rigor, contudo, todo limite é convencional, visto que, seja quando negociado bilateralmente, seja quando imposto unilateralmente, deverá sempre, ao fim e ao cabo, ser reconhecido pela sociedade internacional. Dado que o território é um dos elementos constitutivos do Estado e condição sine qua non de sua exis-

tência, a defesa do perímetro dentro do qual a soberania é exercida tange à segurança nacional (Pucci, 2010, p. 23).

Limite e fronteira são palavras que se referem ao complexo fenômeno que ocorre nas áreas delimitadas de dois países. São, portanto, conceitos com acepções diversas, conforme os pontos de vista que os tratam. Neste estudo, o entendimento adotado por Nogueira (2007), converge para o campo no qual se trabalha:

Limite do território nacional, a fronteira pressupõe um centro de controle, que pode ser geográfico ou não, de onde partem as ordens, na forma de políticas que variam em virtude do relacionamento que se estabelece com o vizinho. Tais políticas podem ter um sentido de estreitamento de relações exigindo uma menor vigilância por parte do Estado no que diz respeito à segurança do território, ou ao contrário, quando fortificações militares são estabelecidas para garantir o patrimônio territorial (p. 30).

Sobretudo, para o que se busca investigar, o conceito de Faixa de Fronteira é o mais significativo e para esclarecê-lo Pucci (2010) estabelece uma linha do tempo na qual se observam os motivos que conformaram o conceito ao longo do tempo, das sesmarias no Brasil aos mais recentes, que apresenta no trecho a seguir:

O conceito reapareceu na Constituição de 1934 sob o rótulo de faixa de interesse da segurança nacional, com a extensão lateral ampliada para 100 km. Pouco depois, com a Carta de 1937, a faixa de fronteira atingiu sua largura atual, de 150 km. Presentemente, na América do Sul, apenas cinco países, além do Brasil, reconhecem a faixa de fronteira como unidade espacial distinta e sujeita a legislação específica e apenas três estipulam a sua extensão: Brasil, Bolívia e Peru. Nestes dois últimos países, a faixa tem apenas 50 km de largura. À exceção do Brasil, nenhum país do Cone Sul legislou sobre a faixa de fronteira (Pucci, 2010, p. 32).

E, ainda, o autor informa que Zona de Fronteira é: “[...] o espaço configurado pela articulação espontânea entre as faixas de cada lado do limite internacional, caracterizado por interações que criam um meio geográfico próprio, só perceptível em escala regional” (Pucci, 2010, p. 46). Ao que acrescenta, utilizando o exemplo de uma das cidades gêmeas que: “[...] os moradores do

extremo leste da fronteira com o Uruguai referem-se ao Chuí ou el Chuy como uma totalidade” (Pucci, 2010, p. 46).

Ao adotar os conceitos acima para orientar a delimitação do espaço onde se está desenvolvendo o trabalho, deixa-se claro que a extensa complexidade que faz com que autores tratem o campo de estudos inclinados para o reconhecimento dos conflitos e dilemas ou das possibilidades e expressões de integração, não figuram como necessidade ao que se está buscando. Eventualmente, em numa ou noutra situação, tais pontos de vista serão considerados, ainda assim, ressalta-se, o estudo que se vem fazendo não é sobre a fronteira, mas na fronteira. Por isso, cabe utilizar um mapa (Fig. 2) para mostrar as cidades que no presente recorte, compõem o objeto do estudo. Muito recente à escrita deste texto, mais precisamente no início de dezembro de 2025, o Uruguai criou uma lei de fronteira, para melhorar a competitividade, o trabalho e a qualidade de vida na fronteira com o Brasil. Como essa lei é nova, ainda não se conseguiu aprofundar o entendimento de como funcionará, mas já se pode ter uma ideia de atingimento pelo mapa na figura 3 no qual se encontra a localização das cidades que, naturalmente, coincidem com as cidades gaúchas.

Figura 2 – Faixa de fronteira do Brasil, no Rio Grande do Sul



Fonte: Brasil. Ministério da Integração Nacional

Figura 3 – Faixa de fronteira do Uruguai com o Brasil



Fonte: Uruguay. Ministerio de Economía y Finanzas

As cidades que se asseguram na condição de cidades gêmeas são assim entendidas a partir da concordância com a definição dada pelo Ministério da Integração Nacional:

Serão consideradas cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2014).

Das seis, apenas Barra do Quaraí é uma cidade trigêmea com Bella Unión, no Uruguai e Monte Caseros, na Argentina e tal como se vê nos mapas das figuras 4 e 5, encontra-se na confluência dos rios Quaraí e Uruguai. O mesmo mapa apresenta Quaraí fronteira com Artigas e Santana do Livramento fronteira com Rivera. Igualmente vê-se no mapa o trajeto do rio Quaraí e demais cidades gêmeas fronteiriças Brasil e Uruguai.

Figura 4 – Mapa com a localização das cidades gêmeas e trigêmeas no trajeto do rio Quaraí.



Fonte: Carneiro, C. P.; Ribeiro, G. S.; Moraes, L. E. P. (2024).

Figura 5 – Bacia do rio Quaraí.



Fonte: <https://www.sema.rs.gov.br/uo60-bh-quarai>

AS CIDADES DA FRONTEIRA RIO GRANDE DO SUL-URUGUAI

As cidades que constituem o foco deste texto localizam-se em uma faixa de fronteira com características particulares, na qual se percebe que “o impulso integrador vem do passado, por sinal, que antecede ao advento dos dois Estados” (Pucci, 2010, p.20). Trata-se, essa, de uma faixa larga e longa que acompanha a extensa linha de fronteira entre os dois países. No entanto, ao observar com mais cuidado, não há como desconsiderar que as dimensões de ambos os países são discrepantes. E, por isso, defende-se de que o mais correto é considerar a fronteira Brasil-Rio Grande do Sul, que se funda na perspectiva seguinte:

De modo geral, acaba sendo pouco produtivo comparar o Brasil com o Uruguai. Os próprios pesquisadores uruguaios reconhecem este fato. É o caso de Mazzei e Souza (2013), que exemplificam esta relação em cifras. Eles lembram que o Uruguai corresponde a pouco mais de 2% do território e a 1,7% da população brasileira, o que gera uma desproporção, geralmente favorável ao Brasil, em vários sentidos, sejam ambientais, econômicos ou sociais, conforme anota Pucci (2010), (Nogueira, 2015, p. 26).

Para chegar a cada uma dessas cidades, o mapa rodoviário é essencial. As visitas realizadas seguiram, neste momento inicial, um trajeto linear que pudesse, percorrendo uma única via, chegar ao maior número de cidades no tempo disponível. Mesmo assim, foram necessárias várias viagens, dado o fato de que as visitas de prospecção, tal como chamamos essa primeira fase, não puderam contar com muitos dias seguidos, uma vez que as distâncias entre as cidades não são curtas.

Na exposição que segue foram elencados tópicos que definem alguns critérios comparativos entre as cidades visitadas: localização, população, distância de Porto Alegre (capital do Estado), base econômica e referência industrial, e patrimônio cultural reconhecido ou com potencial de reconhecimento. Um dado importante para o nosso estudo consta no quadro 1 da figura 6. Ao destacar o fato de ter a cidade surgido de emancipação, ressalta-se um vínculo primordial a outro território, fato que importa para estabelecer nexos entre os vestígios da cultura material na área analisada.

Figura 6 – Quadro 1 - Fundação dos Municípios da rota BR 293

Município	Emancipação	Cidade origem	Lei	Origem
Bagé	1846	Piratini	Lei Provincial n.º 65, de 05-06-1846	Foi Distrito de Piratini
Uruguaiana	1874	Alegrete	Lei Provincial n.º 898, de 06-04-1874	Foi Vila de Santana de Uruguaiana
Santana do Livramento	1876	Alegrete	Lei Provincial n.º 1.013, de 06-04-1876.	Era distrito de Alegrete
Pinheiro Machado	1879	Piratini	Lei provincial nº 1132, de 2 de maio de 1878 1879, (Nossa Senhora da Luz das Cacimbinhas)	Desmembrado de Piratini. Em 1915, o nome foi mudado para Pinheiro Machado.
Dom Pedrito	1888	Bagé	Lei Provincial n.º 1.720, de 20-12-1888	Era vila com a denominação D. Pedrito
Quaraí	1890	4º Distrito de Alegrete (até 1871)	Ato nº 150 de 26 de março do ano de 1890,	Foi vila de São João Batista do Quaraí
Candiota	1992	Bagé	Lei Estadual n.º 9.574, de 20-03-1992	Desmembrado do distrito de Seival
Hulha Negra	1992	Bagé	Lei Estadual n.º 9.579, de 20-03-1992	Era distrito de Bagé

Barra do Quaraí	1995	Uruguaiana	Lei Estadual n.º 10.655, de 28-12-1995	Era distrito de Uruguaiana
Aceguá	1996	Bagé	Lei Estadual n.º 10.766, de 16-04-1996	Era distrito de Bagé

Fonte: Dados elaborados pelos autores com base em IBGE

O que o quadro informa, de imediato, é a própria trajetória de formação do Rio Grande do Sul. Foram surgindo distritos dentro das grandes extensões territoriais das cidades da fronteira. No século XIX os distritos se desmembraram e geraram vilas, que cresceram para freguesias, que se tornaram cidades. Isso aconteceu com Bagé, a cidade mais antiga dessa situação, Uruguaiana, Santana do Livramento, Pinheiro Machado e Quaraí. De Bagé, há poucas décadas, emanciparam-se três cidades e de Uruguaiana, uma.

Localizada na região da Campanha, Bagé possui, de acordo com o Censo de 2022, uma população de 117.938 habitantes, sendo a maior cidade gaúcha que faz fronteira com o país vizinho (IBGE, 2025). A cidade é um importante ponto de passagem para quem viaja do Brasil para o Uruguai por via terrestre, ficando a 378 quilômetros de Porto Alegre e 518 quilômetros de Montevidéu. Ainda no que tange ao aspecto demográfico, Santana do Livramento ocupa o segundo lugar, depois de Bagé, com uma população de 84.421 habitantes em um território de 6.946,407 km². Na sequência, Quaraí com 23.550 habitantes e Dom Pedrito com 36.981. Após, todas as demais cidades variam entre 11 mil e 4,5 mil habitantes. Portanto, a maioria são cidades pouco populosas. Mas, não é só a antiguidade que responde pelo tamanho da população, e sim o tipo de economia, que acaba determinando que essas cidades tenham um baixo crescimento demográfico.

A economia de Bagé é baseada na agricultura, pecuária e comércio local, tendo recentemente, como outras cidades da região, investido na olivicultura e vitivinicultura. Também se destaca na cidade a criação de cavalos de raça pura. Pode-se dizer que o mesmo acontece com Pinheiro Machado cuja base eco-

nômica do município está na agropecuária, sobretudo na criação de ovinos e azeite de oliva, tendo o município, a maior plantação de oliveiras do Brasil.

Já, Candiota parece diferente quanto à economia dada a existência de usinas geradoras de energia termoelétrica. A maior jazida de carvão mineral do Brasil está em Candiota, sendo passível de ser minerada a céu aberto, em profundidades de até 50 metros (Fig. 7). Esse carvão é enviado para as usinas por gigantescas correias transportadoras (Fig. 8). A reserva está estimada em um bilhão de toneladas, que abastece as usinas termelétricas Presidente Médici e Pampa Sul. Além da produção energética, assim como outras cidades da região, há uma grande cultura de vinhedos e oliveiras. Candiota tem o 3º PIB do Estado, segundo dados do IBGE (2021). De uma conformação urbana muito diferenciada, a cidade é formada por três vilas operárias, onde em uma delas se encontra a Prefeitura Municipal e em outra, a Câmara dos Vereadores.

Figura 7 – Mina de carvão mineral a céu aberto, **Figura 8** – Correia transportadora do minério, em Candiota, RS da mina à usina, Candiota, RS



Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

Hulha Negra é um caso intermediário, considerando que o carvão foi explorado no município até início dos anos 1950, o que deu o nome à cidade. No presente, sua economia é baseada na agricultura e pecuária. Um destaque local são os vários assentamentos de colonos sem terra no município.

As demais cidades, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Quaraí e Aceguá, também compartilham de igual base econômica, a saber, o agronegócio, com hegemonia dos rebanhos de gado na pecuária e grãos na agricultura, além das

oliveiras e videiras que crescem significativamente nos últimos anos. Mas, há de se destacar o turismo de compras em Santana do Livramento e Uruguiana e a mineração em Dom Pedrito e Aceguá.

Barra do Quaraí, a mais jovem dessas cidades, subsiste no comércio com as suas vizinhas Bella Unión e Monte Caseros. A produção de arroz que ocupa significativa parte do seu território não é de proprietários locais e o Parque do Espinilho, extenso e peculiar, é protegido pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas fechado de modo que a exploração desse, mesmo que moderada, não é possível. Com uma singular confluência de fatores naturais, a cidade pretende desenvolver o ecoturismo como principal base econômica.

O DIAGNÓSTICO SOBRE A CULTURA NAS CIDADES DA FRONTEIRA

Do ponto de vista cultural, a cidade que mais se destaca é Bagé por apresentar um patrimônio edificado com diversos estilos arquitetônicos (Fig. 9), muito bem preservado, além de contar com bibliotecas e dois importantes museus, o Museu da Gravura Brasileira e o Museu Dom Diogo de Souza (Fig. 10).

Figura 9 - Palacete Pedro Osório, Bagé, RS



Figura 10 – Museu Dom Diogo de Souza



Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2014

Outro bem de relevância para este estudo são as charqueadas. Segundo Andrade, Padoin e Ismério (2021), um registro fiel da história da cidade passa pelas charqueadas, que estão na origem dos atuais frigoríficos. A Charqueada

da Companhia Industrial Bageense (1891) foi “uma iniciativa dos pecuaristas e comerciantes locais, além de alguns profissionais liberais”. A seguir, instalar-se-iam as charqueadas de larga escala - Santa Thereza (1897) (Fig. 11), São Martin e São Domingos (1902) (Fig. 12) e Santo Antônio (1903). A atividade motivou escritores e artistas plásticos dos quais se destacam as obras: Xarqueada, de Pedro Wayne (1937), inspirado em sua vivência na Charqueada São Miguel, e a série de gravuras Charqueadas, do bageense Danúbio Vilamil Gonçalves. O sítio do Centro Histórico Vila de Santa Thereza é um caso exemplar de patrimônio restaurado, cuja representatividade tem vários aspectos a serem considerados nesta pesquisa, sobretudo o caso do tipo de vila operária que ali se formou.

Figura 11 – Centro Histórico
Vila de Santa Thereza



Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

Figura 12 – Ruínas do Frigorífico São Domingos



Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

E para os estudos patrimoniais dessa fronteira, o saladeiro, ou como já dito, a charqueada, mesmo em ruínas sugere, como os exemplos das figuras a seguir, apresentam forte valor patrimonial (Fig. 13, 14, 15 e 16)

Figura 13 - Ruínas do casarão que fazia parte
do complexo do Saladero Barra do Quaraí



Fonte: Trinacional.com, 2020

Figura 14 - Ruínas do casarão que fazia parte
do complexo do Saladero Barra do Quaraí



Fonte: Fotografia de
Francisca Ferreira Michelin, 2025

Figura 15 - Ruínas do Saladeiro
São Carlos, Quaraí



Fonte: Ubirajara Buddin Cruz, 2025

Figura 16 - Remanescente do Frigorífico
Armour, Santana do Livramento



Fonte: Ubirajara Buddin Cruz, 2025

Também cabe destacar outro bem de grande confluência para o entendimento da fronteira: as estações ferroviárias. E no caso de Bagé, compreender como a Estação reflete o papel que a cidade teve na região. A trama ferroviária que entendia o papel de Bagé a Pelotas e Rio Grande, estava intrinsecamente ligada ao tripé gado, charqueada e porto. A estação de Bagé foi criada em 1884, foi destruída por um incêndio em 1924, e recuperada em 1929, onde atualmente funciona o Centro Administrativo do Município (Fig. 17).

As estações ferroviárias que foram recuperadas nas cidades elencadas deste estudo são a de Santana do Livramento (Fig. 18) e Dom Pedrito (Fig. 19). Todas seguem o mesmo estilo da época e estão em uso para fins turísticos e culturais. No entanto, remanesce um acervo importante que se encontra em abandono: em Candiota, o distrito de Seival possui uma antiga estação ferroviária (Fig. 20), construída em 1884; em Hulha Negra a construção da estação ferroviária, em 1884 (Fig. 21) foi o marco referencial em torno da qual se formou a comunidade, inicialmente chamada Rio Negro, tendo seu nome alterado na década de 1940.

Importante exemplar de estação ferroviária encontra-se em Barra do Quaraí (Fig. 22), ainda que em avançado abandono. A gestão municipal tem projeto para sua recuperação a partir de 2026.

Figura 17 – Antiga estação ferroviária, atual Centro Administrativo de Bagé



Fonte: Fotografias de Ubirajara B. Cruz, 2025

Figura 18 – Estação ferroviária de Santana do Livramento



Fonte: Fotografias de Ubirajara B. Cruz, 2025

Figura 19 – Estação ferroviária de Dom Pedrito, Casa de Cultura Giseli Bueno Pinto



Fonte: Fotografias de Ubirajara B. Cruz, 2025

Figura 20 – Ruínas da estação ferroviária de Seival



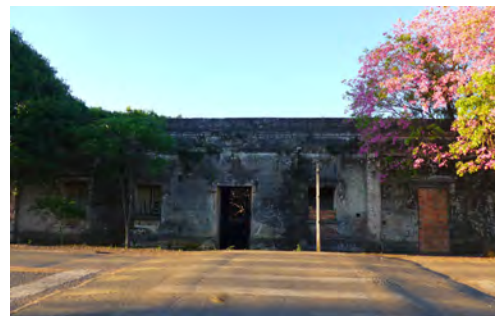
Fonte: Fotografias de Ubirajara B. Cruz, 2025

Figura 21 – Estação ferroviária de Hulha Negra



Fonte: Fotografia do livro Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul, 2002

Figura 22 – Estação ferroviária de Barra do Quaraí



Fonte: Fotografia de Francisca Ferreira Michelin, 2025

E se o patrimônio do passado parece apenas vestígio, há heranças palpáveis que se encontram ativas, hoje. Se do ponto de vista patrimonial, Pinheiro Machado tem um importante acervo arquitetônico, com prédios de diferentes estilos (Fig. 23). Na atualidade, uma potente indústria de cimento, afastada da área urbana, carrega a economia da cidade, com altos custos ambientais (Fig. 24).

Figura 23 – Teatro Municipal Ludovico Pórzio, Pinheiro Machado



Figura 24 – Indústria de cimento no interior de Pinheiro Machado



Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

Fonte: Fotografia de Ubirajara B. Cruz, 2025

E se Candiota teve uma importante participação na Revolução Farroupilha, por ter sido da histórica Batalha de Seival, quando foi proclamada a República Rio-Grandense, hoje contém, com todos os ônus que isso refere, enorme patrimônio industrial.

CONCLUSÕES

Os discursos de revalorização da campanha gaúcha, que incluem um novo ciclo produtivo a partir do aumento da produção do vinho e do azeite da região, impulsionaram um revival da memória dos saladeiros. Associações, ONGs e órgãos públicos, como secretarias municipais de cultura e turismo das prefeituras, se esforçam para consolidar essas ruínas como destino turístico, inclusive visando, através de parcerias público-privadas, o desenvolvimento socioeconômico, cultural e regional. Em Quaraí, por exemplo, onde estão as ruínas do Saladeiro São Carlos, a prefeitura criou o Parque Dyonélio Machado, uma

vez que, além de valorizar o patrimônio cultural e industrial, o lugar suscita uma importante memória da cidade no período em que a indústria funcionou. A tríplice fronteira, da qual faz parte Barra do Quaraí, é outro fato que desde 2017 vem promovendo a emergência de uma narrativa centrada nas ruínas do Saladeiro. A palestra de Fernando Alonso e Argemiro Rocha, publicadas pelo IPEA (2020), como capítulos do livro decorrente das oficinas sobre a tríplice fronteira, ocorridas em Uruguaiana em 2017, indicam claramente o quanto o movimento orquestrado pela combinação do poder público local e civil tem crescido.

No entanto, ainda não é suficiente, como observa Silva (2022) sobre a baixa participação social em relação a temas pertinentes ao parque Dyonélio Machado, mesmo diante do potencial do parque como fator de desenvolvimento turístico. Em Barra do Quaraí, a ONG Atelier Saladero desenvolve diversas atividades que visam valorizar a cultura da comunidade fronteiriça. Mas há pouco estudo sobre os lugares de significação histórica da cidade. Cabe lembrar que é uma cidade muito jovem e o saladeiro esteve abandonado por muito tempo. Mas é necessário dizer que a Associação Amigos do Saladeiro São Carlos, Curta Quaraí, Trinacional e outras entidades preocupadas com a preservação da memória dos locais ora estudados estão sendo fundamentais para que no futuro se possam apresentar iniciativas de reuso desses e de outros saladeiros que marcaram um fato único no pampa gaúcho: a indústria transfronteiriça. A região da Campanha, onde se localizam essas cidades, tem o setor primário como sua principal força econômica, diversificando para a produção de alimentos de valor agregado (vinho, azeite), indústria (cimento) e turismo, sobretudo de compras.

São consideradas cidades médias e pequenas, se levada em conta a classificação do IBGE (2025). No entanto, no histórico de cada uma, encontram-se aspectos particulares dessa fronteira, que se antes caracterizava-se por disputas pela delimitação do território, guerras e invasões, hoje define-se por políticas que se apresentam como sendo voltadas para a integração. Independente disso, é notória a fluidez dos modos de vida dos fronteiriços. E nem por isso, são cidades que se confundem com as suas irmãs. A forma dos dois lados da fronteira não nega o que lhes é peculiar, ainda que a paisagem não seja o elemento distinto. Integração, no caso dessas cidades, não é miscigenação. Tampouco as diferenças são antagonismos. Mas, os problemas de uma fronteira extensa e sem muros são maiores do que desejam aqueles que ali habi-

tam. Um desses problemas reside no pouco conhecimento e, portanto, reconhecimento da história em comum. Um exemplo são os saladeiros da fronteira sudoeste; eles são testemunhas de como esse espaço, que uma fronteira delimita, define, formou-se por vínculos econômicos, políticos e culturais.

NOTA

Este texto faz parte da pesquisa intitulada “Tecnologias Antigas e Atuais em culturas tradicionais ibero-americanas: sustentabilidade de paisagens históricas da produção”. Os agradecimentos são dirigidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq / Brasil, pelo financiamento da pesquisa (Processo: 403368/2024-3; CHAMADA PÚBLICA MCTI/CNPQ No 16/2024 - Faixa 1: Projeto em cooperação).

REFERÊNCIAS

ALONSO, Fernando. O Município de Barra do Quaraí e a tríplice fronteira Brasil-Uruguai- Argentina: problemas e perspectivas. In: PEGO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria; KRÜGER, Caroline; MOREIRA, Paula; FERREIRA, Gustavo. *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Sul*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, v.5, 2020, cap.8. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/f1867615-c-c14-4055-9c8a-79dbdf7a1ba9>. Acesso em 26 jul 2025.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira; ISMÉRIO, Clarisse (org.). *História de Bagé: novos olhares*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Gabinete do Ministro. Portaria no 125, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. *Diário Oficial da União*. Brasília, n. 58, seção 1, p. 64. Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haloH5PqbJKZa-awfaDwCm/legislacaofederal/portaria/2014/mi125.htm>. Acesso em 02 set. 2025.

CARNEIRO, Camilo Pereira; RIBEIRO, Gabriel Silva; MORAIS, Eugênia Pereira de. *Fronteira Brasil-Uruguai: interações espaciais, reivindicações territoriais e políticas públi-*

cas de desenvolvimento. *Confins: Revue Franco-Brésilienne de Géographie. Revista Franco Brasileira de Geografia*. [Paris], n. 64, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/59302>. Acesso em: 06 set. 2025.

ESTAÇÕES ferroviárias do Brasil. Disponível em: <https://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FRANCIA, Robert. Los saladeros Novo Quarahy y el São Carlos en clave de frontera. *Estudios Históricos*. Uruguay: año XIV, n° 27, julio 2022. Disponível em <https://estudioshistoricos.org/otros/n27.html>. Acesso em 03 set. 2025.

GUERRA, Milton Quinhones. *Industrialização e arquitetura no RS: o frigorífico Armour de Santanna do Livramento (1917)*. 2019. 392 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

IBGE. *Cidades e Estados do Brasil*. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. *Patrimônio ferroviário do Rio Grande do Sul: inventário das estações 1874-1959*. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censos de población, hogares y viviendas*. Disponível em: <https://www.gub.uy/instituto-nacional-estadistica/censosphv>. Acesso em: 11 nov. 2025.

JACOB, Raúl. *Cruzando la frontera*. Montevideo: Ed. Arpoador, 2004.

LUCENA, Marta Gomes. *Territorialidade de fronteira: uma contribuição ao estudo da questão fronteiriça Brasil e Uruguai no contexto do Mercosul*. Tese (doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

NOGUEIRA, Ricardo J. Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? *Atelier Geográfico – Revista Eletrônica*. Goiania, v.1, n.2, dez/2007, p.27-41.

SILVA, Ana Lúcia Oliveria da. *Dilemas e perspectivas do Parque Dyonélio Machado e dos*

remanescentes do saladeiro São Carlos de Quaraí, RS. 2022. 197 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Susana Bleil de. *Charqueadas e frigoríficos na fronteira: o trânsito pelo porto de Montevideu no início do século XX*. Trabalho apresentado no 4. Congresso Brasileiro de História Econômica - 5. Conferência Internacional de História de Empresas. Associação de História Econômica do Brasil, São Paulo, 2001.

SOUZA, Susana Bleil de. Fronteiras, poder político e articulações comerciais no Brasil Meridional do final do século XIX. *Anuario IEHS*, v. 23, p. 305-333, 2008.

ROCHA, Argemiro. O Movimento Transfronteiriço de ONGS: três pátrias, três cidades, um só povo - um estudo de caso. In: PEGO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria; KRÜGER, Caroline; MOREIRA, Paula; FERREIRA, Gustavo. *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Sul*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, v.5, 2020, cap.8. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/d436eec6-cd42-414d-b822-872ec560079b/content>. Acesso em 26 jul. 2025.

VOLKMER, Márcia Solange. *‘Onde começa ou termina o território pátrio’: os estrategistas da fronteira: empresários uruguaiois, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)*. 2007. 191 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

DIGITOGRAFIA: ESCREVER É DESENHAR

JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

INTRODUÇÃO

A escrita, por muito tempo subjugada ao paradigma da fala como presença plena do pensamento, foi compreendida no Ocidente sob a égide da metafísica da presença. No entanto, Jacques Derrida desconstrói esse privilégio fonocêntrico ao identificar, em *A farmácia de Platão* (Derrida, 1991), a escrita como *phármakon* — simultaneamente remédio e veneno, condição de memória e ameaça à verdade. Em vez de uma simples técnica auxiliar, a escrita é condição de possibilidade do próprio pensamento e, como tal, gesto técnico, traço inaugural, exteriorização da memória na qual a escrita não é um simples suplemento da fala, mas a condição mesma da possibilidade do sentido (DERRIDA, 1967).

Esse texto propõe uma genealogia crítica da escrita entendida como gesto técnico e inscrição material, atravessando sua constituição desde o registro manual ancestral até sua inflexão algorítmica contemporânea. A partir de uma abordagem pós-estruturalista, o artigo desestabiliza a oposição clássica entre fala e escrita — tal como problematizada por Derrida em *A farmácia de Platão* — para afirmar que escrever é sempre já desenhar: um gesto projetivo que funda regimes de visibilidade, memória e subjetividade. A reflexão organiza-se em três “idades” da escrita — gesto, molde e agenciamento — que funcionam como camadas técnicas e históricas, mas sobretudo como operações de inscrição que atravessam diferentes modos de existência do signo. Na idade do gesto, retomando Leroi-Gourhan, a escrita é apresentada como prolongamento exteriorizado do corpo, em que instrumento, gesto e matéria constituem um único sistema técnico; cada traço é acontecimento singular, não representação. A escrita cuneiforme e a caligrafia medieval exemplificam esse regime em que o desenho não é suplemento, mas condição ontogenética da linguagem. A idade do molde, inaugurada pela prensa de tipos móveis, desloca o gesto corporal para uma matriz replicável. A escrita torna-se serialização, padronização e circulação massiva, conforme apontam Benjamin e McLuhan: o meio imprime uma nova estrutura cognitiva,

instaurando o “homem tipográfico” e convertendo o texto em código combinatório. O molde tipográfico cria um regime de leitura linear e individual, no qual a forma da letra se emancipa do gesto e se torna módulo industrial.

Já a idade do agenciamento maquínico introduz um paradigma diagramático-no-operativo. Com Simondon e Deleuze & Guattari, o artigo discute como a escrita digital se torna código que executa, transforma e agencia fluxos, constituindo subjetividades técnico-simbólicas. Nesse regime, o ato de escrever deixa de ser mera exteriorização humana e passa a integrar máquinas cognitivas distribuídas. A digitografia — conceito articulado pelo autor — nomeia esse processo contemporâneo em que o gesto é imediatamente convertido em informação parametrizada, modulada por algoritmos e interfaces que produzem novas visualidades, temporalidades e modos de enunciação.

Ao recuperar a experiência do projeto Digitografia (Nokia E71), o texto evidencia como o digital radicaliza a exteriorização técnica: a escrita, quando transduzida pelo código, torna-se pictograma, vetor, cor hexadecimal, fluxograma tridimensional. O gesto humano permanece, mas hibridizado pela máquina, que age como coautora na produção do traço. Derrida, de novo, ilumina essa condição ao afirmar que o suplemento técnico é a própria escrita — nunca simples instrumento, mas condição da memória e da diferença.

O ensaio culmina na defesa da escrita como patrimônio técnico e simbólico — um bem cultural inscrito no horizonte ampliado da UNESCO, em que saberes, modos de fazer e técnicas de inscrição compõem a continuidade da memória coletiva. A digitografia, nesse contexto, não é apenas uma mutação tecnológica, mas um agenciamento que reconfigura a própria experiência do pensar: gesto, molde e algoritmo pertencem a um mesmo continuum técnico, no qual escrever é sempre desenhar o campo de emergência do sentido.

A IDADE DO GESTO

A primeira idade da escrita se inscreve no corpo, na pele do mundo, no gesto técnico primitivo. Para André Leroi-Gourhan, a técnica é o prolongamento exteriorizado do corpo humano: “A técnica é o prolongamento direto do

gesto. A ferramenta, antes de ser um objeto, é uma intenção incorporada” (LEROI-GOURHAN, 1984, p. 174). Escrever, nesse contexto, é grafar o tempo no espaço; é fixar ritmos vitais na superfície da matéria. A escrita não representa: ela age, cartografa, perfura, imprime. É nessa dimensão que o gesto do traço é inseparável da memória — não como arquivo passivo, mas como exteriorização ativa de uma inteligência situada. Don Ihde (1990) reforça essa perspectiva fenomenológica ao mostrar que o uso técnico exige intencionalidade situada: a faca improvisada como chave de fenda só o é na medida em que o gesto a faz ser. A escrita é, portanto, gesto de invenção — não reproduzível, não transmissível como cópia, mas como acontecimento singular de inscrição.

Técnica e tecnologia não são apenas cronológicas ou conceituais, mas também ontológicas e políticas. Para Aristóteles, a técnica imita a natureza, mas é subordinada ao fim (télós): o artesão molda a matéria (hylé) com vistas a um fim racional. Conforme a sentença aristoteliana, registrada na obra Física (Physica de Aristóteles), livro II (ou “livro” no sentido aristotélico, equivalente a capítulo longo), página 199, lado “a”, décima linha na edição de referência de August Immanuel Bekker (edição de Berlim, 1831–1870), “A techné, como a natureza, visa a um fim, e por isso devemos considerá-la como atuando do mesmo modo que a natureza.” (ARISTOTELES, Física, II, 199a10, 1831)

Conforme a figura 01, a imagem à esquerda mostra a fabricação de um estilete de escrita em bambu, cortado em bisel para formar uma ponta triangular. Esse instrumento, ao ser pressionado na argila fresca, gera as marcas típicas da escrita cuneiforme — como a que vemos na imagem à direita, datada de cerca de 3500 a.C., na Mesopotâmia.

Figura 01: estilete de escrita em bambu e placa de argila com escrita cuneiforme cerca de 3500 a.C



Fonte: Acervo Museu Britânico (Londres), fotografia do autor.

Nesse contexto, gesto e instrumento não são elementos separados, mas partes de um mesmo sistema técnico. Conforme Leroi-Gourhan, a técnica é “prolongamento exteriorizado do corpo” — aqui, o movimento da mão e a forma da ferramenta se determinam mutuamente. O corte do estilete define a geometria do sinal; a pressão e o ângulo do gesto determinam a nitidez e a repetição das marcas. Derrida lembraria que essa inscrição não é apenas um meio de comunicação, mas um “suplemento da memória”, uma materialização da linguagem que se afasta da voz e instaura uma permanência no tempo.

O estilete de bambu e a tábua de argila constituem um agenciamento maquínico (Deleuze & Guattari) no qual corpo, ferramenta e suporte se articulam para produzir um código visual estável e reproduzível. Cada cunha gravada é resultado de uma coreografia manual repetida e codificada, cuja iteração constrói não só o texto, mas também a própria estrutura do sistema de escrita.

Assim, a escrita cuneiforme ilustra que não há “texto” sem um regime técnico que o produza: o desenho do sinal nasce do encontro entre a intencionalidade do gesto e a resistência da matéria, produzindo um traço que é ao mesmo tempo registro, memória e artefato cultural.

Do pictograma ao alfabeto, as marcas seguem o trajeto da ferramenta pelo gesto, tal como a forma da expressiva caligrafia dos copistas medievais, figura 02, manchando papiros e diversos compostos de papéis, couros e madeiras. A imagem apresenta um manuscrito medieval escrito em caligrafia gótica (*Blackletter*), exemplo paradigmático de como o gesto e a ferramenta se fundem para gerar forma tipográfica.

A pena larga é o instrumento técnico fundamental: seu corte chanfrado impõe o ritmo da escrita, produzindo hastes verticais densas e grossas, enquanto os traços horizontais e diagonais emergem mais finos. Cada letra, portanto, é menos uma “forma” autônoma e mais um registro do movimento do corpo, exteriorização do gesto conforme Leroi-Gourhan. Apresenta: Hastes grossas, retas, quase como colunas arquitetônicas; marcam a verticalidade da composição; Barras e traves: curtas, comprimidas, reforçam o aspecto compacto; Ângulos: o corte da pena gera encontros em arestas agudas, o que dá à letra um aspecto cortante; Espaçamento: mínimo entre letras, que

quase se fundem, criando um efeito de textura — o chamado “tecido negro” (Schriftbild), que caracteriza a *Blackletter*.

Figura 02: caligrafia gótica em manuscrito litúrgico, século XIII–XV.



Fonte: Acervo Reading Typography Communication (Reading - UK), fotografia do autor.

A mancha tipográfica resultante é densa, quase opaca, como se a escrita fosse massa gráfica mais do que transparência da linguagem. A letra não “desaparece” diante do sentido, ela impõe sua presença material a partir do ângulo do gesto e tipo de ferramenta utilizada. A mancha vermelha inicial (rubrica) evidencia o gesto ornamental, lembrando que a escrita medieval era ao mesmo tempo texto e imagem.

Esse estilo caligráfico mostra a sobrevivência do desenho no alfabeto: ainda que organizado foneticamente, cada signo permanece figura, portador de um valor pictórico que antecede e excede a função representacional; por isso, a escrita gótica se apresenta como um elo decisivo no percurso histórico em que escrever é desenhar, isto é, em que a letra opera simultaneamente como signo e como traço. À luz de Leroi-Gourhan, essa caligrafia expressa a técnica enquanto gesto incorporado — a pena larga prolonga a mão, exteriorizando um saber muscular que materializa a memória no ritmo dos traços verticais e nas condensações modulares. É, portanto, uma escrita-limiar: suplementar, no sentido derridiano, porque desestabiliza a primazia da presença vocal e institui

um regime de iterabilidade gráfica; e, ao mesmo tempo, matriz para a futura tipografia, pois sua formalização extrema do traço antecipa a serialização dos tipos móveis, convertendo o gesto singular em arquitetura visual reproduzível.

A IDADE DO MOLDE

Com a invenção da prensa tipográfica e a emergência dos códigos fixos, a escrita adentra uma nova idade: a idade do molde. O gesto se separa do corpo e se torna matriz replicável. Gutenberg, ao inventar os tipos móveis, instaura uma lógica industrial na produção do texto. A técnica se torna tecnologia: organização sistemática de funções, normatização do traço, serialização do saber. Como afirma Walter Benjamin, a reprodutibilidade técnica desloca o valor aurático do objeto único e instaura um regime de circulação massiva da linguagem (BENJAMIN, 1994). Derrida, por sua vez, mostra que essa escrita tecnológica é o próprio suplemento do logos: “A escrita não é um instrumento ao serviço da linguagem; ela é a própria condição da experiência da linguagem” (DERRIDA, 1991, p. 157). A tipografia moderna, sobretudo após a Bauhaus, revela o molde como grid, grade, reticulado racional. A grade tipográfica — “máximo de constantes com a maior possível variabilidade” (GERSTNER apud NUNES, 2009, p. 62) — é a concretização do molde como paradigma técnico-estético.

A roda é a extensão do pé; A roupa, da pele; O alfabeto, do pensamento lógico e linear; O jornal, da visão; A eletricidade, do sistema nervoso central; Os meios eletrônicos, uma externalização da percepção e da memória, tudo isso protagonizado por McLuhan, “Todos os meios são extensões de alguma faculdade humana — psíquica ou física.” McLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. O meio é a mensagem. Nova York: Bantam Books, 1967, p. 26.

Figura 03: Oficina tipográfica na Alemanha mostrando uma prensa e muitas atividades envolvidas no processo de impressão.



Se a observamos a partir da sentença de McLuhan — “Todos os meios são extensões de alguma faculdade humana — psíquica ou física” —, o prelo tipográfico, figura 03, aparece como extensão da mão e da voz, mas também do pensamento lógico e linear. A prensa é uma mecanização do gesto manual do copista: em vez de a mão traçar cada letra, a máquina imprime milhares de cópias com a mesma forma. O movimento corporal (giro da manivela, pressão da prensa, disposição das folhas) se converte em força mecânica regulada. O corpo não desaparece, mas se integra ao ritmo maquínico.

O alfabeto já era, para McLuhan, a codificação linear do pensamento. A tipografia radicaliza isso ao padronizar a forma e linearizar a leitura. Cada tipo móvel é um módulo abstrato, reproduzível, que transforma a linguagem em sistema combinatório — um código que organiza o saber no espaço homogêneo da página. O jornal impresso, para McLuhan, é uma extensão do olhar. A imagem mostra a oficina como lugar de produção de superfícies visuais múltiplas: folhas impressas empilhadas, organizadas para serem lidas por muitos. A impressão cria um novo regime de percepção: a leitura silenciosa, individual, voltada ao olhar que percorre linhas fixas e repetíveis.

Assim como a eletricidade e os meios eletrônicos seriam externalizações do sistema nervoso e da percepção, a imprensa é uma externalização da memória coletiva. O conhecimento deixa de depender da oralidade e da singularidade dos manuscritos, tornando-se reproduzível, arquivável, transmissível em escala inédita. Para McLuhan, a imprensa cria o “homem tipográfico”: racional, linear, individualizado. Para Benjamin, inaugura-se a “era da reproduzibilidade técnica”, que dissolve a aura do manuscrito e instaura novas formas de circulação simbólica. A oficina tipográfica que a imagem retrata é mais que um espaço de trabalho artesanal: é um tecido maquínico de extensão do corpo e da mente. Ali, o gesto manual do copista se transforma em processo coletivo, mecânico e visual, instaurando um novo regime de escrita e leitura — um dos momentos decisivos em que, como McLuhan diria, o meio se torna a mensagem.

A IDADE DO AGENCIAMENTO MAQUÍNICO

A contemporaneidade inaugura uma terceira idade da escrita: a da execução. O código, agora, não apenas representa, mas opera. Segundo João Fernando Igansi Nunes (2009), os códigos de execução não são mais meros moldes: são linguagens comportamentais, operativas, que atualizam modelos em tempo real. A escrita, nesse estágio, não transmite, mas transforma: é programa que executa e se atualiza, é gesto diagramático que age sobre o mundo. Gilbert Simondon já antecipava essa mutação ao afirmar que o objeto técnico adquire sentido pleno apenas na relação transdutiva entre estrutura interna e rede de usos (SIMONDON, 1958, p. 11). Guattari, em *À propos des machines*, define os agenciamentos maquínicos como composições heterogêneas de matérias, códigos e fluxos desejantes (GUATTARI, 1993). Nesse plano de consistência, escrever é diagramar linhas de força e fluxos de informação, é fazer operar um conjunto de máquinas cognitivas que interpretam, analisam, sintetizam — e escrevem. A IA, enquanto operadora algorítmica, é o exemplo mais recente desse regime de pós-escrita digital: não é autora, mas também não é neutra. Sua potência reside no cruzamento de bibliotecas infinitas (Borges) com decisões finitas de uso. Metáfora de uma calculadora, sim — mas uma calculadora semântica que aprende com seus operadores, interatores, figura 04.

Figura 04: Change, 2007.



Fonte: Tipografia cinética do autor https://www.youtube.com/watch?v=_9T6bzMpZ8Y

A técnica não é subordinada ao humano nem mera imitadora da natureza, mas integra os agenciamentos maquínicos do desejo — sistemas de produção de subjetividade que articulam máquinas técnicas, sociais, semióticas e afetivas num mesmo plano de operação. Pensada assim, ela deixa de ser antropocêntrica: a máquina não aparece como simples instrumento a serviço de uma vontade humana, e sim como elemento capaz de produzir consistência, configurar fluxos, instaurar modos de existência e interferir nas dinâmicas do sensível e do pensável. Nesse campo não regido por finalidades racionais ou teleologias progressistas, a técnica abre linhas de fuga, possibilita mutações e sustenta devenires, deslocando a ação humana para dentro de um circuito mais amplo de coengendramento entre corpos, materiais, códigos e forças que se reconfiguram continuamente.

DIGITOGRAFIA: TÉCNICA, SUBJETIVIDADE E DESVELAMENTO

A noção de digitografia — entendida como a inscrição digital do gesto, a transposição maquínica da escrita em sistemas computacionais — coloca em evidência a relação entre técnica, subjetividade e cultura. Se escrever é desenhar, como temos defendido, a digitografia é a radicalização desse processo: uma escrita que já nasce mediada por protocolos algorítmicos, indexada por máquinas que capturam, repetem e transformam o gesto gráfico em fluxos de dados.

Deleuze e Guattari problematizam a técnica a partir de uma lógica do agenciamento: “A máquina não é uma estrutura fechada, mas um agenciamento entre fluxos, cortes e processos que atravessam a subjetividade” (DELEUZE; GUATTARI, 1996). A digitografia, sob essa perspectiva, não é apenas ferramenta de registro, mas dispositivo que atravessa a constituição do sujeito-escrevente, desterritorializando a experiência do texto. O ato de escrever em interfaces digitais deixa de ser exclusivamente um gesto humano para se tornar hibridização maquínica, onde algoritmos de predição, correção e automação se acoplam à intenção do autor, instaurando zonas de coautoria difusa.

Essa condição pode ser melhor compreendida à luz da filosofia da técnica de Heidegger. Para ele, “A essência da técnica moderna não reside em algo técnico. A técnica é um modo de desvelamento. [...] O modo de desvelamento que reina na técnica moderna chama-se o enquadramento (das Gestell)” (HEIDEGGER, 2001, p. 20). A digitografia é precisamente uma modalidade de enquadramento técnico: ela não apenas instrumentaliza o gesto de escrever, mas o reconfigura como operação calculável, traduzível em códigos binários, externalizando a memória e o pensamento em arquiteturas maquínicas.

Dessa maneira, enquanto na caligrafia medieval o traço da pena exteriorizava diretamente o gesto, e na tipografia de Gutenberg a forma se serializava em tipos móveis, na digitografia o gesto é enquadrado em camadas de abstração algorítmica. O que se desvela, nesse processo, não é apenas a linguagem, mas também a própria condição técnica da subjetividade contemporânea: escrever em ambiente digital é operar em uma ecologia de agenciamentos maquínicos que modulam percepções, temporalidades e regimes de visibilidade.

A digitografia, não pode ser reduzida a uma simples etapa evolutiva da escrita, mas deve ser compreendida como dispositivo de inscrição e desvelamento que rearticula as fronteiras entre humano e máquina. Ao mesmo tempo em que expande as possibilidades criativas, introduz também o risco do enquadramento totalizante, onde a memória e o gesto são capturados por lógicas de controle. Assim, pensar a digitografia exige considerar o duplo movimento que nela se atualiza: a potência inventiva do agenciamento maquínico (Deleuze & Guattari) e o perigo do enquadramento técnico (Heidegger).

A máquina nunca foi uma estrutura fechada, mas um campo de passagem — um agenciamento entre fluxos, cortes e processos que atravessam a subjetividade, como escrevem Deleuze & Guattari (1996). É nesse entremeio, feito de matéria e gesto, que o humano se reconfigura: não como usuário exterior, mas como elemento transdutivo que se acopla, se deixa afetar, cria e é criado pelas operações maquínicas. Já não há exterioridade segura entre sujeito e objeto; há, antes, uma zona de mistura onde o gesto técnico se torna gesto de pensamento. Heidegger reconhece essa deslocação quando afirma que “a essência da técnica moderna não reside em algo técnico. A técnica é um modo de desvelamento [...] e esse modo chama-se o enquadramento (das Gestell)” (HEIDEGGER, 2001, p. 20). Toda máquina, assim, não apenas opera:

ela projeta um regime de visibilidade, convoca o mundo a aparecer e nos convoca junto a essa aparição.

Simondon aprofunda esse diagnóstico ao propor a individuação técnica: a máquina possui vida própria, não metafórica, mas estrutural; ela evolui, se adapta, se concretiza. “A verdadeira essência do objeto técnico está em sua gênese, em seu processo de concretização, e não em sua forma acabada” (SIMONDON, 1958). A máquina é, pois, proto-organismo heterogêneo, instável, em permanente mutação. Não há máquina “pronta”: há processos de individuação nos quais humanos e artefatos se co-constituem. E é exatamente essa abertura, essa incompletude operatória, que permite dizer que a interface é a mensagem: não porque represente algo, mas porque fabrica modos de sentir, perceber e agir.

Nesse sentido, certos momentos da história das técnicas funcionam como marcos reveladores dessa continuidade entre gesto e algoritmo. Quando Manfred Mohr, em 1969, entrega ao computador o cálculo da composição gráfica, ele não abandona o gesto: amplifica-o. Seu código se torna a pena que desenha. Quando John Conway inventa o Game of Life em 1970, emergem formas pseudo-orgânicas como se o papel milimetrado ganhasse pulsação. Em Ben Fry (Tendril, 2000) e Martin Wattenberg (Thinking Machine, 2004), vemos a máquina pensar visualmente — ou melhor, vemos o pensamento como máquina, como inscrição dinâmica. Cada um desses exemplos mostra que o digital não é ruptura, mas prolongamento da mesma exteriorização gestual que Leroi-Gourhan descreve ao dizer que a técnica é “exteriorização do gesto e do símbolo” (1984). É sempre o gesto que se projeta para fora — e a máquina, seja ela paleolítica ou algorítmica, captura essa projeção e a organiza.

Em Digitografia, essa história ganha corpo próprio. O Nokia E71, figura 05, com seu teclado QWERTY miniaturizado, condensava séculos de cultura escrita — da pena larga à máquina de escrever, do tipo móvel à matriz hexadecimal. Aquele dispositivo de 2008 operava exatamente a transição que Derrida enuncia quando escreve que “o suplemento técnico é a própria escrita”, pois “a técnica é condição da experiência da memória” (1991, p. 157). Ao traduzir textos digitados em vetores coloridos que se desdobravam em pictogramas tridimensionais, teu sistema tornava literal o que está implícito em toda escrita: o gesto já é desenho, e o desenho já é cálculo. O algoritmo tornava

visível o caráter maquínico da grafia — índice, traço, suplemento.

Figura 05: Nokia E71

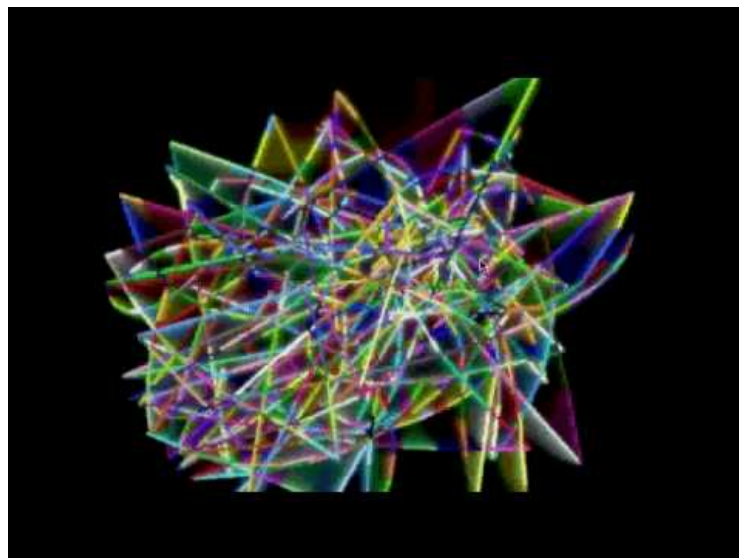


Fonte: Gráfico do autor.

Produzido no interfaceamento do humano com a máquina, para criação na cultura do software, Digitografia, figura 6, é um projeto de design computacional que explora as condições que a linguagem algorítmica permite ESCREVER/DESENHAR a partir da linguagem compilada actionScript do Flash. Trata-se de uma simulação da grafia visual - no sentido de mapear, cartografar o traço simbólico do simples movimento de digitação de textos em teclados alfanuméricos de padrão QWERTY, como no exemplo da imagem gerada pela digitação do nome “Lúcia” (Lucia Santaella). A distância dos traços relaciona-se com o tempo de digitação. Quanto maior o tempo entre a digitação de uma tecla e a digitação da tecla seguinte, maior sua distância, numa escala não proporcional, e aleatória, assim como a escolha da cor pela variável que escalona o código hexadecimal (de 0 a 9 e de A a F): Preto = #000000, conforme a programação em HTML. Os ângulos não foram pensados, são resultados de outros parâmetros, assim como o emaranhado de sobreposições cromáticas não foram compostas única e determinadamente pelo humano.

Os valores ergonômicos destes teclados espacializam o rastro da escrita digitada proporcionando a visualização das orientações não lineares do gesto e as suas respectivas funções (programadas) que executam a construção dos textos. A subversão do resultado da grafia do texto na tela (linguagem verbal) transforma-se em imagem (linguagem visual). Fronteira entre interação combinada e interação autônoma, Digitografia resulta dos parâmetros desenvolvidos nas bibliotecas de linguagem Flash que “lêem” os dígitos acionados e “escrevem”/”desenham” o traço simbólico do gesto, criando um rizoma resultante da variação espaço e tempo. Há duas ações combinadas, uma que é a do humano e outra que pertence a interface operacional do sistema que se executa entre programa e respectiva interação. O limite da operação de medir o espaço, para então recortá-lo no tempo, passa para a ação de configurar o valor desse espaço à ser escalonado. Levando em consideração de que a menor medida entre dois pontos é uma linha curva, a representação das retas que ligam os pontos (letras) é arbitro do nível simbólico como toda representação.

Figura 06: Digitografia NokiaTrends, SP, 2008.



Fonte: Vídeo do autor <https://www.youtube.com/watch?v=NmtfnYyYFM>

E quando Deleuze & Guattari afirmam que “o agenciamento maquínico não se define por função ou forma, mas pela composição de matérias e códigos, captando fluxos de desejo” (1995, p. 51), descrevem com precisão a operação de uma obra como Digitografia: não havia ali mero input e output, mas uma cadeia intensiva de transformação — o corpo pressionando teclas, o dispositivo indexando letras, o código distribuindo cores aleatórias, e a tela projetando o resultado como plano de consistência visual. A regra convertia-se em objeto, o objeto tornava-se gesto, e o gesto retornava como nova forma perceptiva. Escrita não como representação, mas como evento.

Por isso, ao longo de toda essa genealogia, a técnica se revela anterior ao signo. O gesto funda o símbolo, não o contrário. É nesse ponto que a tua hipótese — escrever é desenhar — encontra sua potência filosófica. Toda escrita é sempre já um desenho técnico, um gesto projetivo, uma invenção de mundo. Da pedra lascada ao Nokia E71, do pincel à matriz de pixels, aquilo que se chama “máquina” é apenas o nome provisório para esse movimento contínuo de exteriorização que liga corpo, matéria e memória. A máquina não nos separa do gesto: ela o prolonga, o desdobra, o reinscreve. Ela é, no fim, o lugar onde vemos o gesto pensar.

A INTELIGÊNCIA

Escrever, na terceira idade, é desenhar algoritmos que se desenham com o sujeito. O código, mais do que texto, é gesto de inscrição, de produção de diferença, de criação simbólica. O melhor uso da técnica, como dizia Simondon, não está na automatização, mas na individuação técnica — na relação singular entre humano e máquina.

Atualmente, 80% das empresas globais relataram uso de IA para a escrita de seu conteúdo (IBM Global AI Adoption Index). Modelos como o GPT-4, treinados com trilhões de tokens de escrita humana, revelam que a produção textual por IA depende de um vasto repertório técnico e simbólico previamente acumulado, evidenciando que a escrita é uma tecnologia viva, sempre transformada pelos seus suportes e meios de produção. Nesse horizonte, técnica e tecnologia não se opõem, mas formam um contínuo de mediações que reconfiguram modos de dizer e perceber. A partir do

pensamento pós-estruturalista, torna-se possível compreender esses processos como máquinas subjetivas — objetos em trânsito entre matéria, gesto e sentido — nas quais o escrever, seja humano ou maquínico, participa de uma ecologia dinâmica de produção de subjetividade.

A sensorialidade, nesse contexto, é a disposição para dialogar com a máquina sem reduzi-la à função, sem abdicar da estética. Como defende Beiguelman (2003), a interface é a mensagem, e a escrita digital não é fluxo de dados, mas acontecimento gráfico e ético. A escrita como patrimônio simbólico e técnico, portanto, é uma prática trans-histórica de memória — gesto que inscreve, molde que distribui, código que age. Escrever é desenhar, no limite, o próprio campo de visibilidade do pensamento.

No horizonte pós-estruturalista, inteligência não é uma propriedade interior do sujeito, uma substância mental ou uma faculdade estável da consciência. Ela não reside em um “dentro” humano — porque tal dentro sequer existe como unidade ontológica. A inteligência é entendida, antes, como efeito de relações, como produção distribuída, como processo de inscrição e agenciamento técnico-material.

Em lugar de uma essência cognitiva, o pós-estruturalismo pensa a inteligência como dispositivo, máquina de diferenças, função de variação, sempre contingente e intensiva conforme a dimensão na qual, aqui, classifica-se a inteligência como:

– **Inteligência como *diferença*, não identidade (Derrida)**

Para Derrida, a inteligência deve ser pensada como diferença, não como identidade: ela não opera a partir de uma interioridade contínua, mas habita o intervalo onde o sentido se constitui no jogo entre traços, marcas e apagamentos. Longe de um núcleo estável ou de uma consciência soberana, a inteligência é movimento de *différance* — adiamento, deslocamento e produção incessante de inscrições. Trata-se, portanto, de um processo gráfico: uma dinâmica de escrita no qual o gesto se abre ao suplemento técnico que torna possível a memória e o sentido. A inteligência, nesse registro, não é presença plena, mas um entre, um espaço de desdobramento em que o traço se difere de si e faz emergir modos sempre provisórios de significação.

– **Inteligência como *dispositivo histórico* (Foucault)**

Para Foucault, a inteligência deve ser entendida como um dispositivo histórico: não uma essência interior, mas o efeito de práticas discursivas e não discursivas, de regimes de visibilidade, poder e normalização que determinam, em cada época, o que pode ser pensado, dito e aprendido. Assim, não existe uma inteligência “natural”; o que chamamos de inteligência é historicamente produzido pelas redes de saber e pelas tecnologias educativas, administrativas, médicas e políticas que moldam os sujeitos. Uma subjetividade torna-se “inteligente” porque é formada, enquadrada e treinada por esses dispositivos que definem os critérios de racionalidade e os modos legítimos de conhecer.

– **Inteligência como *agenciamento maquínico* (Deleuze & Guattari)**

Para Deleuze & Guattari, a inteligência deve ser pensada como agenciamento maquínico: não um atributo de um organismo ou mente interior, mas o efeito de acoplamentos entre elementos humanos e não humanos, onde fluxos, cortes e processos se entrecruzam para produzir subjetividade. A máquina, como afirmam, não é estrutura fechada, mas um dispositivo aberto que conecta intensidades heterogêneas; por isso, a inteligência funciona como rizoma, sem centro nem hierarquia, capaz de estabelecer relações não lineares e de operar variações contínuas no real. Mais do que cálculo, ela é potência de intensificação: uma força que liga, desliga e reconfigura signos, afetos e materiais, fazendo da própria cognição um campo de composição e invenção.

– **Inteligência como *individação técnica* (Simondon)**

Para Simondon, a inteligência deve ser pensada como individação técnica: um processo transdutivo no qual sujeito e objeto se co-produzem, rompendo a separação clássica entre interioridade humana e exterioridade maquínica. O que chamamos de inteligência é, assim, uma operação de individação que forma simultaneamente um modo de sujeito e um modo de objeto, uma adaptação dinâmica às tensões do meio e uma função pré-cognitiva do gesto que a técnica prolonga e complexifica. Nessa perspectiva, a inteligência é coletiva, partilhada e material, e as próprias máquinas, à medida que se concretizam e se inserem nos ecossistemas técnico-sociais, participam ativamente desse regime operativo de constituição do sentido.

– **Inteligência como *efeito técnico* e não como essência humana**

A partir desses autores, é possível conceber a inteligência como um efeito técnico e não como uma essência humana: trata-se da capacidade de produzir diferença, reorganizar o sensível e articular práticas, discursos e técnicas em configurações operativas sempre mutáveis. Inteligência é relacional — porque não existe isolada; material — porque opera em corpos, máquinas, signos e gestos; histórica — porque varia conforme os dispositivos que a sustentam; tecnogênica — porque a técnica não é suplemento, mas condição de possibilidade; e distribuída — porque não pertence a um sujeito autônomo, mas emerge de agenciamentos heterogêneos. Não há, portanto, inteligência “humana” pura ou “natural”, mas regimes de inteligência que se formam nas alianças entre corpo, linguagem, técnica e ambiente. Nessa perspectiva pós-estruturalista, inteligência é um processo de agenciamento que advém da circulação de diferenças entre corpos, máquinas, gestos, signos e dispositivos; um resultado transitório de relações históricas, técnicas e discursivas que produzem modos específicos de pensar e sentir.

CONCLUSÃO

Confrontar a escrita como gesto técnico, suplemento e agenciamento maquínico implica reconhecer que não há exterioridade possível entre linguagem e técnica. Desde a cunha que fende a argila até o algoritmo que atualiza códigos em tempo real, toda escrita é já inscrição — traço que se adianta ao sentido, memória que precede o sujeito, dispositivo que condiciona aquilo que pode aparecer, ser dito e ser pensado. Se a tradição metafísica tentou aprisionar a grafia na função subordinada de instrumento, a desconstrução derridiana mostra que é justamente esse suplemento, impuro e excedente, que funda o campo da linguagem: não há voz soberana, não há presença plena, porque o gesto que escreve sempre já difere, desloca, adia. A escrita é o acontecimento onde o corpo se exterioriza e, ao fazê-lo, constitui sua própria interioridade.

A modernidade tipográfica acreditou ter domesticado esse gesto ao transformá-lo em molde, mas o século digital reabre a ferida inaugural: os códigos não representam, operam; não armazenam, decompõem e

reconfiguram. A inteligência artificial torna explícito aquilo que a escrita sempre foi — uma máquina de produção de diferença. Não há retorno ao romantismo do autor soberano nem espaço para ingenuidades tecnofóbicas: escrever com máquinas é escrever comomáquina, no sentido de que a subjetividade emerge do acoplamento transdutivo entre corpos, materiais, interfaces, algoritmos e regimes de visibilidade. A digitografia, nesse horizonte, não é um mero experimento estético, mas a figura exemplar de uma mutação antropotécnica: o gesto, quando capturado e recomposto pela máquina, revela sua própria condição maquínica.

Se escrever é desenhar, é porque desenhar é projetar mundos possíveis — instaurar campos de consistência, temporalidades, ritmos, modos de ver e de sentir. A escrita, em todas as suas idades, é patrimônio técnico e simbólico justamente porque preserva não o passado, mas a capacidade de fabricar futuro. Reconhecer essa potência é decisivo num tempo em que a automatização ameaça reduzir a grafia ao cálculo e a memória ao dado.

Contra essa captura, é preciso insistir: a técnica não é um perigo externo, mas a própria morada do gesto. É nela que habitamos, e é nela que pensamos. Escrever, então, não é apenas traçar signos — é desenhar o território no qual o pensamento poderá, ou não, emergir. É assumir a responsabilidade ética e estética de decidir que máquinas queremos engendrar e que mundos deixaremos que elas nos devolvam. É nesse entrelaçamento inescapável entre gesto e algoritmo que o futuro da escrita — e da própria subjetividade — será disputado.

Sabemos como funciona? Continuamos a buscar o controle.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Física. Livro II*. Trad. e edição de August Immanuel Bekker. Berlim: Reimer, 1831.

BEIGUELMAN, G. *O livro depois do livro*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLTER, J. D. *Writing Space: Computers, Hypertext, and the Remediation of Print*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Luiz Orlandi; Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

EISENSTEIN, E. *The Printing Press as an Agent of Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, F. “À propos des machines”. *Chimères*, n. 19, 1993.

HEIDEGGER, M. *A questão da técnica*. In: _____. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

IHDE, D. *Technology and the Lifeworld: from garden to earth*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

KERNAN, A. *The Death of Literature*. New Haven: Yale University Press, 1987.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
McLUHAN, M.; FIORE, Q. *O meio é a mensagem*. Nova York: Bantam Books, 1967.
McLUHAN, M. *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*. Toronto:

University of Toronto Press, 1962.

NUNES, J. F. I. *Design Computacional: comunicação do in-visível*. São Paulo: PUC-SP, 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica).

PETRUCCI, A. *Escritura y sociedad: una historia de la cultura escrita*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.

SANTAELLA, L. *Culturas e artes do pós-humano*. São Paulo: Paulus, 2003.

UNESCO. *Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <https://ich.unesco.org>. Acesso em: dia mês ano.

IBM. *Global AI Adoption Index 2023*. IBM Corporation, 2023.



SOBRE AUTORES

ALAN DUTRA DE MELO

Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pampa - Câmpus Jaguarão. Mestre e Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Professor nos Cursos de Bacharelado em Produção e Política Cultural desde 2012 e no de Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo desde 2011. Docente Permanente nos cursos de Mestrado Profissional em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Câmpus São Borja e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Desde 2015 é pesquisador associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura CLAE. Desde 2018, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Representante da Sociedade Civil no Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul, mandato 2025-2026. Atual Presidente. Membro do Conselho Editorial da Revista Verum - Revista de Iniciação Científica - CEEINTER. Colaborador acadêmico do Observatório de Direito do Turismo para América Latina e Caribe da ONU. Áreas de pesquisa: Patrimônio Cultural, Patrimônio Cultural no MERCOSUL, Cidade, Legislação, Turismo e Educação Patrimonial.

ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES

Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e estágio pós-doutoral no Instituto Terra e Memória (ITM-Portugal). Coordenador do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas - LASCA. Coordenador do Eixo Arqueologia, Projeto Institucional Trilha Rupestre - UFMS. Membro do Instituto de Geociências de Coimbra (2011 - atual). Professor convidado do Mestrado em Técnicas de Arqueologia (Mestrado Erasmus Mundus de Gestão de Paisagens Culturais, Tomar, Portugal). Professor do Pós-Graduação em Patrimônio Cultural; mestrado

profissional- UFSM. Titular da cátedra UNESCO-UFSM de Humanidades: Fronteiras e Migrações (desde 2018). Coordenador do Observatório de Patrimônio, Lugares, Humanidades e Artes da Associação das Universidades do Grupo Montevideu - AUGM (desde 2024). Áreas de pesquisa: Arqueologia, Memória, Patrimônio (educação patrimonial) e Imigração.

CATIA MARIA DOS SANTOS MACHADO

Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Matemática e Especialista em Matemática Aplicada (FURG), Mestre em Matemática Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na área de Transporte e Logística. Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Ambientometria e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional, atuando na linha de pesquisa Computação Científica e Modelagem Física, Matemática e Estatística. Área de pesquisa: Matemática, com ênfase em Matemática Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Álgebra Linear Computacional, Otimização Combinatória, Algoritmos baseados em Grafos, Programação Matemática.

DAVIDE DELFINO

Arqueólogo do Ministério da Cultura no parque Arqueológico de Sepino- Direção Regional Museus Nacionais do Molise. Curador do Museu Arqueológico Nacional de Campobasso e do Museu de Palácio Pistilli, coordenador dos Serviços Educativos e para a Promoção, Valorização e Parcerias na mesma Direção Regional. Licenciatura em Conservação do Patrimônio Cultural Arqueológico, Arquitectónico e Ambiental pela Universidade de Génova. Especialização em Arqueologia Pré-história e Pró-História pela Universidade de Milão. Doutoramento em Quaternário, Materiais e Cultura – pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Membro do Instituto Terra e Memória (Mação-Portugal) e investigador associado do CGeo da Universidade de Coimbra (desde 2011). Sócio do Istituto Italiano di Preistoria e Protostoria (desde 2018). Presidente da Comissão Científica “Archaeological Heritage Policies and Management

Structures” da União Internacional de Ciencias Pré-Històricas e Proto-Históricas (desde 2022).

FRANCISCA FERREIRA MICHELON

Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI). Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Estágio Pós-doutoral no Arquivo Fotográfico da Câmara de Lisboa. Pós-doutora em Patrimônio Industrial pela Universidad de Sevilla. Coordenadora da Fototeca Memória da UFPeI (desde 2016). Membro da RED APPLAB -Laboratorio Americano de los Paisajes Historicos de la Produccion de Universidad de Sevilla (desde 2019). Membro do Comitê Científico Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO da Universidade Federal de Santa Maria (2021/atual). Full member of Apheleia Humanities International Association for Cultural Integrated Landscape Management of CIPSH, the International Council for Philosophy and Human Sciences (2024-atual). Pesquisadora associada à Cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território e Investigadora do Instituto Terra e Memória - CGEO Mação/PT (2025-atual). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (desde 2007). Áreas de pesquisa: Patrimônio Cultural, Patrimônio industrial, História e conservação de fotografias, Museus, Tecnologias antigas e atuais do Patimônio cultural.

GUSTAVO LABORDE GARCÍA

Professor Adjunto (nível 3) na Escola de Nutrição da Universidade da República do Uruguai (UDELAR). Bacharel em Ciências Antropológicas pela Faculdade de Ciências Humanas e da Educação da Universidade da República do Uruguai. Mestre em História e Cultura da Alimentação pela Universidade de Barcelona (Espanha), Universidade François Rabelais (França), Universidade de Bolonha (Itália) e Universidade ULB de Bruxelas (Bélgica). Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Barcelona. Leciona cursos sobre história da alimentação no Barcelona Culinary Hub. É autor de livros como *El Asado. Historia, origen, ritual* (2010) e *Sabores de la Nación. Cocina e identidad en la historia de Uruguay* (2023, Prêmio Nacional de Letras).

JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Pelotas. Mestre, em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Pós-Doutorado no Departamento de Economia Geral, Universidade de Cádiz, Espanha. Full member of Apheleia Humanities International Association for Cultural Integrated Landscape Management of CIPSH, the International Council for Philosophy and Human Sciences (2024-atual). Pesquisador associado à Cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território e Investigador do Instituto Terra e Memória - CGEO Mação/PT (2025-atual). Presidente do Conselho Científico e Administrativo do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem - CEHUS/UFPEL (desde 2024). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (desde 2015). Áreas de Pesquisa: Design e Desenvolvimento Territorial, Comunicação e Semiótica; Artes e Design; Interfaces Computacionais; Memória Social e Patrimônio Cultural.

JULIAN SOBRINO SIMAL

Ex-professor titular (aposentado) e atualmente pesquisador honorário (sênior) da Escola Superior Técnica de Arquitetura da Universidade de Sevilha. Especialista em História da Arquitetura Industrial e em Sistemas de Interpretação do Patrimônio Industrial. Doutor em História da Arte pela Universidade de Sevilha. Docente no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade de Huelva e no Programa de Doutorado em Arquitetura. Colabora com organizações dedicadas à preservação do patrimônio industrial, atuando como Representante do Patrimônio Industrial Ameaçado na TICCIH-Espanha e como presidente da Associação Andaluza para o Patrimônio Industrial e de Obras Públicas, “Fabricando el Sur” (Fabricando o Sul). Coordenador do Fórum de Arquitetura Industrial da Andaluzia. Membro do conselho editorial das revistas “Transportes, Servicios y Telecomunicaciones” (TST) e “Rivista di patrimonio industriale” (Revista do Patrimônio Industrial) da Associação Italiana para o Patrimônio Industrial.

LUIZ OOSTERBEEK

Professor no Instituto Politécnico de Tomar e titular da Cátedra UNESCO em Humanidades e Gestão Cultural Integrada das Paisagens. A sua investigação centra-se na transição para economias produtoras de alimentos e na gestão do património e da paisagem em Portugal e no sudoeste da Europa, África e América do Sul. Membro da Apheleia, da Academia Europaea, da Academia Portuguesa de História, da Academia de Ciências de Lisboa e da União Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas, é Presidente do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas. Autor de mais de 90 volumes e 300 artigos.

PABLO ALBERTO LACOSTE

Doutor em História (Universidade de Buenos Aires). Doutor em Estudos Americanos, com menção em Estudos Internacionais (Universidade de Santiago do Chile). Diretor da Revista Ibero-Americana de Viticultura, Agroindústria e Ruralidade (RIVAR), indexada na Web of Science (JCR-Q1). Professor Titular da Universidade de Santiago do Chile. Diretor do projeto Anillos ATE 220008, “Patrimônio Mestiço”, da Agência Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (ANID), Ministério da Ciência, República do Chile. Diretor do projeto Fondecyt Regular 1250028, “Artesãos e Artesanatos no Chile”, também financiado pela ANID. Especialista em história econômica, social e cultural da América Latina, com ênfase no patrimônio agroalimentar. Professor permanente do Mestrado em Estudos Internacionais e do Doutorado em Estudos Americanos (IDEA-USACH). Durante 12 anos, foi membro do Comitê de Ciências Sociais da Comissão Nacional de Acreditação (CNA). Autor de mais de 20 livros, entre os quais *A Vinha e o Vinho no Cone Sul da América: Chile e Argentina, 1545–2019* (Santiago: RIL / Mendoza: INCA Editorial, 2019). Autor de mais de 150 artigos publicados em revistas científicas internacionais

UBIRAJARA BUDDIN CRUZ

Bibliotecário da Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas de Informação em Ciência Tecnologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atua na Biblioteca Campus Capão do Leão, da UFPel, anteriormente Biblioteca de Ciência Tecnologia. Trabalhou na Biblioteca Visconde de Mauá, da Universidade de Cruz Alta. Participou na implantação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (TEDE), do Repositório Institucional Guaiaça, da criação de um sistema de automação de bibliotecas e na implantação do Pergamum na UFPel. Foi o criador do primeiro website da Universidade Federal de Pelotas e do primeiro website de uma biblioteca universitária no RS. Pesquisador do grupo de estudos Fábrica de Memórias e em projetos de pesquisa e extensão da UFPel.

VALDECIR CARLOS FERRI

Professor titular do Centro de Ciências Químicas Farmacêuticas e de Alimentos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pós-doutor em patrimônios alimentares: culturas e identidades pela Universidade de Coimbra/Portugal, pós-doutor em vitivinicultura pelo PGCTA/UFPel, mestre e doutor em Ciências Agrárias no Programa de Pós Graduação em Agronomia da UFPel, especialista em Gestão Ambiental pela UFSM e graduado em Engenharia Agrônômica pela UFPel. Professor/pesquisador permanente no programa de Pós-graduação em Ciência dos Alimentos da UFPel, vinculado ao grupo de pesquisa de Tecnologia de Bebidas alcoólicas e não alcoólicas, responsável pelo Laboratório de Inovação em Bebidas - LIBER e membro do DIAITA - Patrimônio alimentar da Lusofonia.

CÓLOFON

Este livro digital resulta de um processo editorial inteiramente desenvolvido em ambiente digital, no qual escrita, projeto gráfico e diagramação constituem um único gesto técnico-simbólico.

Tipografia: Candara (Regular, Light e Bold), corpos 10, 12 e 40 pt.
Bahnschrift (Light, SemiBold e Bold), 8, 12, 16 e 20 pt.
Acumin Variable Concept (SemiCondensed UltraBlack), 38pt.

Ambiente de edição: Adobe In Design, versão 18.4.
Formato de distribuição: PDF interativo.